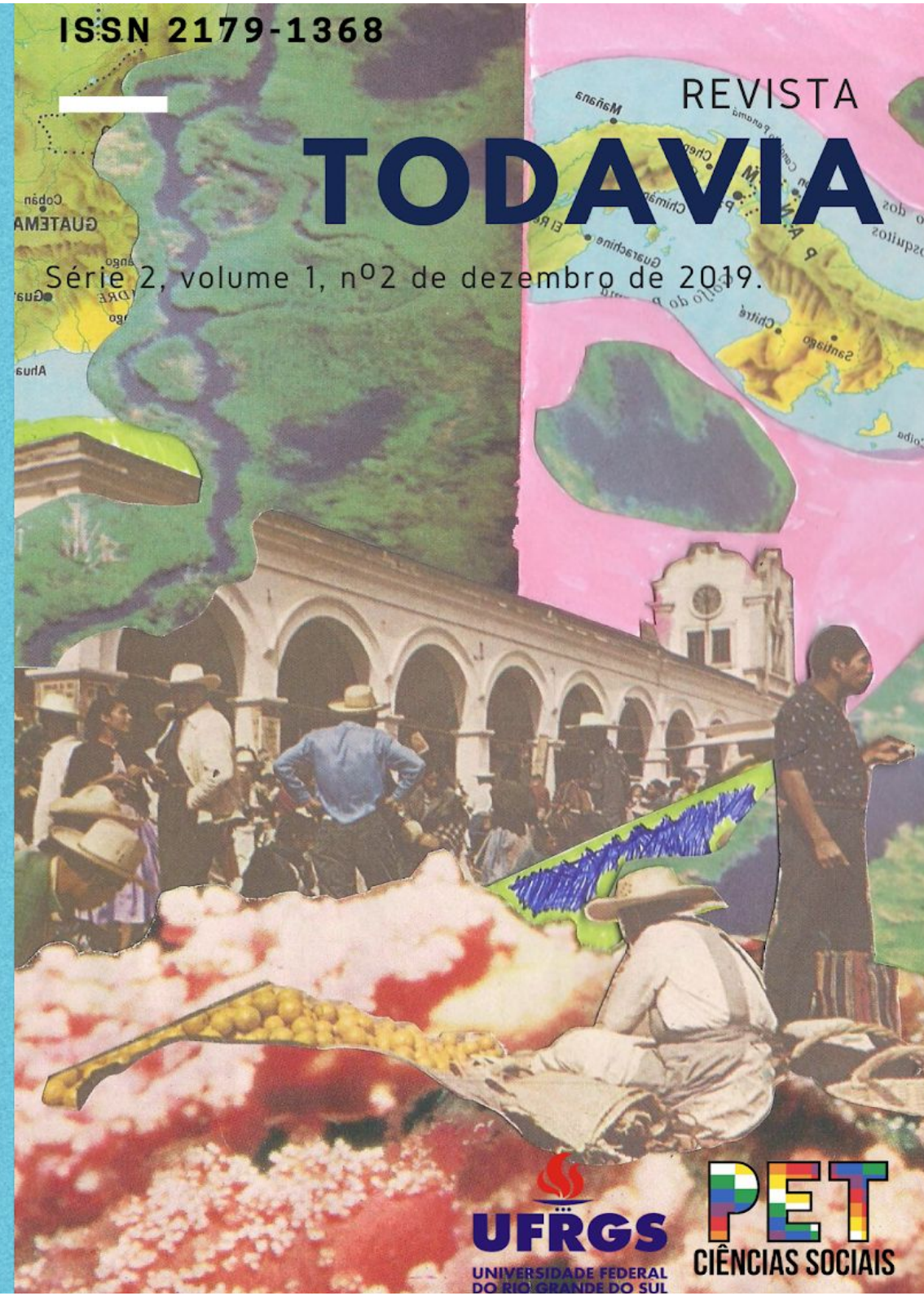




ISSN 2179-1368

REVISTA TODAVIA

Série 2, volume 1, nº2 de dezembro de 2019.




UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

PET
CIÊNCIAS SOCIAIS

Todavia

Revista anual do Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais da UFRGS, destinada a incentivar a produção científica de graduandos de Ciências Sociais e Humanidades. Série 2, volume 1, nº 2, dezembro de 2019. PET - Ciências Sociais UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Reitor:

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Diretora:

Claudia Wasserman

Vice-Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais Tutora:

Luciana Garcia de Mello

EDITORA

Luciana Garcia de Mello (Sociologia - UFRGS)

COMISSÃO EDITORIAL

Andresa Rosa Paiva (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Solana Irene Loch Zandonai (Ciências Sociais – UFSC)

Gilse Fernanda Cavaleiro de Mattos (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Milena Weber Rodrigues (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Natália Maluf da Rosa (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Tifani Isabelle de Fraga (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Júlia de Souza Corsete (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Luciana Garcia de Mello (Sociologia - UFRGS)

Gabriel de Ávila Othero (Letras – UFRGS)

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Borges Leão (UFCE)

Antonella Tassinari (UFSC)

Francini Venâncio de Oliveira (IESP-UERJ)

Frederic Vandenberghe (IESP-UERJ)

José Benevides (UFMA)

Ricardo Mariano (USP)

Tatiana Savoia Landini (UNIFESP)



EQUIPE TÉCNICA

Andresa Rosa Paiva (PET Ciências Sociais - UFRGS)
Anna Carolina Teles Magagnin (PET Conexões Ciências Humanas – UFRGS)
Amanda Cerioli (PET Letras – UFRGS)
Augusto Mallet (PET Letras – UFRGS)
Gilse Fernanda Cavaleiro de Mattos (PET Ciências Sociais - UFRGS)
Júlia de Souza Corsete (PET Ciências Sociais - UFRGS)
Débora Goulart (PET Letras – UFRGS)
Natalia Vargas (PET Letras – UFRGS)
Tifani Isabele de Fraga (PET Ciências Sociais - UFRGS)

Expediente:

Programa de Educação Tutorial – PET Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Bento Gonçalves 9500, Campus do Vale, Agronomia CEP 91509-900.
Porto Alegre/RS. Prédio C2, sala 205
Telefone: 51 3308-6630
Correio eletrônico: revistatodaviaufrgs@gmail.com Eletronicamente disponível em:
<http://www.ufrgs.br/revistatodavia>
ISSN 2179-1368

Site desenvolvido por: Iara Passos, Pedro Souza e Tifani Isabeli

Capa: Guilherme Brandalise

Contracapa: Juliana Andrade



SUMÁRIO

MOVIMENTOS MUSICAIS NA JAMAICA E SEUS CONTEXTOS: SKA, ROCKSTEADY E REGGAE Vitor Borges da Cunha	6
REFORMA POLÍTICA: REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE LISTA FECHADA PARA CÂMARA FEDERAL E FINANCIAMENTO EXCLUSIVAMENTE PÚBLICO Thiago Engelman De Leon Madeira	27
REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CONSELHOS GESTORES: UMA ANÁLISE SOBRE O PARANÁ Milena Cristina Belançon	42
MULHER E TRABALHO NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1906-1919) Jose Rivaldo Teles	63
“UM MAL NECESSÁRIO E TEMPORÁRIO”: ABORTO NO ESTADO SOVIÉTICO, 1917-1936 Augusta Silveira	85
JORNALISMO E PINK MONEY: O ENTRETENIMENTO NO IGAY Matheus Bertoldo Bazeggio da Rocha Pâmela Caroline Stocker	106



APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos o número **2** da Revista Todavia referente ao ano de 2019. Esta publicação é uma realização dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial, Grupo PET, do curso de Ciências Sociais da UFRGS com a ajuda do Grupo PET Letras da mesma Universidade, que retomou neste ano o projeto de seu veículo de divulgação da produção acadêmica. Em marcha lenta, porém constante, publicamos essa edição retomando ainda alguns artigos aprovados no ano de 2016. As mudanças que viabilizaram a retomada desse importante instrumento de transmissão de conhecimento precisaram ser conduzidas com certa paciência. Porém é certo que o esforço realizado pelos editores, pelos autores, pelos pareceristas, pela Comissão Editorial e pelo Conselho Editorial trará, nas edições por vir, importantes experiências na formação profissional de muitos de nós, graduandos.

"Reforma Política: representação proporcional de lista fechada para Câmara Federal e financiamento exclusivamente público" busca realizar um debate teórico acerca da reforma política além de fornecer possíveis consequências de duas alterações institucionais do sistema eleitoral, dando ênfase à governabilidade.

Em *"Representação Feminina nos Conselhos Gestores: uma análise sobre o Paraná"*, a autora busca aprofundar a discussão sobre Conselhos Gestores e gênero, a partir da questão da representação feminina nesses espaços tendo em vista a baixa representatividade desse grupo nas instituições tradicionais de representação.

"Jornalismo e Pink Money: o entretenimento no iGay" examina as construções e representações de identidades sexuais e de gêneros em um portal jornalístico online que se apresenta destinado exclusivamente para o público LGBT.

No artigo *"Um mal necessário e temporário: aborto no Estado Soviético, 1917- 1936"*, é discutido como e em que situações os abortos (legais e ilegais) eram feitos durante o período da liberação do aborto na União Soviética, entre 1930 e 1936, para se compreender a experiência das mulheres com reprodução e



contracepção, bem como a reação conservadora que termina por proibir a prática novamente.

O artigo "*Mulher e Trabalho nas páginas do jornal O Estado de São Paulo (1906-1919)*" pretende analisar como eram retratadas as mulheres em relação ao mercado de trabalho nas páginas do jornal "O Estado de São Paulo" nas primeiras décadas do século XX.

Por fim, "Movimentos musicais na Jamaica e seus contextos: SKA, Rocksteady e Reggae" analisa os movimentos musicais jamaicanos das décadas de 1950, 60 e 70, a fim de ver como tais movimentos representavam o pensamento da população jamaicana, além de grupos específicos, representados no trabalho pelos adeptos da religião rastafári e moradores das comunidades pobres próximas a Kingston, capital do país.

O PET Ciências Sociais pretende portanto, com essa publicação de recomeço, tornar a incentivar estudantes para que submetam os seus trabalhos, e assim voltem a ter a revista como referencial de produção acadêmica feito de e para os alunos dos cursos de graduação ligados a temas de Humanidades. Por fim, a revista TODAVIA pretende fortalecer e divulgar os trabalhos feitos pelos alunos de graduação em ciências humanas de diversas Universidades, sobretudo as brasileiras, logo estando aberta para a inscrição de novas publicações. Em tempos como o qual que estamos vivendo em que predomina o sentimento de "fim de mundo", as Ciências Sociais necessitam de forças para mostrar a que vieram, se afirmando como ciência e fazendo esforços possíveis para atingir a comunidade externa.

Grupo de bolsistas PET Ciências Sociais



MOVIMENTOS MÚSICAIS NA JAMAICA E SEUS CONTEXTOS: SKA, ROCKSTEADY E REGGAE¹

Vitor Borges da Cunha²

Resumo:

Neste trabalho, buscarei primeiramente contextualizar a formação da Jamaica atual, indo desde o período colonial até a segunda metade do século XX. Então, pretendo fazer uma análise de movimentos musicais jamaicanos das décadas de 1950, 60 e 70, contextualizando-os em seus respectivos momentos: o ska, o rocksteady e o reggae. O objetivo é ver como eles representavam o pensamento da população jamaicana, além de grupos específicos, representados no trabalho pelos adeptos da religião rastafári e moradores das comunidades pobres próximas a Kingston, capital do país.

Palavras-chave: Jamaica; Movimentos Musicais; Cultura Popular; Século XX

1. Dados gerais: do período colonial à segunda metade do século XX

A Jamaica é uma ilha localizada nas Antilhas, com uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, sendo que 90% é afrodescendente. Segundo Rodrigo Nobile, sua capital, Kingston, abriga cerca de um quarto de sua população (NOBILE, 2006, p.686).

Primeiramente colonizada por espanhóis, estes dizimaram a população nativa, conhecida pelo nome de tainos ou aruaques. Com isso, começou a chegada de

¹ Trabalho feito para a disciplina de História da América III, ministrada pelo professor Mathias S. Luce, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); vitorbcunha94@gmail.com.

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



escravos africanos à ilha, para trabalhar em plantações de cana-de-açúcar e algodão. Como aponta Nobile, estima-se que tenham passado 2 milhões de africanos pelo território (NOBILE, 2006, p.686).

Em 1655, os espanhóis perdem o controle da ilha para as frotas navais da Inglaterra, que invadiram com um efetivo muito superior. Em 1670, com a assinatura do Tratado de Madri, de acordo com Nobile, a Jamaica foi oficialmente transferida à Inglaterra, que concedeu cidadania a todos os brancos habitantes da ilha, de modo a fortalecer seu domínio e legitimar-se perante a elite local espanhola (NOBILE, 2006, p.686).

Um fator diferencial da dominação branca exercida na Jamaica, em relação às outras colônias europeias na América Latina, é o que se chamou de “senhores ausentes”: enquanto, geralmente, os senhores de escravos viviam em seus domínios coloniais, na Jamaica, os proprietários enriquecidos ficavam nas metrópoles, tendo administradores brancos a seu mando para controlar seus negócios. Como aponta o verbete sobre a Jamaica na Enciclopédia Latinoamericana contemporânea da América Latina e do Caribe, organizado por Emir Sader, o grande fluxo de escravos e os “senhores ausentes” “(...) somad[o]s à atuação de abolicionistas negros e brancos, tornaram a insubordinação bem mais frequente na Jamaica do que em outras colônias inglesas no Caribe.” (SADER, 2006, p.687).

O século XIX foi marcado por muitas revoltas, tanto por questões internas quanto externas. Internamente, o movimento abolicionista intensificou-se, e o apoio de setores religiosos à causa aumentou a pressão pelo fim da escravidão. A demanda do açúcar diminuiu em 1830, o que gerou uma crise interna na Jamaica. Em 1831, uma grande rebelião de escravos, que contou com cerca de 60 mil participantes e ficou conhecida como a Guerra Batista, gerou uma grande apreensão para a elite, que, segundo Nobile, acabou proclamando a abolição em 29 de agosto de 1833, libertando



311 mil escravos (NOBILE, 2006, p.687). Abigail Bakan aponta que a religião teve um papel muito importante para essa revolta, pois a restrição de suas práticas por escravos, foi justamente um dos fatores que levou a tal revolta, além de a articulação e planejamento desta ter sido feita em igrejas clandestinas:

O idioma da religião era apenas um dos temas centrais da rebelião de 1831. Igualmente importante foi a convicção de que os escravos já tinham a liberdade legalmente concedida pelo Parlamento Britânico, e que era apenas a classe jamaicana dominante local que estava impedindo a implementação do “free paper”. (BAKAN, 1990, p.57)³

Vemos que a importância religiosa permanece na cultura jamaicana, inspirando o movimento rastafári e as produções musicais, como podemos perceber no seguinte trecho: “Almighty Father/ He's a powerful Savior/ Almighty Father/ He's a powerful Savior/ So you must throw away your guns/ And come with your heart, brother/ I said to throw away your guns/ And come with your heart, brother” (THE ETHIOPIANS, 1966). Ao dizer que as armas não são necessárias, uma vez que Deus é o salvador, os autores o colocam como fundamental para a salvação, dando-lhe um papel ativo nas questões mundanas.

Como de praxe, entre os períodos pós-abolição, não foi tomada nenhuma medida para amparar os libertos. As políticas de imigração de europeus dificultavam o acesso a trabalho, e muitos libertos migraram para as grandes cidades. Esse processo ficou conhecido como “guetização” (NOBILE, 2006,p.687), o qual o presente trabalho abordará em certa medida, visto que foi em Kingston que surgiram os estilos musicais que serão trabalhados. É possível perceber isso, inclusive, em uma das músicas que analisamos para o trabalho:

³ Citação no original: The religious idiom was only one central theme in the rebellion of 1831. Equally important was the belief that the slaves had already been legally granted freedom through the British Parliament, and that it was only the local Jamaican ruling class that was preventing the implementation of the “free paper”.



Then I walk up the first street, (Natty Dreadlock)/ And then I walk up the second street to see. (Natty Dreadlock)/ Then I trod on through third street, (Natty Dreadlock)/ And then I talk to some Dread on fourth street. (Natty Dreadlock)/ Natty Dreadlock in a fifth street, (Natty Dreadlock)/ And then I skip one fence to sixth street. (Natty Dreadlock)/ I've got to reach seventh street: (Natty Dreadlock) (THE WAYLERS, 1974)

Nesse trecho, o personagem da música caminha pelas ruas de Kingston, relatando o caminho tortuoso das ruas sem planejamento e infraestrutura. Em consonância com a obra, início do século XX foi marcado por dificuldades econômicas para a Jamaica. Rodrigo Nobile, afirma que a crise de 1929 “afetou a cultura da cana-de-açúcar e outros cultivos de exportação” (NOBILE, 2006, p.687).

Isso é corroborado por Vânia Bambirra, em seu trabalho “O Capitalismo dependente latino-americano”, em que a Jamaica se classificaria como um terceiro tipo de país: “*países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial* (Tipo C)”. Diferentemente do Tipo A: “*países com início antigo de industrialização*”, processo que teria começado antes do pós-Primeira Guerra Mundial; assim como do Tipo B: “*países cuja industrialização foi produto da integração monopolística*”, que tem sua industrialização no pós-Primeira Guerra Mundial devido à integração do capitalismo em torno de um centro hegemônico – os Estados Unidos (BAMBIRRA, 2012, pp.58-60). Portanto, a Jamaica tinha uma forte dependência de exportações para manter sua economia estável, não contando com uma indústria desenvolvida.

Com a crise jamaicana, ocorre um aumento na luta por direitos civis. Entre os expoentes do movimento está Marcus Garvey, ativista sindical e ligado ao movimento Rastafári, que funda em 1929 o Partido Político Popular, primeiro partido do país (NOBILE, 2006, p.687).

Como aponta Stephen King,



O movimento rastafari, entre 1870 e 1958, desenvolveu-se em 3 momentos diferentes: (1) Marcus Garvey e Etiopianismo (1870-1930); (2) a coroação de Haile Selassie como imperador da Etiópia e a formação das primeiras Igrejas rastafáris (1930-1949); e (3) a emergência da Youth Black Faith como facção militante dentro do movimento rastafári (1949-1958). (KING, 2002, p.xv)

Nessa primeira etapa, o papel de Marcus Garvey é de suma importância. Após um período de viagens por outros países da América Latina, ele começou a defender a ideia de que os negros deveriam se unir para derrotar a opressão que sofreram durante séculos, além de propor que deveriam retornar ao seu continente de origem: a África. Para tanto, ele organiza a Black Star Steamship Line, que seria uma companhia naval para transporte de negros para o continente africano.

Para conseguir um maior poder de mobilização para suas causas, ele funda na Jamaica, em 1914, a Universal Negro Improvement Association (UNIA) e, em 1916, estabelece um posto da UNIA nos Estados Unidos. Essa associação tinha o objetivo, segundo Stephen King, de unir os negros em torno de um órgão oficial e contava com um jornal próprio, o *Negro World* (KING, 2006, p. xv). Em 1920, como o autor aponta, a UNIA tinha cerca de 2 milhões de negros filiados (KING, 2006, p. xv).

Outro ponto defendido por Garvey era o “*Etiopianismo*”. Movimento originário da África do Sul, idealizado por volta de 1870, que tinha a proposta de que os negros, diferentemente do que os pregadores brancos propunham, tinham um papel fundamental no cristianismo e na Bíblia. Esse movimento apontava, inclusive, que Deus seria negro e estaria vivo.

Outro fator importante a respeito da pessoa de Marcus Garvey é o fato de que ele era encarado como um profeta pelo rastafarianismo. A profecia mais relevante para o movimento rastafári posterior foi a que disse que o redentor dos negros seria coroado em breve na África: “Olhe para a África quando um rei negro for coroado, pois o dia da libertação estará próximo”, discurso presente no trabalho de Sarah Daynes (DAYNES, 2010, p.24). Em 1930, Ras Tafari (príncipe da paz) Makonnen é coroado



Imperador da Etiópia. Os títulos atribuídos a ele, além do nome de Hailse Selassie I, “Rei dos Reis, Lorde dos Lordes, Leão conquistador da Tribo de Judá, Eleito de Deus e Luz do Mundo”, eram muito semelhantes aos que eram atribuídos ao messias negro, da bíblia rastafári, o Kebra Nagast, que traz elementos parecidos com o Velho Testamento da Bíblia, segundo Rogério Beier (BEIER, 2012).

No seguinte trecho da música Natty Dread, “Oh, Natty, Natty, Natty 21,000 miles away from home, yeah!”, podemos ver que, por considerarem Haile Selassie o messias, os rastafáris acreditavam que sua terra era na Etiópia e ,por isso, o rastarafarianismo pode ser considerado uma religião de diáspora.

2 Movimentos musicais do período: ska, rocksteady e reggae

As décadas de 1940, 50 e 60 foram marcantes na história jamaicana. Nesse momento, ela já tinha perdido o status de colônia inglesa (1944), e as disputas políticas se encontravam muito polarizadas e violentas: de um lado, o Partido Popular Nacional (PPN), fundado em 1938 por Bustamante e Norman Manley, era mais alinhado às ideias de esquerda; já o Partido Trabalhista da Jamaica (PTJ), fundado em 1943 por Bustamante, que deixou o PPN por divergências políticas, alinhava-se mais à direita, e foi o partido que venceu as eleições de 1944, permanecendo no poder até 1955, quando Norman Manley consegue a vitória nas eleições, permanecendo até 1962, quando Bustamante e o PTJ retomam o poder. É também neste ano que a Jamaica finalmente consegue sua independência, com a nova constituição estabelecendo um sistema parlamentar aos moldes ingleses (NOBILE, 2006, p.688).

Essa tensão refletiu-se nos movimentos culturais jamaicanos. Como aponta György Lukács, a arte “é a verdade da autoconsciência da humanidade, isto é, uma verdade que sempre e em todas as partes (...) deve ser indissociável do *hic et nunc*



histórico” (LUKÁCS, 2009, pp.370-371). É nos guetos jamaicanos de Kingston, “nos cortiços e quintais (...), uma área em ruínas, de esgotos a céu aberto, com desemprego galopante e gangues políticas rivais”, descrição parecida com a que Norberto Ferrera faz dos bairros de Buenos Aires, no início do século XX, Villa Malcom e Villa Alvearque, os quais “(...) situados na zona norte da cidade, (...) [os moradores] viviam em ruelas que não estavam nos mapas da cidade, sem saneamento, em casas baixas e pequenas, separadas por elevações de barro e barrancos.” (FERRERA, 2006, p.59), onde surge o ska nos finais dos anos 1950.

2.1. O ska

Inspirado pelo R&B norte-americano, as letras do ska iam desde desilusões amorosas até expressões políticas, e foi a primeira forma de protesto musical e que congregou isso com críticas políticas e a ideologia rastafári. Dessa forma, como aponta Stephen King, o rastafarianismo encontrou uma forma mais efetiva de propagar suas ideias: a música (KING, 2006, p.5). Alguns artistas, dentro do mundo do ska, tiveram um papel mais relacionado ao rastafarianismo do que outros. Artistas como Count Ossie (Oswald Williams) não apenas convidavam adeptos do movimento para integrar suas bandas, mas também tratavam da ideologia rastafári em suas letras (KING, 2006, pp.24-25). Exemplificando alguns dos grandes nomes do gênero, pode-se citar The Skatalites, Toots and The Maytals e The Wailing Wailers, da qual fazia parte Bob Marley, Peter Tosh e Bunny Wailer, futuros grandes nomes do reggae que também fizeram parte do estilo musical rocksteady, posterior ao ska e anterior ao reggae. A propagação do ritmo se deu principalmente através de “sound systems”, aparelhos portáteis reprodutores de fitas cassetes, que eram levados para locais públicos onde comunidades podiam ouvir (KING, 2006, p.16). Isso gerou, além da propagação do ska, um senso de integração mais forte nas comunidades jamaicanas.



Analisando a música *The Word is Love*, do *The Ethiopians*, podemos perceber essas características influenciando a produção musical do período.

The Ethiopians – The Word is Love, sem ano exato, do álbum Train to Skaville: Anthology 1966-1975, gravadora Sanctuary Records, 2002

Música no original: Are you ready/ Here comes the change/ Are you ready/ For that change?/ Almighty Father/ He's a powerful Savior/ Almighty Father/ He's a powerful Savior/ So you must throw away your guns/ And come with your heart, brother/ I said to throw away your guns/ And come with your heart, brother/ My sister, if you live by the sword/ You shall perish by the sword/ If you live by the sword/ You shall perish by the sword, brother/ My sister, you must remember the word is love/ And the name of the game is freedom/ Remember the word is love/ And the name of the game is freedom for all/ So won't you sing it out, freedom/ I got to tell you now, freedom/ A happy ending, freedom/ So you must throw away your guns/ And come with your heart, brother/ I said to throw away your gun/ And come with your heart, brother/ My sister, you must remember the word is love/ And the name of the game is freedom/ Remember the word is love/ And the name of the game is freedom for all.



Você está pronto
 Aí vem a mudança
 Você está pronto
 Para essa mudança?

Pai Todo-Poderoso
 Ele é um poderoso Salvador
 Pai Todo-Poderoso
 Ele é um poderoso Salvador

Então você deve jogar fora suas armas
 E vir com seu coração, irmão
 Eu disse jogue fora suas armas
 E venha com seu coração, irmão

Minha irmã, se você viver pela espada
 Você irá perecer pela espada
 Se você viver pela espada
 Você irá perecer pela espada, irmão

Minha irmã, você precisa lembrar
 que a palavra é amor
 E o nome do jogo é liberdade
 Lembre que a palavra é amor
 E que o nome do jogo é
 liberdade para todos

Então não irá você cantar,
 liberdade
 Eu devo lhe dizer agora,
 liberdade
 Um final feliz, liberdade

Então você deve jogar fora suas
 armas
 E vir com seu coração, irmão
 Eu disse jogue fora sua arma
 E venha com seu coração, irmão
 Minha irmã, você deve lembrar
 que a palavra é
 amor
 E o nome do jogo é liberdade

Lembre que a palavra é amor
 E o nome do jogo é liberdade
 para todos

A letra da banda The Ethiopians clama pela liberdade, pela união e pelo fim da violência. Há, também, um elemento religioso, atribuindo à crença em Deus o poder de fazer essa liberdade. Nota-se, portanto, uma certa religiosidade, ainda que não seja possível identifica-la plenamente com o rastafarianismo; e um tom de protesto leve, pedindo paz. Considerando o período em que a letra foi escrita (1966-1975), é possível compreender esse clamor: no período logo após a independência (1962), as disputas políticas encontravam-se muito polarizadas, havendo casos de violência entre os grupos divergentes (PPN e PTJ).



2.2. O rocksteady

O rocksteady surge por volta da metade da década de 1960, com uma nítida influência da *soul music* norte-americana, um som mais emocional, calmo e com vocais mais destacados (KING, 2006, p.35). Entre artistas do estilo, podemos destacar: The Wailers (antigo The Wailing Wailers), Derrick Morgan e Desmond Dekker. É interessante contextualizar o momento que a Jamaica vivia para explicar um fenômeno que era concomitante com o estilo musical: os *rudeboys* (ou Rude Boys).

O movimento surge em uma sociedade com uma gritante desigualdade social, em que mesmo com uma melhora na economia do país na década de 1960, tal fator só aumentou a tensão, já que nessa sociedade dependente, as elites concentravam todos os benefícios dessa melhora, enquanto que a pobreza e o desemprego assolavam cada vez mais a população. Isso teve um reflexo nos movimentos sociais: entre os rastafáris, aumentaram-se as declarações do orgulho negro, e houve um maior engajamento político, antes visto como infrutífero. Isso se explica, além da questão do período conturbado no país, pela difusão que o rastafarianismo tinha alcançado no momento: enquanto antes era pouco difundido (até por conta da postura de seus adeptos, mais reclusos e meditativos, vivendo mais isolados da sociedade), nesse momento ele já tinha alcançado uma propagação maior, e algumas de suas ideias tiveram certa repercussão entre a classe média jamaicana, como a questão da herança/origem africana (KING, 2006, p. 32-33) e críticas ao capitalismo imperialista. É válido, também, mencionar a visita que Haile Selassie fez à Jamaica em 1966, o que colaborou para a visibilidade da religião e também para acontecer uma mudança de postura em relação à ideia de retorno à África: antes visto como uma questão física, Selassie considerou que a questão podia ser mais espiritual, e que a tarefa dos rastafáris deveria girar em torno da libertação de todo o povo jamaicano, ou seja, criar



uma doutrinação mais ampla (KING, 2006,p.34). E dentro das zonas mais pobres jamaicanas, surgiram os *rudeboys*, uma juventude rebelde, que respondia com violência às violências e privações que sofriam dentro do sistema capitalista (KING, 2006, p.27), postura diferente da dos adeptos do rastafarianismo, mas que tinha semelhanças ideológicas.

Para além da violência física, os *rudeboys* tinham sua expressão musical: o rocksteady. Como aponta Stephen King, “[o] rocksteady representou um avanço no desenvolvimento de uma música popular como meio de protesto social na Jamaica” (KING, 2006, p.28)⁴. Ou seja, o rocksteady tinha uma característica mais de música de protesto e de crítica social do que o ska, respondendo claramente às demandas do momento de sua formação, e sendo também resultado desse momento – era uma dupla construção.

Esses jovens rebeldes eram vistos de maneiras distintas pelas letras do rocksteady e pelo governo jamaicano. Como aponta Stephen King,

Enquanto o governo jamaicano denunciava publicamente a violência dos *rudeboys* e seu comportamento antissocial, muitos artistas aclamavam o “bom rudie”, celebrando sua força, juventude, inteligência e agressividade (KING, 2006, p.37).

Ou seja, visto como desordeiro pelo governo, na verdade o *rudeboy* jamaicano nada mais era que um rebelde contra o sistema opressor, utilizando-se de violência para combater as violências, causadas pela polícia, as quais a população marginalizada era vítima, e que eram percebidas em letras de músicas, cujos compositores faziam parte dessa realidade de perseguição estatal, uma vez que também advinham das classes mais baixas.

Desmond Dekker - 007 (Shanty Town), do álbum homônimo 007 (Shanty Town).

⁴ Citação no original: “rocksteady represented a leap forward in the development of a popular music as a means of social protest in Jamaica.”



gravadora Pyramid, 1967

Música original: 007, 007/ At ocean eleven/ And now rudeboys a go wail/ 'Cause them out of jail/ Rudeboys cannot fail/ 'Cause them must get bail/ Oh, dem a loot, dem a shoot, dem a wail/ A shanty town/ Dem a loot, dem a shoot, dem a wail/ A shanty town/ Dem rudeboys get a probation/ A shanty town/ A shanty town/ Rudeboy a weep and a wail/ A shanty town/ Rudeboys cannot fail/ 'Cause them must get bail/ Oh, dem a loot, dem a shoot, dem a wail/ A shanty town/ Dem a loot, dem a shoot, dem a wail/ A shanty town/ Dem rudeboys get a probation/ A shanty town/ And rudeboy a bomb up the town/ A shanty town/ 007, 007/ At ocean eleven/ And the rudeboys a go wail/ 'Cause them out of jail/ And rudeboy a bomb up the town/ A shanty town/ Police get taller/ A shanty town/ Soldier get longer/ A shanty town/ Rudeboy a weep and a wail.

007, 007
At ocean eleven
And now rudeboys a go wail
'Cause them out of jail
Rudeboys cannot fail
'Cause them must get bail

Oh, dem a loot, dem a shoot, dem a wail
A shanty town
Dem a loot, dem a shoot, dem a wail
A shanty town

Dem rudeboys get a probation
A shanty town

A shanty town
Rudeboy a weep and a wail
A shanty town

Rudeboys cannot fail
'Cause them must get bail

Oh, dem a loot, dem a shoot, dem a wail
A shanty town
Dem a loot, dem a shoot, dem a wail
A shanty town

Dem rudeboys get a probation
A shanty town



And rudeboy a bomb up the town
A shanty town

007, 007
At ocean eleven
And the rudeboys a go wail
'Cause them out of jail

And rudeboy a bomb up
the town
A shanty town
Police get taller
A shanty town
Soldier get longer
A shanty town
Rudeboy a weep and a
wail

Essa música, de Desmond Dekker⁵, pode-se notar a identificação do rocksteady com o *rudeboy*. Falando de prisões, fianças e confrontos com a polícia, a letra exalta a figura do *rudeboy*, e que ele não pode falhar com sua missão de rebelar-se contra o sistema, pois sua fiança foi paga para isso ("007, 007/ At ocean eleven/ And the rudeboys a go wail/ 'Cause them out of jail/ Rudeboys cannot fail/'Cause them must get bail"). É interessante, também, a expressão "Shanty Town", que quer dizer favela, dando sentido ao "ocean eleven", possivelmente um local dela.

2.3. O reggae

O nascimento do reggae se dá por volta de 1968, e com ele alguns elementos passam a ser mais destacados em suas letras. Com uma sonoridade mais calma, lenta, o reggae tinha de calmo apenas a sonoridade, com letras politicamente mais radicais e com elementos específicos do rastafári sendo tratados, como as críticas à "Babilônia", que seria nosso modo de vida baseado na exploração dos outros, como, por exemplo, a escravidão do período colonial, e que encontram seu correspondente contemporâneo no capitalismo (KING, 2006, p.55); o uso de línguas africanas em suas composições, o que evidencia a ideia de africanidade; e a defesa do uso espiritual de maconha, conhecida entre eles como *ganja*, termo que deriva provavelmente de *dagga*, que é

⁵ Música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqgWuMcHc3g>, acessado em 30/11/2015.



como a maconha é conhecida em regiões da África Central e Austral. Enquanto o rocksteady tinha o *rudeboy* como sua figura rebelde, o reggae tinha o seu guerreiro rastafári, que tinha a tarefa de derrubar a “Babilônia” e disseminar os valores do rastafarianismo.

Contextualizando o momento de surgimento do reggae, a Jamaica passava por um momento delicado: era governada pelo PTJ, partido alinhado às elites, o plano econômico do partido havia fracassado, o custo de vida aumentava cada vez mais, e o país tinha taxas de desemprego altíssimas. Mesmo numa sociedade que, segundo Donna Hope, desde o início da década de 1960 notava-se um “vibrante quadro clientelístico de generosidade aos apoiadores políticos leais”, e que tinha uma propensão a apoiar líderes carismáticos (HOPE, 2006, p.3) – fenômeno não exclusivo da Jamaica, como se pode perceber em outras nações da primeira metade do século XX, como Alemanha, Itália, Brasil... –, esse partido encontrava-se desgastado e com movimentos cada vez mais fortes contestando sua hegemonia no poder. Isso culmina, em 1972, com a vitória do PPN, oposição de esquerda, e que se utilizou do reggae e do rastafarianismo como instrumento auxiliar para chegar ao poder: para as eleições de 1972, como aponta Sarah Daynes, o partido contratou músicos do estilo para fazer um tour pela Jamaica, promovendo o partido e suas campanhas (DAYNES, 2010, p.2000). E, devido a isso, segundo Stephen King, “Devido ao aumento de popularidade do reggae, símbolos rastafáris cada vez mais se tornavam populares na sociedade jamaicana.” (KING, 2006, p.106)

É justamente dessa forma que o reggae consegue uma maior projeção para a música jamaicana: mesmo com suas letras contrárias ao sistema, ele acabou sendo absorvido pelo próprio sistema, porém dentro da oposição ao partido tradicionalmente eleito e elitista do país. Com isso, o estilo passou por uma valorização, alcançando maiores setores da sociedade jamaicana do que seus predecessores, e chegando à



projeção internacional. Em 1972, o álbum *Catch a Fire*, do grupo The Wailers, foi o primeiro a alcançar uma repercussão internacional considerável (KING, 2006, p.55), e o reggae espalhou sua influência musical pelo mundo a partir de então. Exemplo disso é o movimento punk britânico: composto por jovens rebeldes contra o sistema capitalista, estes encontraram no reggae (e ska também) não apenas uma sonoridade diferente do que era popular entre eles, mas também letras de protesto e ideias das quais compactuavam. Essa valorização da música jamaicana, unida ao contexto de migrações pelo qual a Jamaica passou na década de 1960, com muitos indivíduos indo para a Inglaterra, fez com que fosse comum, entre os punks, usar as tradicionais vestimentas dos *rudeboys* (terno, chapéu e suspensório) e ouvir bandas e músicas jamaicanas⁶.

Com essa notoriedade, o reggae e o movimento rastafári sofreram alterações. As letras do reggae passaram a tratar de temas mais internacionais, com uma maior polidez nas suas letras por conta de modificações feitas por gravadoras norte-americanas. Além disso, algumas mudanças, introduzidas por produtores, como Chris Blackwell, colaboraram para tornar mais comercial a música: as formações das bandas, que antes se alteravam com certa frequência, tornaram-se mais estáveis; elementos do rastafarianismo mais comerciais foram destacados, como o consumo de maconha; álbuns com maior duração foram preferidos, para se encaixar no padrão internacional; e houve também uma certa mudança nos arranjos musicais e na produção (KING, 2006, pp.98-99).

O rastafarianismo, por sua vez, dividiu-se em opiniões a respeito dessa repercussão mundial que suas ideias estavam tendo: enquanto uns, mais “políticos”,

⁶ Isso mostra o caráter original do punk, movimento que pregava nos seus primórdios – e também entre os que acreditavam no ideal, mas em momentos posteriores – contra o racismo, a homofobia, o capitalismo e outros pontos.



viam com bons olhos a difusão da mensagem, outros, mais “espirituais”, acreditavam que o movimento estava tornando-se um fruto do próprio sistema capitalista, tornando-se comercial e perdendo a crença verdadeira nos princípios religiosos por trás das atitudes de seus adeptos.

Bob Marley & The Wailers – Natty Dread, do álbum homônimo Natty Dread, gravadora Tuff Gong/Island, 1974

Música original: Dread, Natty Dread now, (Natty Dread)/ Dreadlock Congo Bongo I. (Natty Dread)/ Natty Dreadlock in a Babylon: (Natty Dread)/ A dreadlock Congo Bongo I. (Natty Dread)/ Eh! Children get your culture (Natty Dreadlock)/ And don't stay there and gesture, a-ah, (Natty Dreadlock)/ Or the battle will be hotter (Natty Dreadlock)/ And you won't get no supper. (Natty Dreadlock)/ Natty Dread, Natty Dread, now; (Natty Dread)/ A dreadlock Congo Bongo I. (Natty Dread)/ Natty Dreadlock in a Babylon - (Natty Dread)/ Roots Natty, Roots Natty! (Natty Dread)/ Oh, Natty, Natty,/ Natty 21,000 miles away from home, yeah!/ Oh, Natty, Natty,/ And that's a long way/ For Natty to be from home./ Don't care what the world seh; (Natty Dread)/ I'n'I couldn't never go astray. (Natty Dread)/ Just like a bright and sunny day: (Natty Dread)/ Then I walk up the first street, (Natty Dreadlock)/ And then I walk up the second street to see. (Natty Dreadlock)/ Then I trod on through third street, (Natty Dreadlock)/ And then I talk to some Dread on fourth street. (Natty Dreadlock)/ Natty Dreadlock in a fifth street, (Natty Dreadlock)/ And then I skip one fence to sixth street. (Natty Dreadlock)/ I've got to reach seventh street: (Natty Dreadlock)/ Natty Dreadlock Bingy Bongo I (Natty Dread)/ Natty dread, Natty Dread, now, (Natty Dread)/ Roots Natty Congo I. (Natty Dread)/ Oh, we're gonna have things our way. (Natty Dread)/ Natty Dread, Natty Dreadlock, (Natty Dreadlock)/ Dreadlock Congo Bongo I. (Natty Dreadlock)/ Don't care what the world seh; (Natty Dreadlock)/ I'n'I



gonna have things our way. (Natty Dreadlock)/ If a egg Natty in a the red - (Natty Dreadlock)/ If a egg Natty in a the red. (Natty Dreadlock)/ Natty Dread, Natty Dreadlock. /fadeout/

Dread, Dread raíz agora (Dread raíz)
 Dreadlock Congo Bongo Eu (Dread raíz)
 Dreadlock Raíz na Babilônia (Dread raíz)
 Um Dreadlock Congo Bongo eu (Dread raíz)
 Eh! Crianças vivam sua cultura (Dreadlock raíz)
 E não fiquem parados com gestos, a-ah (Dreadlock raíz)
 Ou a batalha será mais quente (Dreadlock raíz)
 E você não terá ceia (Dreadlock raíz)

Dread raíz, Dread raíz, agora (Dread raíz)
 Um dreadlock Congo Bongo eu (Dread raíz)
 Dread raíz na Babilônia (Dread raíz)
 Raíz natural, Raíz natural! (Dread raíz)

Oh, raíz, raíz
 Raíz 21.000 milhas longe de casa, yeah!
 Dreadlock raíz Bingy Bongo eu (Dread raíz)
 Dread raíz, Dread raíz, agora (Dread raíz)
 Raíz natural Congo eu (Dread raíz)
 Oh, nós vamos ter as coisas do nosso jeito (Dread raíz)
 Dread raíz, Dreadlock raíz (Dreadlock raíz)
 Dreadlock Congo Bongo eu (Dread raíz)

Oh, Natural, Natural,
 E é um longo caminho
 Para um Natural estar de casa

Não ligue para o que o mundo diz (Dread raíz)
 Eu e eu nunca poderia me desviar do caminho (Dread raíz)
 Como em um brilhante e ensolarado dia (Dread raíz)

Então eu caminhei pela primeira rua (Dread raíz)
 E então eu caminhei pela segunda rua para ver (Dread raíz)
 Então eu caminhei pela terceira rua (Dread raíz)
 E então eu falei com um Dread na quarta rua (Dreadlock raíz)



Dreadlock natural na quinta rua (Dreadlock raiz)
 Então eu pulei uma cerca para a sexta rua (Dread raiz)
 Eu tenho que chegar na sétima rua (Dreadlock raiz)

Não ligue para o que mundo diz (Dreadlock raiz)
 Eu e eu vou fazer as coisas do meu jeito (Dreadlock raiz)
 Nativo como uma gema vermelha (Dreadlock raiz)
 Nativo como uma gema vermelha (Dreadlock raiz)
 Dread raiz, Dreadlock raiz

Nessa música, de Bob Marley & The Wailers⁷, nota-se elementos do rastafarianismo: expressões africanas, como “Congo Bongo” ou “Bingy Bongo”; a ideia do guerreiro rastafári e sua vida na Babilônia (“Natty Dreadlock in a Babylon”); e a concepção, para os adeptos da religião, de que os negros necessitavam retornar à África (“Natty 21,000 miles away from home, yeah!”). Outros elementos podem ser percebidos também, como a necessidade de se ensinar a cultura jamaicana para os jamaicanos, e não uma cultura importada (“Eh! Children get your culture (Natty Dreadlock)”), e a vida em Trenchtown, comunidade próxima à capital Kingston e berço de boa parte dos grandes músicos jamaicanos, falando das ruas, nomeadas como “primeiro”, “segunda”, e assim por diante, e algumas características dos indivíduos e locais que a compunham.

⁷ Música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7HLXRDewGyk>, acessado em 30/11/2015.



Conclusão:

Após esse breve trabalho, pode-se concluir que os estilos musicais são um reflexo do período em que se formam. Isso não vale apenas para a Jamaica, mas para movimentos musicais do mundo todo. Porém, buscou-se aprofundar essa noção para o caso particular jamaicano, vendo que essa formação é influenciada por diferentes fatores. No caso, tanto a política quanto a tensão social tiveram um papel importante, mas podemos somar outro elemento ímpar para a Jamaica: o rastafarianismo. Influenciando crenças, ideologias e a própria visão que o negro jamaicano tinha de si mesmo enquanto descendente africano, essa religião introduz uma nova perspectiva para os indivíduos que compunham a sociedade jamaicana, trazendo uma valorização dessa ancestralidade. Todos esses elementos podem ser sentidos nos três movimentos musicais trabalhados, mas ganha um destaque maior nos dois últimos (rocksteady e reggae), e principalmente no reggae. Isso pode ser explicado pelo fato de nesse momento a religião já estar mais difundida entre a sociedade, e mesmo que não contando com um percentual considerável de adeptos dentro da população, algumas de suas ideias foram aceitas mesmo pelos não crentes, ou seja, ganhou profusão, alcançando diferentes setores.

Com essa ajuda da religião, somada à profusão maior que o reggae tomou, entre outros fatores, pelo seu uso como arma política, a música jamaicana alcançou uma considerável notoriedade no mundo, e segue até hoje como um ritmo presente em diferentes culturas, pregando uma mensagem tanto de paz quanto de protesto, unindo o amor com a luta pela verdadeira liberdade.

Vendo as músicas de cada período, podemos perceber como se deu a mudança do teor das letras que cada ritmo continha, bem como elementos que cada estilo representou em seu momento. Vale ressaltar, porém, que cada banda e cada música



tinham suas particularidades, e que tomando apenas uma música de cada momento não é possível compreender todo o movimento musical.



Referências bibliográficas:

ARAUJO, Adéle Cristina Braga. **Estética em Lukács: Reverberações da Arte no Campo da Formação Humana**. Fortaleza: 2013, 114f., Dissertação (Mestrado) – UEC, 2013.

BAKAN, Abigail B. **Ideology and Class Conflict in Jamaica: The Politics of Rebellion**. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1990.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BEIER, Rogério. **Um herói jamaicano: Marcus Mosiah Garvey**. Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2012/08/01/um-heroi-jamaicano-marcus-mosiah-garvey/>, acessado em 20/11/2015.

DAYNES, Sarah. **Time and memory in reggae music: The politics of hope**. Manchester: Manchester University Press, 2010.

FERRERA, Noberto. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires, 1880-1920**. Niterói: Editora UFF, 2006.

HOPE, Donna Patricia. **Inna di dancehall: popular culture and the politics of identity in Jamaica**. Kingston: University of West Indies Press, 2006.

Impacto Cultural. In: **Cannabis (psicotrópico)**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cannabis_\(psicotr%C3%B3pico\)#Impacto_cultural](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cannabis_(psicotr%C3%B3pico)#Impacto_cultural), acessado em 26/11/2015.

KING, Stephen A. **Reggae, Rastafari, and the Rhetoric of Social Control**. Jackson: University Press of Mississippi, 2002.

SADER, Emir et ali (orgs.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Editora Boitempo e LPP-UERJ, 2006.



REFORMA POLÍTICA: REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE LISTA FECHADA PARA CÂMARA FEDERAL E FINANCIAMENTO EXCLUSIVAMENTE PÚBLICO¹

Thiago Engelman De Leon Madeira²

Resumo: O presente trabalho busca realizar um debate teórico acerca da reforma política além de fornecer as possíveis consequências de duas alterações institucionais do sistema eleitoral, dando ênfase à governabilidade. A primeira seria a alteração do sistema de representação proporcional de lista aberta (RPLA) para o sistema de representação proporcional de lista fechada. A segunda seria a adoção, em conjunto, do financiamento exclusivamente público.

Palavras Chave: Reforma Política, governabilidade, financiamento exclusivamente público.

¹ Disciplina: Política V: Análise de Processos Políticos, ministrante Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Mortiz

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: thiagoengelman@hotmail.com
Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



Introdução

A proposta do presente trabalho é, primeiramente, realizar um debate teórico acerca do conceito de reforma política. A segunda parte está pautada no contexto brasileiro de reforma, e por fim, duas propostas de alteração institucional analisando as consequências se caso fosse aprovado. As propostas seriam no sistema eleitoral, a mudança de lista aberta para fechada e a segunda em relação ao tipo de financiamento de campanha, no caso o defendido seria o exclusivamente público.

Debate Teórico

A existência do Estado implica a estabilização de uma estrutura de autoridade. Seja ela centrada no monopólio do uso legítimo da violência (WEBER, 2004) ou na perspectiva do disciplinamento corporal do Biopoder Foucault (1984). Essa autoridade, segundo Rokkan (1975), implica em uma estandarização, fixando-se assim a construção da identidade nacional.

Junto a identidade nacional, ocorre de maneira dialética a construção da identidade individual por meio do coletivo. Segundo Peres (2008) a vertente neoinstitucionalista sociológica compreende instituição como cultura, funcionando como mecanismos de significação à ação e construção da identidade individual. Para um bom funcionamento democrático é necessária a inserção de ideais como tolerância, representatividade, respeito às liberdades individuais às minorias, Baquero (1994).

Nesse sistema a liberdade e a democracia não são apenas instrumentos, mas também fins. E por isso, não podemos renunciar a elas, Ribeiro (2002).

Para que esses dois fenômenos acima se constituam, faz-se necessária a carta regulamentadora da sociedade. Segundo Rousseau (1757), se abdica de liberdades totais individuais para se alcançar maiores liberdades coletivas. Portanto,

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



levando em conta a reconstituição histórica feita por Almeida (2007) o Brasil teve sete constituições, foi por duas vezes Estado unitário e depois federação, passou de monarquia parlamentarista (1824 – 1889) a república presidencialista (1891-1961), depois a república semipresidencialista (1961-1963) e de volta a república presidencialista (1963). Mesmo o Brasil sendo uma república presidencialista, a liberdade e a democracia foram cerceadas durante o regime civil-militar, voltando à democracia apenas em 1984. Portanto, na maior parte de sua trajetória como nação independente, o Brasil não reuniu condições minimamente favoráveis para o surgimento e posterior consolidação de um sistema partidário moderno.

Dando continuidade à questão jurídica do estado, ou às leis que o regem, segundo Rennó (2007), a reforma política é um subgrupo de reformas institucionais. A definição de instituição, tomada do Institucionalismo Racional, no caso de Douglas North (1990) elas seriam as regras do jogo, leis escritas que coordenam o comportamento humano. Consecutivamente, reformas políticas são entendidas como mudanças nas regras do jogo político.

Portanto, quanto mais ampla a reforma, mais componentes do sistema ela muda. Quanto mais profunda, mais radical a mudança em um ou mais subssistemas (RENNÓ, 2007). A partir disso, os atores para continuarem agindo de maneira estratégica, seguindo as regras já dadas pelas instituições, reformulam e formulam suas expectativas para com a maneira que os outros atores irão tomar suas decisões.

Da reforma política e o contexto institucional brasileiro

De acordo com Abrucio (2007) a reforma política tornou-se um dos principais temas do debate brasileiro. Aí termina o consenso sobre essa questão, pois de resto ela é marcada por uma série de controvérsias que vão desde sua definição até seus verdadeiros efeitos e sua utilidade.



Há controvérsia também em relação ao quão problemático é nosso sistema político. Alguns partem de uma análise extremamente negativa, considerando nosso modelo individualista, antipartidário e fragmentado, apontando para uma mudança estrutural do nosso sistema, a partir de uma grande reforma. E outro segmento aponta para o bom funcionamento do sistema, diferentemente da análise cataclísmica dos primeiros, porém necessitando de alterações pontuais. E que as soluções apontadas pelos primeiros estão permeadas por insegurança quanto ao seu funcionamento, consecutivamente, na formulação de resultados inesperados.

Utilizando outra vertente do Neo-institucionalismo, em Acemoglu e Robinson (2012) pode-se sinalizar o conceito de *Path Dependence*, no qual a vertente histórica afirma a importância da trajetória das regras e padrões de comportamento que permanecem e se retroalimentam no tempo, este último conceitualmente elaborado como *Feedback Positivo*, Fernandes (2002). Contudo, em uma reforma política, as heranças de leis antigas muitas vezes permanecem, tal qual as instituições informais. Sem nunca deixar de levar em conta o alto custo de alterar as instituições já vigentes, como aponta esta corrente. Sinalizando então o quão problemático pode significar à agência daqueles atores inseridos na esfera propriamente política uma reforma, no qual desestabilizaria o conjunto de expectativas e preferências junto ao equilíbrio institucional pregado pela Rational Choice.

O grande medo das mudanças é a impossibilidade, muitas vezes, de antecipação de suas consequências, podendo acarretar na criação de mais problemas do que resolvê-los. Rennó (2007) expõe que “o lado perverso (da reforma) surge quando o efeito alcançado contraria o objetivo inicial”.

A partir da elucidação do quão problemático pode ser uma mudança institucional é importante sinalizar para o dilema que engenheiros institucionais vivem o paradoxo da governabilidade e representatividade. Cito dois enfoques diferentes,



representando cada um dos lados dessa dicotomia. Para autores que se preocupam com a formação do governo o sistema majoritário é mais aconselhável, pois reduz a representatividade e facilita a governabilidade e a eficiência do governo, Virgílio (2005). Já o outro lado coloca a representatividade como alicerce para garantia de uma sociedade pluralista e democrática, porém segundo Schwartzman (2009, p. 6) “Governos que precisam negociar com um grande número de partidos e agir dentro de limites legais que definem a forma e a destinação dos recursos públicos têm mais dificuldade para tomar decisões e responder às prioridades que se colocam”.

A ideia é procurar um equilíbrio entre governabilidade e representatividade, já que ambas são questões essenciais para o funcionamento da democracia. No presente trabalho, procurarei selecionar duas situações propostas de reforma e analisar o impacto na questão da governabilidade. Sendo elas o voto em lista fechada e o financiamento exclusivamente público de campanha.

É notória a falta de confiança da população pelos partidos no Brasil. A última pesquisa realizada pela FGV demonstra que em 2015 o percentual de pessoas que confiam nos partidos não superou os 5%. Segundo Mainwaring (1995), citado por Dulci (2003), o Brasil tem sido há muito um caso notório de subdesenvolvimento partidário. As principais características dos partidos políticos brasileiros são sua fragilidade, seu caráter efêmero, suas fracas raízes na sociedade e a autonomia que desfrutam os políticos com relação aos seus partidos. De fato, diante do nível de desenvolvimento econômico do país, o Brasil pode ser um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo.

Na próxima construção de reforma política, tendo em vista os aspectos elucidados acima, é necessária extrema parcimônia e reflexão da mesma. Já que Dulci (2003) aponta que regras eleitorais estáveis e conhecidas ajudam a consolidar o envolvimento dos cidadãos no processo político e fortalecem a sua confiança nas



instituições.

Consecutivamente, reformas interrompem esse processo de consolidação e confiança e, por mais que no imaginário popular “a reforma política” seja encarada como uma ação redentora, faz-se necessário que as próximas alterações que ocorrerão no Congresso tenham algum efeito efetivo, caso contrário, será cada vez mais difícil a visualização de uma alternativa democrática por parte da população. O que fortaleceria a falta de cultura política e sentimentos antidemocráticos.

Utilizando Ranulfo (2007) para um breve panorama do sistema partidário, o presidencialismo brasileiro combina-se com uma estrutura federativa e um congresso bicameral, para o qual se adota o sistema de representação proporcional, no caso da câmara dos deputados, e o sistema majoritário para o senado federal.

Já multipartidarismo é um dos traços comuns aos dois períodos democráticos brasileiros. Traço esse que, como argumenta Abranches (1988), é compatível com o grau de complexidade e heterogeneidade do país.

Antes de dar início ao debate do sistema eleitoral, enfatizo a importância de uma breve elucidação ao conceito de representação. Pitkin (1967) nos proporciona quatro tipos de representação, a substantiva, simbólica, descritiva e formalista.

A primeira está ligada à capacidade dos representantes melhorarem a vida dos eleitores. A segunda tem o caráter de defender os interesses, como um porta-voz. A descritiva diz respeito à representação de como “minorias” na esfera política, ou sub-representadas, como mulheres e negros. E por fim, a formalista, pode ser compreendida como a operacionalização das outras três classificações, pois os eleitores utilizam seus votos para aumentar a capacidade do seu tipo de representação seja escolhido.

Duverger (1964, p.233) compreende os sistemas partidários como “a forma



de coexistência dos partidos políticos” em contexto específico. A classificação mais utilizada, todavia, é a numérica que distribui os sistemas único, bipartidarismo e multipartidarismo. Sartori (1976) realiza a crítica por essa classificação não levar em conta o grau de competitividade. Ainda Duverger (1950), os sistemas eleitorais majoritários estão mais associados ao bipartidarismo, enquanto os proporcionais estariam associados ao multipartidarismo.

Depois dessa conceituação, o sistema eleitoral brasileiro utilizado no Brasil é o RPLA (representação proporcional de lista aberta). Sob ele, os cidadãos emitem um único voto ou um para um candidato individual ou para um partido da lista. Depois de contabilizados os votos, as cadeiras são distribuídas em duas etapas. Na primeira, as vagas são alocadas aos partidos em proporção aos votos recebidos pelo conjunto de seus candidatos. Na segunda etapa, as cadeiras são repartidas para os indivíduos mais votados dentro de cada partido.

Segundo Desposato (2007) a primeira fragilidade desse sistema é a competição intrapartidária por votos que enfraquece os partidos e favorece a política personalista. O segundo problema do RPLA remete à diferença ideológica dos candidatos do mesmo partido. O que propicia a transferência de votos de um candidato com ideologia X para um totalmente diferente, com ideologia Y. Acarretando no auxílio da eleição de um candidato totalmente incoerente com as preferências do eleitor. Desposato (2007) aponta que em sistemas políticos onde os partidos são mais incoerentes e mais internamente heterogêneos a qualidade da representação sob a RPLA pode diminuir. Por exemplo, nas eleições de 2014, apenas 35 deputados se elegeram atingindo o quociente eleitoral. Ao mesmo tempo em que votos não foram desperdiçados, a qualidade da representação cai.

Esse sistema também acarreta na amnésia eleitoral, pois a grande maioria dos candidatos não são eleitos, o que impossibilita a realização do *accountability*, o



que acarreta no distanciamento do eleitor para com os eleitos. Almeida, Soares e Rennó (2006) “Quem não lembra em quem votou não pode cobrar, não tem como acompanhar o desempenho do seu representante, não vai saber se ele estará cumprindo as promessas feitas”, explicitando as possíveis consequências práticas do RPLA ao contribuir para amnésia eleitoral.

Ainda segundo esses autores, “É mais fácil lembrar do voto quando ele é no partido do que quando ele é na pessoa”. Nicolau (2006) expõe que o sistema eleitoral brasileiro utilizado nas eleições para Câmara dos deputados estimula a personalização da escolha, consecutivamente enfraquece os laços dos eleitores com os partidos.

O voto personalizado é aquele em que a motivação do eleitor seria algum atributo propriamente do candidato e não do partido. Para 82,7% dos eleitores o candidato é mais importante que o partido.

Das alterações institucionais

A mudança aqui proposta é o sistema de representação de lista fechada, na qual os partidos determinam a ordenação da lista e o eleitor pode votar apenas na legenda. Ainda segundo Nicolau (2007) os benefícios da lista fechada seriam o controle maior do partido para com os candidatos e principalmente estimularia a partidarização da escolha eleitoral.

E o seu impacto na governabilidade seria a diminuição da irreverência parlamentar para com a decisão do partido. Pois com a lista fechada, faz-se mais fácil a punição de deputados que não seguem a decisão partidária.

Consecutivamente, no nosso presidencialismo, a grande coalizão dos partidos em torno do governo tornar-se-ia sólida, o que aumentaria a probabilidade de aprovação de projetos e evitar-se-ia um cenário como o de hoje, que parte da bancada de um partido apoia o governo e outra não. O que hoje torna toda decisão importante



uma grande indecisão. Do Nascimento (2007) argumenta que a lista fechada também irá estimular a formação de uma base ideológica sólida e sensível às aspirações sociais. Diminuindo então a distância do parlamento para com os eleitores, aumentando não só a governabilidade, mas também a representatividade.

O maior medo dos parlamentares é justamente essa centralização no partido, Ferreira (2013) analisa a rejeição em trajetória do projeto de lei 1.210/2007 que representa a instauração da lista fechada e financiamento exclusivamente público. Segundo ele, as propostas foram rechaçadas pelo parlamentar não dirigente porque este teme a possibilidade de que a escolha dos candidatos que figurarão como “cabeça de chapa” nas listas dependam da escolha da cúpula partidária.

Ranulfo (2007) afirma que os partidos seriam fortalecidos, na medida em que haveria o fim da disputa partidária entre candidatos da mesma legenda no período das eleições, com a escolha partidária no centro do processo de definição do voto. Almeida (2007) enfatiza a questão afirmando que a proposta de lista fechada fortifica o sistema partidário e não os candidatos, afirmando também que é mais fácil lembrar o voto quando ele é no partido do que quando ele é na pessoa. Possibilitando a realização do *accountability*, pois a amnésia eleitoral diminuiria.

A segunda proposta defendida é o financiamento de campanha exclusivamente público. O primeiro problema a ser apontado é a influência empresarial na esfera política a partir do financiamento de pessoa jurídica. Samuels (2006) aponta que “a maior parte dos contribuintes empresariais vem de setores grandemente influenciados por regulamentação governamental ou muito dependentes de contratos públicos: Bancos, setor financeiro, indústria pesada, construção civil”. Fato que torna a democracia a representação dos interesses de uma minoria com alto poder econômico. Ainda em Samuels (2006) o capital financeiro se expressa de maneira bastante perversa, pois financia também o Senado, pois este último “vigia o Banco Central e



também tem autoridade para aprovar ou recusar empréstimos”.

Corroborando com a proposta anterior, com o financiamento exclusivamente público, os partidos teriam ainda mais poder para exercer controle sobre os candidatos eleitos, pois os partidos nacionais controlariam os gastos (KATZ, 1996). No nosso caso o controle seria no repasse do fundo público. O que aumentaria a governabilidade a partir da disciplina dos parlamentares, por permanecerem dependentes de acordo com as decisões do partido quanto ao repasse do financiamento. Outro grande problema é a desigualdade eleitoral, em relação aos candidatos. No último pleito, segundo dados da plataforma Os Donos Do Congresso, o Deputado Eduardo Cunha, chegou a receber, quase 7 milhões de reais. Enquanto Cabo Daciolo, ex-PSOL, foi eleito com 38 mil reais.

Considerações Finais

Por fim, a problemática dessa proposta é que não acaba com o financiamento privado tornando-o apenas ilegal. E não teria sido possível, por exemplo, acessar a plataforma e conferir quem foram os doadores. Pois ficaria tudo na ilegalidade. O ponto positivo nesse sentido é que seria mais difícil o desvio, porém não faria com que a prática se extinguisse. Samuels (2006) argumenta que possivelmente, o financiamento exclusivamente público incentivaria a corrupção, pois não haveria maneira lícita de receber o dinheiro. Por um lado, supõe-se que a governabilidade aumentaria, mas com ela, a corrupção, escândalos e mais desmoralização da política, instituições e democracia.

E também aponto para o fato de que o sistema de representação proporcional de lista fechada, poderia diminuir a qualidade da representação, estando o eleitor limitado ao partido e a um suposto programa de governo. Caso não haja mudança na forma de atuação dos partidos como profissionais eleitorais e a etiqueta de partidos “catch all”, Kirchheimer (1990), o eleitor terá menos possibilidade de escolha em meio a siglas desideologizadas.



E para finalizar, de maneira geral, aponto para a questão da reforma, no caso, de quem a produz. Suscitando a reflexão de uma real possibilidade de mudança a partir de reformas políticas. Rennó (2006) destaca "é inegável que reformas políticas, por serem realizadas pelos que estão no poder, com muita frequência, são feitas para satisfazer os interesses dos que a implementam.



REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. Crown Business, 2012.

ALMEIDA, Alberto; SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. Amnésia eleitoral: em quem você votou para Deputado em 2002? E em 1998. **Reforma política: lições da história recente, Rio de Janeiro: Editora FGV**, p. 34, 2006.

ALMEIDA, Maria HT de. O Estado no Brasil contemporâneo: um passeio pela história. **Melo CR, Sáez MA, organizadores. A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século**, v. 21, p. 17-34, 2007.

BAQUERO, Marcello; PINTO, Céli Regina J. **Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

DULCI, Otávio Soares. A incômoda questão dos partidos no Brasil: notas para o debate da reforma política. **BENEVIDES, María Victoria et al**, p. 300-320, 2003.

DESPOSATO, Scott W. Reforma política brasileira: O que precisa ser consertado, o que não precisa eo que fazer. **Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reforma**, p. 123-153, 2007.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path dependency e os estudos históricos comparados. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 53, p. 79-103, 2002.

FERREIRA JÚNIOR, Nivaldo Adão. **Reforma política na Câmara dos Deputados: a rejeição política do modelo de lista fechada e financiamento público exclusivo**. 2013.

FOUCAULT, Michel. La gubernamentalidad. **Espacios de poder**, p. 9-26, 1991.

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



KIRCHHEIMER, Otto. The catch-all party. **The West European Party System**, p. 50-60, 1990.

RENNÓ, Lucio. Reforma Política: Consensos necessários e improváveis. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI**. Editora UFMG, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Sobre o voto obrigatório. **BENEVIDES, M. VANUCHI, P.; KERCHE, F.(Org.). Reforma, Política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social (1757). **São Paulo: Abril Cultural**, 1983.

LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pippa. **Comparing democracies: Elections and voting in global perspective**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século**, v. 21, p. 267-302, 2007.

NICOLAU, Jairo. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 23-33, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi; POWER, Timothy Joseph (Ed.). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Editora UFMG, 2007.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge university press, 1990.

DO NASCIMENTO, PW Kauffmann. Sistemas de listas eleitorais fechadas e seu impacto político. CEFOR, 2007.



PERES, Paulo S. As Abordagens Neo-Institucionais da Política: Uma Proposta Alternativa de Análise Classificatória. **Revista Versões-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSCar**, v. 3, n. 04, p. 145-178, 2008.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Univ of California Press, 1967.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e proposta de reforma. **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 133-153, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Democracia e governabilidade. **CARDOSO, FH; FOXLEY, A. América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise**. Rio de Janeiro, São Paulo: Elsevier, Instituto Fernando Henrique Cardoso, v. 1, p. 06, 2009.

SARDINHA, Edson. Só 35 deputados se elegeram com a própria votação. **Congresso em Foco**. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/so-35-deputados-se-elegeram-com-a-propria-votacao/>> acesso: 05 dez. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2004.

DA SILVA, Virgílio Afonso. Partidos e reforma política. **Revista brasileira de direito público**, v. 11, p. 9-19, 2005.

Portal Os Donos do Congresso. Disponível em: <<http://donosdocongresso.com.br/candidato/index.php?palavrachave=&cargo=2&maiores=&ano=2014&page=1>>. Acesso em 28 nov. 2015

_____. Relatório IPCL Brasil. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13729/Relat%C3>



%B3rio_IPCLBrasil_1%C2%BA%20Trimestre%202015.pdf sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 01 dez. 2015



REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CONSELHOS GESTORES: UMA ANÁLISE SOBRE O PARANÁ.¹

Milena Cristina Belançon²

Resumo

A bibliografia sobre a representação política feminina, destaca a significativa presença de mulheres em Conselhos Gestores em contraponto a baixa representatividade desse grupo nas instituições tradicionais de representação. Tendo em vista a expectativa de inclusão de minorias, advinda com a expansão de tais instâncias participativas, e considerando a bibliografia sobre o tema, esse trabalho buscou aprofundar a discussão sobre Conselhos Gestores e gênero. Usando o estado do Paraná como objeto, buscou-se responder se a representação feminina tem sido substantiva realmente nesses espaços. Para tanto, tomamos como referência dados de Conselhos de assistência social, saúde e meio ambiente do estado do Paraná e seus cinco maiores municípios, buscando saber em que medida a) a área do conselho, b) o tipo de associativismo nele presente c) a escala governamental d) e as regras do desenho institucional dessas instâncias importam para a configuração da presença dos gêneros. Tal mapeamento buscou analisar possíveis elementos que configuram a presença de homens e mulheres em tal instância, mostrando que o cruzamento de variáveis político-institucionais e socioculturais aponta conclusões salutares.

¹ Trabalho de Iniciação Científica

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Trabalho executado com financiamento Capes/PROCAD UEM, UNESP e UFSC; milenabelancon@gmail.com



Palavras-chave: Conselhos Gestores, Representação, Gênero.

Introdução

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas foram instituídos a partir da Constituição brasileira de 1988. Resultado de um longo processo de lutas sociais, são instâncias de deliberação de políticas onde se encontram representantes estatais, da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. Seu objetivo é incluir os mais diversos interesses na deliberação sobre as políticas públicas e, assim, produzir decisões mais justas e legítimas.

Por constituir referência no que se refere à relação entre o Estado e a sociedade brasileira, essas instâncias acabaram por reinventar os *padrões de convivência democrática* entre Estado e sociedade (TATAGIBA, 2002), além de incluir novos atores no que se refere à participação e representação política, e promover diversas inovações em questão de desenho institucional.

Mais de 20 anos após a instituição dos Conselhos, os estudos avançaram no sentido de aprofundar o conhecimento, com maior ênfase em questões específicas. Uma dessas problemáticas, a qual esse trabalho buscou abordar, diz respeito a presença de recorte de gênero nesses espaços, já que um de seus objetivos é ampliar a inclusão de atores na deliberação das políticas. Tendo em vista a notável baixa representatividade de mulheres nos meios de representação tradicionais, nos Conselhos isso parece ser diferente.

Essa hipótese se dá por um estudo precedente, de Lüchmann e Almeida



(2010), que trouxe algumas informações sobre a representação política das mulheres nos Conselhos, apontando que a predominância das mulheres nos conselhos deve explorar as especificidades de tais instâncias, ressaltando sua diferente configuração se comparada ao sistema político eleitoral.

O estudo em questão destacou a predominância da participação feminina a partir dos Conselhos de Assistência Social. Para essa constatação, as autoras levantam a hipótese de que a concepção de dom para o cuidado, atribuída às mulheres na construção dos papéis sociais de gênero, pode ser a responsável por tal presença massiva na área da assistência social. Uma vez que, equivocadamente, a seara da assistência social é muitas vezes ligada a tais valores de solidariedade, sensibilidade, etc., assim como os “valores femininos”.

Portanto, partindo de tal hipótese do trabalho de Lüchmann e Almeida (2010), em termos gerais este trabalho buscou mapear a representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas do estado do Paraná. Para tanto, avaliou-se a composição da representação dos gêneros, tomando por base os conselhos de assistência social, saúde e meio ambiente do Brasil e do Paraná, assim como de suas cinco maiores cidades, que são Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

A escolha pelos conselhos de assistência social, saúde e meio ambiente se deu tendo em vista que são conselhos bastante consolidados na política brasileira - presentes nas esferas de governo municipais, estaduais e federal -, e por serem áreas bastante distintas, permitem analisar também as diferenças dos pesos dos gêneros segundo áreas sociais e não sociais. Desse modo, classificamos o conselho de assistência social como área genuinamente social, do meio ambiente como área não social, por constituir um caráter mais técnico e que apesar de envolver também questões sociais não está diretamente ligado a esta, e o conselho de saúde como um híbrido entre social e não social, uma vez que envolve diretamente questões sociais mas aglutina também questões não sociais, mais técnicas e específicas da área.



Desse modo, a hipótese é que o conselho da assistência social seja predominantemente composto por mulheres, como apontado no trabalho de Lüchmann e Almeida (2010), do meio ambiente, por seu caráter técnico, predominantemente masculino e da saúde o mais equilibrado em questão de representação por recorte de gênero.

Nesses conselhos foram buscadas informações como lei de criação e regimento interno, a fim de encontrar elementos de caráter institucional. Além das informações legais, pesquisou-se também a composição atual de cada um desses conselhos³, constando o nome de cada conselheiro (a), o segmento que representam (governo ou sociedade civil), e a entidade da qual faz parte, pensando estes como elementos do campo sociocultural.

Ou seja, o trabalho em questão buscou saber em que medida as variáveis, a) área de política pública, b) tipo de associativismo nele presente, c) regras do desenho institucional⁴ e d) escala federativa (Municipal, estadual ou Federal) dessas instâncias importam para a configuração da presença dos gêneros.

No próximo item deste trabalho explana-se um breve resumo bibliográfico sobre a temática da inclusão feminina nos Conselhos Gestores, em seguida se dá a apresentação dos dados colhidos e suas análises. E, por fim, nas considerações finais destaco os principais achados dessa pesquisa.

Inclusão política feminina nos Conselhos Gestores

³Os dados em questão dizem respeito aos conselheiros em exercício no ano de 2015.

⁴ Levando-se em consideração que desenho institucional são as regras formais e informais de funcionamento de uma instituição (LIMA, 2014), ou ainda, as configurações das instituições políticas do Estado democrático (MARQUES, 2010). Em resumo, o desenho se refere ao mapa de regras, normas, leis, que operacionalizam a participação.



Os estudos sobre a inclusão política feminina centraram muitos esforços na análise sobre o sistema político brasileiro tradicional, apontando as diversas dificuldades sofridas pelas mulheres desde a participação em partidos, no processo eleitoral e no próprio exercício do mandato. Houve, portanto, um movimento para os estudos de tal participação em instâncias alternativas à esta. Nesse sentido, inclui-se as análises sobre a inclusão de mulheres em conselhos gestores.

Sobre as inovações trazidas pelos Conselhos, principalmente sobre a inclusão de novos atores na participação política, Lüchmann afirma que

Diferentemente de outras modalidades de representação política, a representação nos Conselhos Gestores ocorre por meio de associações, ou organizações sociais, que dividem esse papel com atores estatais. A despeito de suas especificidades institucionais, essa modalidade representativa parece se enquadrar bem no conjunto mais amplo de exemplos de experiências alternativas de representação política, na medida em que se constituem como espaços deliberativos que são preenchidos por cidadãos que têm a atribuição de representar outros cidadãos na formulação de políticas públicas. (LUCHMANN, 2011, p. 150)

Avelar (2013) afirma o destaque brasileiro na questão da inclusão das instituições participativas iniciado no processo de redemocratização, pós-ditadura militar. A autora ainda indica a importante atuação dos movimentos sociais, principalmente de mulheres, na construção dessas instâncias. Para ela, a Constituição de 1988 foi um marco da mobilização das mulheres na política brasileira, que obtiveram 80% das reivindicações incorporadas ao texto.

Nota-se ainda uma grande importância de movimentos de mulheres para implementação de políticas em diversas áreas e esferas. Avelar (2013, p. 76-77) cunha o termo *femocratas*, que seriam “as feministas que trabalham na burocracia do Estado, influenciando o processo político na formação da agenda pública com os temas de interesse das mulheres, incrementando o debate, enfatizando a sua importância para



as mulheres e influenciando nas decisões da burocracia do Estado”. E acrescenta, a importância das *femocratas*, aliadas aos movimentos de mulheres na construção de políticas voltadas para o público feminino, a essa participação dá-se o nome de Feminismo de Estado.

A autora aponta as instâncias participativas e sua articulação com os movimentos sociais como área importante de inserção feminina na política, além de fazer uma análise de pesquisas empíricas acerca da representatividade feminina nos conselhos gestores, notando que apesar dos avanços a situação ainda não é ideal. Mesmo assim, Avelar (2013) afirma que os Conselhos são uma das instâncias que, junto aos movimentos sociais, busca sim compensar a sub-representação feminina, tão marcante nas vias tradicionais.

Alencar *et al* (2013) parte de uma pesquisa empírica para a análise da inclusão política no caso dos conselhos nacionais, a fim de comprovar se essas instâncias realmente se consolidaram como canais de participação que permitem a inclusão de novos atores, confrontando essa hipótese com a de outros autores que afirmam que os conselhos acabam por reproduzir os padrões de representação que dominam as instituições de poder no Brasil.

Os dados comprovam que nos Conselhos Nacionais, a maioria dos membros é homem, porém, observando particularmente cada área notou-se que nos conselhos voltados para políticas sociais essa divisão tende a ficar mais equitativa. Em comparação com o Congresso Nacional, os conselhos têm mais representantes mulheres, porém, ainda não é o ideal se comparado com a fatia de mulheres na população total.

Cunha (2012) analisa as conferências de políticas públicas, em particular, que é outro tipo de espaço que tem se revelado com amplas possibilidades de participação. A autora parte de um estudo exploratório a fim de verificar a reprodução, ou não, das desigualdades da sociedade nesses espaços de participação.



Fazendo um resgate desde as origens da teoria democrática, a autora contesta quem compõem o corpo político, baseado na igualdade e liberdade, resgata teorias deliberativas, participativas, destacando as grandes questões dessas linhas de pensamento. Cunha afirma que

Conhecer os limites e as possibilidades das inovações democráticas brasileiras pode ser um meio de assegurar o aperfeiçoamento da própria democracia e sua capacidade de inclusão social e política. (CUNHA, 2012, p. 14)

Em um resgate do histórico de desigualdade no Brasil, a autora nota que apesar de ainda ser uma das maiores do mundo, esse índice vem baixando, graças a uma melhor distribuição de renda, ainda que muito tímida. Essa distribuição é marcada ainda pela “ascensão” das minorias a lugares que antes não contavam com eles, como, maior presença de negros e pardos nas escolas e universidades, inclusão das mulheres ao mercado de trabalho, etc. A autora faz considerações sobre o custo de uma campanha eleitoral, que está disponível aparentemente para todos os eleitores, porém, sabemos que não é qualquer um que pode arcar com custos tão altos. Destaca-se também a participação em movimentos sociais, associações, etc., onde minorias podem ser mais bem incluídas, tendo em vista a pluralidade e diversidade desses locais.

Sobre as conferências, a autora entende como parte muito importante de uma ampliação de participação política no âmbito do Estado. Em uma análise de seu desenho institucional, a autora chega às seguintes conclusões que tendo em vista a participação por sujeitos coletivos, a conferência induz a participação de pessoas e/ou organizações do governo e da sociedade civil que possuem algum vínculo ou trajetória na área. E ainda, que a partir do mecanismo de representação (escolha de delegados) presente nas conferências municipais, notou-se que não se estabelecem critérios de



discriminação positiva para mulheres, negros, indígenas ou quaisquer minorias específicas.

A partir do desenho institucional, confrontando com pesquisas sobre a participação, no que se refere a diferença de gênero, a autora observou que, “a escala pode ser um fator determinante para a redução da participação de mulheres, assim como o tipo de política pública parece ser fator relevante para tal.” (CUNHA, 2012, p.27). Como justificativas para esse fato, a autora especula que

Uma possível explicação para a maior participação das mulheres no nível local pode residir no fato de que elas consigam conciliar suas tarefas do cotidiano com mais essa atividade, o que não deve ser possível quando a participação ocorre nos demais níveis e o que implica um distanciamento no tempo e no espaço. [...] A maior presença feminina na assistência social possivelmente está relacionada à sua trajetória, fortemente identificada com as mulheres, quer sejam como trabalhadoras quer sejam como usuárias, diferentemente de outras áreas temáticas, como ciência e tecnologia, fortemente marcada pela presença masculina, o que aponta para a importância da “dependência da trajetória” ao se analisarem algumas dimensões da participação. (CUNHA, 2012, p. 27)

A autora conclui que existem avanços na questão de participação de minorias nessas novas instâncias, porém, ainda é raso frente ao ideal democrático. E instiga a novas pesquisas a fim de aprofundar mais a discussão.

Essas observações nos levam a pensar se essas instâncias realmente estão incluindo novos interesses, ou se estão reproduzindo um padrão heteronormativo e patriarcal da nossa sociedade.

Uma constatação praticamente unânime na bibliografia é de que a efetiva participação é aquela que inclui uma multiplicidade de indivíduos, abarcando as mais diversas concepções.

Mapeamento da participação feminina nos Conselhos Gestores do Paraná.



A pesquisa para levantamento dos dados se deu primeiramente com pesquisas *online* em sites das prefeituras e dos governos, assim como diário oficial, blogs ou páginas dos conselhos, etc., quando não obtivemos sucesso, procurávamos obter os documentos através de envio de e-mails para os conselhos e até mesmo insistentes ligações, quando necessário.

Com isso buscamos a lei de criação, o regimento interno e a composição atual de cada conselho. Após essa árdua coleta, os dados foram sistematizados em uma planilha de acordo com as variáveis: esfera do governo, área de política pública, ano de criação do conselho, composição (se paritária ou não), método de escolha da sociedade civil, caráter (se deliberativo ou consultivo). Além disso, especificamos quantos conselheiros eram homens representantes da sociedade civil e quantos eram representantes do governo, e da mesma forma com as conselheiras mulheres.

A coleta de dados foi feita no ano de 2015, portanto, dizem respeito às composições daquele ano. Como não há uma regra que se aplique a todos os conselhos no que se refere ao número de conselheiros, optamos por utilizar os dados em proporção.

Começando por uma análise de dados de cunho político institucional, sobre as variáveis do desenho institucional, utilizou-se: a composição do conselho (se paritário, se tem mais representantes do governo ou da sociedade civil); o método de escolha dos conselheiros representantes da sociedade civil (eleição em conferência, indicação da entidade, etc.); e o caráter do conselho (se é consultivo ou deliberativo). A partir disso podemos visualizar a tabela 1.



Tabela 1 – Desenho institucional e composição dos Conselhos por esfera federativa.

	Área/esfera								
	Assistência Social			Saúde			Meio Ambiente		
	Munic.	Estado	Federal	Munic.	Estado	Federal	Munic.	Estado	Federal
Composição									
Paritário	5	1	1	-	-	-	2	-	-
+ governo	-	-	-	-	-	-	1	1	1
+ sociedade civil	-	-	-	5	1	1	2	-	-
Método de escolha de representantes da sociedade civil⁵									
Eleição/indicação do setor	5	1	1	5	1	1	2	1	1
Entidade/lista	-	-	-	-	-	-	3	-	-

⁵ A escolha dos representantes do governo ocorre sempre por meio da indicação de quem está ocupando o executivo.



fechada									
Indicação pelo governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não definido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caráter									
Deliberativo	5	1	1	5	1	1	5	1	1
Consultivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Proporção de gênero (Mulheres/ Homens) *100 (%)									
Geral	320,8 3	200,00	260,00	102,15	80,0 0	56,6 7	37,5 0	16 ,1 3	34,25
Governo	363,6 4	275,00	800,00	120,00	80,0 0	33,3 3	44,1 9	11 ,1 1	39,62
Soc. Civil	284,6 2	150,00	125,00	100,00	80,0 0	62,5 0	31,1 1	23 ,0 8	20,00

Fonte: Pesquisa "Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores" (2015).

Podemos observar que os desenhos institucionais dos Conselhos de Assistência Social e Saúde são iguais para as características discriminadas nas três esferas federativas. Isso pode se dar por serem conselhos mais consolidados nos municípios (Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social exigem a existência dos Conselhos para o repasse de verbas, ou seja, são praticamente obrigatórios). Já o desenho institucional dos Conselhos de Meio Ambiente não segue um padrão de acordo com as esferas federativas.

Entretanto, no que diz respeito à participação de gêneros, que é o que este trabalho visou analisar, as variáveis de desenho institucional não se mostraram relevantes, ou seja, essas variáveis não são suficientes para explicar a maior ou menor presença das mulheres, portanto, mantemos o foco nas variáveis da área da política,



esfera federativa e tipo de associativismo.

Dessa forma, a hipótese apontada na introdução se concretiza, uma vez que na assistência social as mulheres predominam, há certo equilíbrio na saúde e predominação de homens no meio ambiente.

Essa divisão está sedimentada no imaginário de nossa sociedade, que através de construções sociais divide sexualmente o trabalho, reservando às mulheres áreas domésticas e de cuidado, enquanto os homens são direcionados a áreas supostamente de maior rigor técnico, etc. A isto, a teoria política feminista dá o nome de *padrão de gênero*⁶ *historicamente constituído* (Biroli, 2010). Sobre isso, Flávia Biroli, baseada em Okin, comenta que,

O problema estaria na estrutura de gênero da família, que restringe as oportunidades das mulheres, em especial, e torna mulheres e crianças vulneráveis. A dualidade entre o público e o privado equivale, neste ponto, ao problema da divisão sexual do trabalho. (BIROLI, 2010, p. 55)

Os Conselhos de Saúde, apesar de bastante equilibrados na questão de representação de gênero, ilustram a hipótese de que quanto maior a esfera federativa, menos mulheres, uma vez que os custos da participação ficam mais altos em escalas mais amplas, além de uma maior disposição de tempo, já que a participação nesses conselhos devem incluir viagens, etc. Mais uma vez trago a teoria feminista, reiterando que a construção de gênero deixa as mulheres responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, ou seja, resguardadas à esfera privada, e os homens sendo os responsáveis

⁶ Gênero segundo Joan Scott (1995) é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.



pela política, pelos negócios, ou seja, à esfera pública. Desse modo, resta menos tempo e possibilidade para as mulheres se deslocarem aos conselhos estaduais e federais, uma vez que se a mulher sai de casa para esses compromissos surge o problema do cuidado com os filhos e a casa. Sobre isso, mais uma vez trago os comentários de Birolí (2010) sobre Okin, onde afirmam que a divisão sexual do trabalho doméstico impõe uma carga sobre as mulheres que acaba por gerar deficiências em outras esferas da vida, segundo a autora,

A conexão entre os aspectos doméstico e não-doméstico da vida é profunda e permeia todos os espaços e atividades. As formas de definir – e restringir – o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. (BIROLI, 2010, p. 56)

Na maioria dos Conselhos, principalmente na área da assistência social, o governo tem maior proporção de mulheres do que a sociedade civil, o que remete a analisar os custos da participação no segmento da sociedade civil, que recai ainda mais sobre as mulheres. Um desses custos, por exemplo, é o tempo, já que os representantes do governo têm garantido o tempo dispensado para com o conselho descontado de sua jornada de trabalho, e tem os custos dos deslocamentos e compromissos arcados pelo governo. Enquanto os representantes da sociedade civil enfrentam dificuldades com a questão do tempo, por não terem a dispensa legal de seus trabalhos para cumprirem a agenda do Conselho, se pensarmos nas representantes mulheres esse custo pesa ainda mais, uma vez que as obrigações com o lar e com as crianças predominantemente recaem sobre elas, cerceando-as de deslocamentos para reuniões, etc.

Em suma, a representação feminina nos Conselhos Gestores é significativa, porém, marcada pela construção social de gênero, uma vez que é reservada a áreas de políticas sociais, e em conselhos de menores escalas (Municipais).



Essas conclusões do recorte de gênero podem ser melhor observadas na Tabela 2, que apresenta dados apenas para a representação da sociedade civil, por área, nas três esferas de governo.

Tabela 2. Presença de mulheres e homens na representação da sociedade civil por esfera de governo

	Municipal						Estadual						Federal					
	Ass. Social		Saúde		Meio Amb.		Ass. Social		Saúde		Meio Amb.		Ass. Social		Saúde		Meio Amb.	
Gênero	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
N	12	38	81	83	47	17	6	9	15	17	13	3	4	5	25	15	20	3
%	24	76	49	51	73	27	40	60	47	53	81	19	44	56	63	37	80	13

Fonte: Pesquisa "Gênero e representação política nos Conselhos Gestores" (2015)

De acordo com a tabela 2, é notável que há um movimento mais geral de diminuição da representação feminina conforme se avança na escala federativa, como podemos observar no caso da Assistência Social, onde na escala municipal as mulheres são 76% dos conselheiros, na estadual são 60% e na federal 56%, deixando claro esse decaimento mesmo na área de predominância feminina.

Levando-se em consideração que muitos conselheiros representantes da sociedade civil são eleitos ou indicados anteriormente pelo movimento que fazem parte para assumir a cadeira no conselho, abordo a partir de agora particularmente a temática da influência do associativismo na representação de gênero nos Conselhos.

Em caráter exploratório, as entidades da sociedade civil foram classificadas em onze categorias, além daquelas que não conseguimos classificar por falta de



informação. As onze categorias de associativismo são aquelas que se referem ao mundo do trabalho, movimentalismo, academia, empresarial/patronal, sócio assistencial, assistencial religioso, fóruns, territorial/comunitário, outros conselhos, socioambiental e outros tipos de associativismo.

Tabela 3 – Tipo de Associativismo por área de política

	Ass. Social		Saúde		Meio Amb.		TOTAL
Mundo do trabalho	18	24,7%	76	32,3%	25	25,0%	119
Movimentalista	3	4,1%	19	8,1%	2	2,0%	24
Acadêmico	0	0,0%	8	3,4%	13	13,0%	21
Empresarial/Patronal	0	0,0%	20	8,5%	27	27,0%	47
Sócio-Assistencial	11	15,1%	20	8,5%	3	3,0%	34
Assistencial Religioso	16	21,9%	14	6,0%	0	0,0%	30
Fóruns	0	0,0%	2	0,9%	0	0,0%	2
Territorial/comunitário	8	11,0%	17	7,2%	7	7,0%	32
Representantes de outros conselhos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0
Sócio-Ambiental	0	0,0%	0	0,0%	13	13,0%	13
Outros	0	0,0%	2	0,9%	10	10,0%	12
Sem identificação de entidade	17	23,3%	57	24,3%	0	0,0%	74
TOTAL	73	100,0%	235	100,0%	100	100,0%	408

Na tabela 3, podemos analisar os tipos de associativismo distribuídos por área.

Fonte: Pesquisa “Gênero e representação política nos Conselhos Gestores” (2015)

Analisando em particular cada área a partir da tabela 3, notamos que, nos conselhos de assistência social, predominam as entidades representativas do mundo do trabalho (sindical e associações profissionais), seguidas por aquelas que não podemos classificar, as de caráter assistencial religioso (Pastorais, etc.) e as socioassistenciais. Ou seja, o predomínio do associativismo ligado ao mundo do trabalho diz respeito em muito ao desenho institucional do conselho, mas o alto índice de associativismo religioso nos sugere que estes conselhos se ligam às questões sociais também por meio das pastorais e essa pode ser uma grande entrada das



mulheres, como veremos mais claramente na próxima tabela.

No caso dos conselhos de saúde, a predominância persiste nas entidades do mundo do trabalho, seguidas pelas não identificadas e então com o mesmo índice de representatividade as entidades empresariais e socioassistenciais. Sugere-se, portanto, que o desenho institucional de tal conselho reserva grande parte das cadeiras para associações do mundo do trabalho enquanto as demais são bastante diversificadas, tanto que sequer puderam ser identificadas pela pesquisa.

Por fim, nos conselhos de meio ambiente, a maior representatividade fica por conta de entidades empresariais/patronais, seguida pelo mundo do trabalho e em pé de igualdade o associativismo acadêmico e socioambiental. Mostrando-nos dessa forma como o desenho institucional desses conselhos está preocupado em atender as demandas do mercado, e como o mercado está preocupado em ocupar esse lugar, fazendo-se presente em maioria.

Todas essas características fazem a diferença na composição dos gêneros, como veremos a seguir. Na tabela 4, por exemplo, podemos analisar os dados de associativismo subdivididos por gênero.

Tabela 4 – Tipo de Associativismo por gênero

	Masculino		Feminino		TOTAL
Mundo do trabalho	67	56,3%	52	43,7%	119
Movimentalista	17	70,8%	7	29,2%	24
Acadêmico	9	42,9%	12	57,1%	21
Empresarial/Patronal	33	70,2%	14	29,8%	47
Sócio-Assistencial	17	50,0%	17	50,0%	34
Assistencial Religioso	7	23,3%	23	76,7%	30
Fóruns	0	0,0%	2	100,0%	2
Territorial/comunitário	14	43,8%	18	56,3%	32
Representantes de outros conselhos	0	0,0%	0	0,0%	0
Sócio-Ambiental	9	69,2%	4	30,8%	13
Outros	10	83,3%	2	16,7%	12
Sem identificação de entidade	34	45,9%	40	54,1%	74
TOTAL	217	53,2%	191	46,8%	408

Fonte: Pesquisa "Gênero e representação política nos Conselhos Gestores" (2015)

Estudos indicam que a participação de mulheres em sindicatos e associações permanece ainda muito ligada ao mundo familiar, comunitário e religioso, enquanto a participação dos homens se relaciona mais à esfera política institucional, do mundo do trabalho e do lazer (Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016).

Dessa forma, destaco sobre a tabela 4 a predominância masculina na representação das entidades empresariais/patronais, socioambientais e de movimentos sociais, em que representam 70,8%. E a predominância feminina nas entidades de caráter assistencial religioso, que representa 76,7%. Ou seja, as mulheres ligadas à esfera do cuidado e da benevolência, enquanto os homens, reservados ao mercado, mundo público e técnico.

Em seguida, na tabela 5, esses dados foram ainda mais refinados, cruzando os dados de gênero e associativismo por área de política pública.



Tabela 5 – Tipo de Associativismo por área e gênero (percentuais por área)

	Assis. Social		Saúde		Meio Amb.	
	M	F	M	F	M	F
Mundo do trabalho	4,1%	20,5%	19,6%	12,8%	18,0%	7,0%
Movimentalista	4,1%	0,0%	5,1%	3,0%	2,0%	0,0%
Acadêmico	0,0%	0,0%	0,0%	3,4%	9,0%	4,0%
Empresarial/Patronal	0,0%	0,0%	5,1%	3,4%	21,0%	6,0%
Sócio-Assistencial	5,5%	9,6%	4,3%	4,3%	3,0%	0,0%
Assistencial Religioso	6,8%	15,1%	0,9%	5,1%	0,0%	0,0%
Fóruns	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%
Territorial/comunitário	0,0%	11,0%	3,4%	3,8%	6,0%	1,0%
Representantes de outros conselhos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sócio-Ambiental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,0%	4,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	9,0%	1,0%
Sem identificação de entidade	8,2%	15,1%	11,9%	12,3%	0,0%	0,0%
TOTAL	28,8%	71,2%	50,6%	49,4%	77,0%	23,0%

Fonte: Pesquisa “Gênero e representação política nos Conselhos Gestores” (2015)

Como podemos observar na tabela 5, na área da assistência social a presença feminina se destaca nos segmentos do mundo do trabalho, assistencial religioso e territorial/comunitário. Na área da saúde, o destaque se dá para os homens no mundo do trabalho. E no meio ambiente, nota-se mais uma vez a predominância masculina nas representações de entidades do mundo do trabalho e empresarial/patronal. Reforçando o que já foi dito acima das diferentes áreas ocupadas pelos diferentes gêneros que em muito se conciliam com os papéis de gênero reservados para cada um em nossa sociedade.

Considerações finais



Este trabalho teve por objetivo mapear em caráter exploratório os conselhos gestores de assistência social, saúde e meio ambiente no âmbito do Estado do Paraná, analisando o modo como se dá a representação feminina nesses espaços.

De modo geral, o trabalho confirmou as hipóteses de que as diferenças de gênero dizem respeito a área da política pública abordada pelo conselho, concentrando maior representação feminina na assistência social, um certo equilíbrio na saúde e sub-representação na área do meio ambiente. Ainda que a área da saúde seja uma área social, compreende-se que esta aglutina ainda muitas questões técnicas e, portanto, caracteriza-se como não tão social quanto a assistência social, e por isso, possui maior paridade entre os gêneros.

Além disso, nota-se também a importância da esfera governamental, onde se tem a realidade de que quanto maior a escala, menos mulheres, ou seja, as mulheres estão mais presentes nos conselhos municipais, do que no Estadual e a representação é ainda menor nos conselhos Federais.

Se tratando de representação proveniente do Estado ou da sociedade civil, nota-se que na maioria das vezes a representação feminina é maior entre os representantes do Estado do que da sociedade civil. O que pode ser explicado pelos custos dessa participação, tanto de dinheiro como também de tempo, já que os representantes do Estado têm disponível o tempo de sua jornada de trabalho para desempenhar as funções do conselho, e os representantes da sociedade civil não.

No que diz respeito ao associativismo, percebe-se que as áreas continuam influenciando, a maioria das mulheres se concentram na área socioassistencial, assistencial religioso, enquanto os homens dominam as áreas empresariais/patronais e até mesmo os movimentos sociais.

Dessa forma podemos concluir que o acúmulo de desvantagens direcionados



às mulheres por conta da socialização dos papéis de gênero, reserva à estas uma participação reduzida no mundo do trabalho e da política. Além disso, quando se alcança tal participação esta é marcada por obstáculos e pré-disposições que direcionam as mulheres em maioria para áreas que reproduzem o seu papel da vida privada, ou seja, ao cuidado com os próximos e a certos valores tidos como natos.

Portanto, a partir desses apontamentos considero que a participação feminina nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas no âmbito do Estado do Paraná ainda é limitada e enfrenta os entraves tão profundos da socialização dos gêneros e consequente divisão sexual do trabalho de nossa sociedade patriarcal.

Referências

ALENCAR, J. L. et al.; **Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 112-146. jan./abr. 2013.

ALMEIDA, C. C. R.; Da participação à representação política: um balanço crítico dos estudos mais recentes sobre Conselhos Gestores, **Revista Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 54-78, jun. 2015.

AVELAR, L.; Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Cadernos Adenauer XIV**, Rio de Janeiro, nº 3, p. 71-87, 2013.

CUNHA, E. S.; Conferências de Políticas Públicas e Inclusão Participativa. Texto para discussão 1733. **Ipea**, Rio de Janeiro, 2012.

LÜCHMANN, L. H. H.; Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova** [online]. n.84, p. 353-364, 2011.



_____; ALMEIDA, C. C. R. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94. jan./jun. 2010.

_____; ALMEIDA, C. C. R. e GIMENES, E. R. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Dados** [online] vol.59, n.3, p. 789-822, 2016.

TATAGIBA, L.; Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. IN: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.



MULHER E TRABALHO NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1906-1919)

Jose Rivaldo Teles¹

RESUMO

A presente pesquisa avalia a inserção da mulher no sistema fabril nas primeiras décadas do século XX no estado de São Paulo. A sociedade paternalista e machista do início do século XX disseminava uma moral feminina elevada nos moldes da classe burguesa, que perpetuava a representação da mulher frágil e dependente do amparo masculino. Com este modelo de mulher seria teoricamente mais fácil de domesticar o trabalhador, que com influências europeias já começavam a trazer ao Brasil a luta de classes. Com inspiração muitas vezes anarquista as mulheres negam o estereótipo construído para o gênero e saem às ruas para denunciar a exploração vivida e exigir seus direitos. Deste modo, a partir dessas considerações, a presente pesquisa analisa as seguintes questões: Como se deu a participação das mulheres no processo de industrialização e modernização da cidade de São Paulo na década de 1910? Como o jornal O Estado de S. Paulo representava a mulher em momentos de conflito no mundo do trabalho na cidade em transformação? Qual a inserção da mulher no universo do trabalho remunerado na década de 1910? Quais notícias eram veiculadas sobre a relação mulher/trabalho no jornal?

¹ Historiador, Pedagogo e graduando do curso de Matemática da UNIVESP. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq. e-mail: rivaldoteles@gmail.com



Palavras – chaves: Mulher. Trabalho. Industrialização. São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como eram retratadas as mulheres nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo entre as décadas de 1901/1920 no que tange ao mercado de trabalho. Nas primeiras décadas do século XX o jornal impresso era o principal meio de comunicação de massa na capital paulista, por isso se torna tão crucial sua análise. Os jornais traziam influências internacionais e ditavam as regras morais² em todo o território nacional. À época, eram os jornais que falavam diretamente ao povo, o instruindo e informando segundo as crenças morais da sociedade.

Ao longo do processo histórico as mulheres sofreram inúmeras perseguições, seja moral, psíquica ou física. Nas duas primeiras décadas do século XX a mulher entrou e saiu do mercado de trabalho quantas vezes o patrão julgou necessário, seja para controle da mão-de-obra ou para controle dos operários. Aos patrões só importava o lucro e para que seus objetivos fossem alcançados eles não mediam esforços, para isso utilizaram das mulheres como manobra, impondo-lhes regras e lugares, determinando suas atuações sociais. Ainda que as mulheres tivessem como escolher, e muitas escolhiam não seguir o modelo imposto, essas escolhas autônomas não eram bem vistas pela burguesia.

A manobra preconceituosa que foi imposta retirou as mulheres do círculo social, ora as inserindo no mercado de trabalho, ora as colocando no espaço restrito

² Regras normativas que incumbiam a mulher o espaço restrito do lar, onde ela só poderia gerir a casa e educar os filhos.



do lar. No recorte temporal anunciado poderemos analisar de maneira crítica como surge este fenômeno social no espaço das fábricas, ou seja, porque as mulheres sofreram preconceitos físicos e morais no mundo do trabalho. Como se origina o preconceito fabril que infelizmente a mulher carrega até os dias atuais, seja em forma de salários mais baixos ou assédio moral e/ou sexual. A análise do jornal O Estado de S. Paulo permite avaliar a questão de maneira ímpar e perceber em seus registros os entraves da história.

Segundo a historiografia feminina a mulher foi de fundamental importância na construção da sociedade fabril, assim como na comunidade paulista. O objetivo deste trabalho é desconstruir a passividade feminina, mostrar que a mulher foi à luta e brigou com as armas que tinha em mãos. Seja declarando sua indignação em jornais anárquicos, sindicatos e associações ou saindo às ruas denunciando os maus tratos e abusos que vinham sofrendo no sistema fabril. A mulher negou e nega o estereótipo de mulher-perfeita/dona-de-casa, querendo o reconhecimento da igualdade não para “tomar o lugar do homem”, mas para reafirmar suas diferenças e desmistificar o sexo frágil.

Para tanto, a base teórica historiográfica se dará com alguns clássicos da historiografia feminina e do operariado. Entre eles a obra “Do Cabaré ao lar” de Margareth Rago (1984), que pauta suas ideias na luta da mulher contra os desmandos de uma sociedade machista e paternalista. “Movimento operário no Brasil” de Edgard Carone, que versa sobre o movimento operário no contexto delimitado e traz ainda importantes pesquisas em jornais anarquistas. “O nascimento das fábricas” de Edgar Salvador de Decca, com a importância das fábricas e os entraves dos trabalhadores. “Breve história do feminismo no Brasil” de Maria Amélia de Almeida Teles, delimitando o espaço temporal e dando o norte nos estudos sobre o feminismo deste trabalho.

O estudo foi desenvolvido a partir da seleção de datas ou contextos nos quais a autora Maria Amélia de Almeida Teles demarca como representativos das lutas e



demandas dos trabalhadores em São Paulo, os anos de 1906, 1907, 1917 e 1919. Estas datas correspondem respectivamente ao I Congresso Operário Brasileiro, greves em vários setores, estopim da greve geral e greves têxteis com mais de trinta mil operários e que contou com a participação massiva de mulheres e crianças. A metodologia aplicada na pesquisa se baseou tanto nas datas específicas, como na pesquisa por palavras chaves no sítio do jornal. Tal procedimento permitiu identificar e analisar como o jornal avaliava a relação entre mulher e trabalho no cenário político-social da constituição da modernidade paulista.

Este trabalho é organizado em oito tópicos, sendo o primeiro “Controle do tempo de produção e inserção da mulher na fábrica”, traçando a história do operariado no início do século XX na cidade de São Paulo. “Influência europeia e trabalhadores paulistas” tem a pretensão de mostrar como os imigrantes europeus influenciaram os modos e costumes na cidade de São Paulo. “Mulheres nas fábricas de São Paulo” tem o objetivo de mostrar como era o trabalho feminino na cidade de São Paulo, especialmente dentro do sistema fabril. “O papel da mulher na domesticação do trabalhador” traça a história de como se desenvolveu a estereotipação feminina a submetendo a ser “naturalmente do lar”. “O Estado de S. Paulo e a questão feminina” traz a visão do jornal O Estado de S. Paulo em relação às mulheres, a participação e a representatividade feminina em suas lutas. “Submissão, repreensão e preconceito” mostra as consequências dos comportamentos preconceituosos impostos às mulheres. Oitavo e último tópico “Formas de resistência feminina” relata como e se a mulher consegue se desvencilhar do preconceito proferido pelos poderes Estatal-Religioso-Midiático.

2 Controle do tempo de produção e inserção da mulher na fábrica

O que se viu no início do século XX no Brasil foi um controle do tempo e do



corpo além de uma hierarquização do trabalho, os patrões conseguiram também um controle de qualidade, evitando “o desvio de parte da produção, a falsificação dos produtos, a utilização de matérias-primas de qualidade inferior às aquelas fornecidas pelo capitalista” (DECCA, 1991, p.28). O corpo teria que ser tratado como uma máquina, os gestos e os tempos deveriam estar sob controle o tempo todo, “[...] exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica - movimentos, gestos atitude, rapidez: poder inefinestimal sobre o corpo ativo” (FOUCAULT, 2007, p.118). Esta forma de trabalho foi aplicada dentro e fora das fábricas, sob o pretexto de uma ciência que pregava a controle do espaço fabril ultrapassando os muros das fábricas e chegando até as casas dos trabalhadores, era o início do Higienismo³.

A irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento dos trabalhadores com as exigências do capital e com o novo modelo produtivo explicam a introdução de rigorosos regulamentos internos de fábrica destinados a constrangê-los ao trabalho. (RAGO, 1985, p. 22)

As fábricas higiênicas⁴ pacificam as lutas, mas não as elimina, a exploração no trabalho continua de forma dissimulada, fora das fábricas satânicas⁵ os patrões tinham que ser mais astutos no trato com seus empregados, sendo que nesta nova configuração fabril a mulher é posta e usada como forma de equalizar o mercado de trabalho e como dominação social. Além de todos os males que a fábrica causa aos trabalhadores de forma geral, a mulher sofre ainda a marginalização no setor de trabalho, pois não era tida como arrimo de família, mas sim como complemento do

³ Higienismo: No fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convencionou-se chamá-la de “movimento higienista”.

⁴ Limpa e técnica, moderna e sistematizada, que tinha por objetivo mascarar a exploração ao qual era submetido o trabalhador.

⁵As fábricas eram associadas às prisões, conventos, hospícios e exércitos, eram inclusive comparadas ao inferno, daí o nome fábrica satânica, fundada no mando sem limites do empregador.



salário masculino. Sendo assim a mulher aceitava tarefas secundárias com salário inferior ao dos homens e com uma carga horária maior, além de ser vista como vilã, pois viria para disputar um local predominantemente masculino. No pensamento machista do século XX a fábrica não era um ambiente para mulheres, a mulher tinha seu local definido: A casa. (RAGO, 1985)

3 Influência europeia e trabalhadores paulistanos

A moradia dos trabalhadores paulistanos era basicamente os cortiços em bairros centrais, como Bom Retiro, Bixiga e Brás. Os cortiços eram locais perfeitos para “os surtos epidêmicos, a criminalidade, os conflitos políticos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações sujas e fétidas” (RAGO, 1985, p.11). Para a burguesia a solução para os males causados pelos cortiços era uma intervenção estatal, assim pensavam que acabaria com a “Ameaça da intranquilidade social, da contaminação física e moral, da destruição da nação, da degeneração da raça: resultados nefastos e sombrios da chegada dos imigrantes” (RAGO, 1985, p.12).

A degradação dos costumes, as práticas dissolutas, o alcoolismo, o jogo, o crime, as doenças, que penetravam pelo porto de Santos em companhia dos trabalhadores italianos, espanhóis, portugueses, polacos, a nova mania das greves, a “lepra” da luta de classes: tudo se passa como se os “novos bárbaros” aportassem entre nós (RAGO, 1985, p.11).

Para combater os cortiços foram criadas as vilas fabris que ficavam ao redor das fábricas. As vilas criadas pelos industriais eram funcionais, com saneamento básico e infra-estrutura. Ali o trabalhador expropriado encontra o básico para a sobrevivência como: mercado, farmácia, lojas, cinemas, escolas, campo de futebol. As vilas fabris criavam uma identificação no trabalhador com a fábrica, um vínculo afetivo para extrair o máximo da produção e alavancar os ganhos com a produção de mais valia, os



donos da produção eram “ambiciosos, seu sonho era a erradicação da lepra da luta de classe”. (RAGO, 1985, p.36)

No século XX a ciência pretendia explicar os desvios da norma imposta pelo capitalismo e inspirados em paradigmas oriundos do mundo europeu. Fundado na ciência eugênica os controladores da ordem urbana, como médicos e advogados, entendiam que a solução para os desvios da moral burguesa, dentro das fábricas e nos cortiços, seria o higienismo. Todo comportamento tido como amoral ou impróprio era severamente repreendido ou punido. O higienismo era uma tentativa de curar o corpo e a mente, embora a fábrica higiênica só tenha de fato sido criada na década de 30. Em 1910 já existia a ideia de uma fábrica mais confortável e sem acidentes, com um objetivo claro de maximizar a produção e aumentar os anos de exploração do operário (LUCA, 1999).

4 Mulheres nas fábricas de São Paulo

No início da industrialização brasileira eram principalmente as mulheres e crianças que trabalhavam nas fábricas, sendo aos poucos trocadas pelos emigrantes oriundos da Europa, “no Brasil utilizou-se fartamente a mão de obra feminina. Os dados do Censo de 1920 acusam, de fato, um decréscimo no uso da força de trabalho da mulher pelas atividades industriais se comparado com o de 1872”. (PENA, 1981, p. 22)

A 10 de junho de 1917 começou a greve das operárias têxteis da fábrica Crespi, estopim da greve geral que paralisou São Paulo. Na ocasião foram presos homens e mulheres. No enterro de um operário morto pela repressão policial, uma oradora discursou. (TELES, 1993, p. 43)

O jornal O Estado de S. Paulo reconhece as condições precárias do trabalho feminino, porém alerta que a greve das costureiras em 1907 é uma notícia



estranhadora., mas não motivo para desespero, pois as mulheres eram mais fáceis de convencer. Ainda acalentando os homens ao esclarecer que roupas masculinas são encontradas em lojas, não sendo necessárias as costureiras de imediato. Decerto que as únicas prejudicadas com esta greve seriam as próprias mulheres, tratando a greve como justa, porém inoportuna, cruel e uma tolice, devendo as costureiras tratar do assunto exclusivo de seus interesses direto com os patrões.

Essas tiveram um verdadeiro desapontamento quando souberam que o movimento grevista só havia estendido a todos os ateliers de costura. Quantos vestidos não iam ficar por acabar, vestidos que suas donas contavam mostrar no domingo, sob a carícia de um lindo sol. [...] O que é preciso é que estas se dirijam directamente aos seus patrões [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 1907a, p. 03)

A formação escolar feminina é voltada para educar donas-de-casa e mães perfeitas. Não sendo preciso avançar nos estudos, pois para serem donas de casa não era preciso escolaridade. Ao entrar no mercado de trabalho estavam menos qualificadas, sendo obrigadas pela vida dura e o pouco estudo a aceitar salários menores e piores condições de trabalho. A reincorporação definitiva da mulher no sistema fabril só foi possível após a implementação das máquinas, “que substitui trabalhadores qualificados por não qualificados, adultos por crianças e homens por mulheres” (PENA, 1981, p. 62) sendo esta visão de trabalhador desqualificado e consequentemente barato, que ajudou no preconceito com mulheres, sendo subjugadas e marginalizadas.

Com a tecnificação a força bruta foi praticamente banida das fábricas, ou no mínimo suavizada, “[...] O trabalho não mais requer força muscular, mas somente flexibilidade dos dedos” (PENA, 1981, p. 57). Com as máquinas fazendo a força bruta que as mulheres não tinham os homens aos poucos vão sendo substituídos pelas mulheres, o que naturalmente acirra a concorrência por mão-de-obra mais barata.



Assim a mulher teria possibilidade de adentrar em todos os setores da fábrica, mas isto de fato não aconteceu, ficaram ainda renegadas a cargos marginais e sem expressão. Apenas após o século XXI a mulher passa a integrar, ainda pifiamente, setores “nobres” das fábricas.

A mulher é expropriada e também uma vítima do sistema capitalista, sendo que “nas sociedades pré-capitalistas não havia uma mentalidade empresarial visando o lucro” e reconhece que esta ganância por lucro existente no sistema capitalista é responsável pela expulsão da mulher do mercado de trabalho, “a mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo capitalista de produção”(SAFFIOTI, 2013, p.76). Em uma sociedade patriarcal a mulher tem suas obrigações dentro de casa, quando se insere no mercado de trabalho sofre com o preconceito, pois para as normas socialmente instituídas não pode abdicar dos afazeres domésticos. Nessa nova realidade passa a ter também a tarefa de complementar à renda do marido, assim ela não precisaria ganhar igual ao homem, pois era apenas um complemento à renda da família. Assim acumula a função de operária, dona-de-casa e mãe.

A inserção da mulher muitas vezes como arrimo de família não retira o modelo estereotipado de mulher perfeita e dona-de-casa. Na fábrica trabalha em afazeres parecidos com seu cotidiano doméstico, ou seja, limpando, arrumando, costurando, cozinhando... No caso das famílias mais abastadas o preconceito ainda persiste ficando a cargo das mulheres o cuidado com doentes, na maioria dos casos enfermeiras, ou cuidando de crianças, professoras primárias. Seja como for, as mulheres estavam presentes e atuantes no mundo do trabalho na cidade de São Paulo no início do século XX. Ainda que consideradas coadjuvantes ou desprestigiadas em suas ocupações na fábrica a participação feminina foi impreterível para o desenvolvimento da cultura operária no Brasil. (RAGO, 1985)



5 O papel da mulher na domesticação do trabalhador

As mulheres tiveram um papel preponderante no início da industrialização, não somente pela necessidade de contingentes populacionais sempre crescentes capazes de formar os exércitos de mão de obra, mas para regular o mercado de trabalho. No início do século XX quando já havia uma mão-de-obra autossuficiente a mulher foi expulsa do sistema fabril, mesmo com a resistência, como as manifestações e movimentos paredistas, todavia agora “[...] suas atividades reprodutivas e o trabalho doméstico assumiam o primeiro plano em sua vida” (PENA, 1981, p.129). A luta de classes devido à influência europeia estava trazendo vários problemas para a classe burguesa. Nesse sentido, coube às mulheres o papel fundamental de controlar os trabalhadores fabris dentro de casa.

[...] atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio. (RAGO, 1985, p. 62).

A sociedade paulista, no início do século XX, disseminava um discurso de uma moral feminina elevada nos moldes da classe burguesa, que perpetuava uma mulher frágil e dependente do amparo masculino, ou seja, “[...] quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, [...] com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize” (RAGO, 1985, p.63). O Estado de S. Paulo traz uma reportagem que endossa o papel feminino como zeladora do marido, demonstrando o poder que as mulheres teriam em relação aos trabalhadores, terminando com a greve quando quisessem.

A intervenção de mulheres nas gréves de empregados do lixo é um facto que se repete e que deve lisonjear os feministas. Em todas as paredes alli havidas, as mulheres tomam parte saliente, Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



discutem as questões e insuflam os maridos a abandonar o trabalho ou recomeçar o serviço conforme melhor lhes parece. (O ESTADO DE S. PAULO, 1907b, p. 03)

Os jornais anarquistas denunciavam a degradação com que os patrões tratavam as mulheres, “[...] as fábricas, isto é, esses lupanares, essas pocilgas onde se encerram milhares de proletárias, são sem dúvida possível [...] foco de degradação e de prostituição” (O AMIGO DO POVO 05/07/1902 apud RAGO, 1985, P. 22), as mulheres negam e resistem ao estereótipo de mulher dona-de-casa, perfeita, saindo às ruas para denunciar a exploração e exigir direitos se manifestando em greves como destaca a historiografia “em 1908, as mulheres e crianças que trabalhavam na fábrica de tecidos Matarazzo também entram em greve” (RAGO, 1985, p.72).

Entretanto, com a industrialização em São Paulo e a preocupação voltada para controlar os desvios da moral burguesa, o Estado fazia a sua parte com repressão policial e um discurso higienista nos cortiços e vilas fabris. Aos patrões cabiam punições para desmandos e desobediência, recompensas por trabalho acima da média, muitas vezes gratificando com dinheiro o trabalho excedente. Com a vida controlada nas fábricas e na produção faltava controlar o trabalhador dentro de casa, este papel pertencendo a mulher. Os patrões obrigavam os trabalhadores a se casarem sob pena de dispensa (FAUSTO, 1976).

A monogamia afastava o trabalhador de aventuras sexuais desnecessárias, pois um trabalhador que passa a noite na boemia, movido a paixões, não rende o esperado no dia seguinte. A solução para este “problema” mais uma vez teria que passar pela mão das mulheres, assim “[...] a casa passava a constituir um espaço de sujeição aos regulamentos fabris e a dona-de-casa um agente na órbita do capital” (PENA. 1981, p. 128).

6 O Estado de S. Paulo e a questão feminina

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



O jornal O Estado de S. Paulo no ano de 1906 era de propriedade de Júlio César Ferreira de Mesquita⁶ (1862/1927) e dirigido por Nestor Pestana. Era escrito de forma a ser uma leitura agradável aos leitores mais abastados da cidade de São Paulo. Os excertos demonstram um descaso e uma tentativa de minimizar as lutas trabalhistas no tangente a luta operária e, principalmente, contribuindo para o aumento do preconceito e estereotipação feminina. Ignorando fatos e acontecimentos relatados na historiografia, sendo denunciado por jornais anarquistas pela sua omissão e peleguismo. O enunciado de apresentação do jornal o descreve como um veículo ao lado do povo por ser contra a escravidão e se auto-intitula como independente.

O jornal O Estado de S. Paulo nasceu com o nome de A Província de São Paulo. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. É estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: "fazer da sua independência o apanágio de sua força". (O ESTADO DE S. PAULO, 1875)

Em depoimento ao delegado Bias Bueno na cidade de Santos-SP, sob ordem de Thyrso Martins, o operário Antônio Candelas Duarte relatou sua visão sobre o jornal O Estado de S. Paulo, deixando a sensação que o jornal era temido pelos operários e estava ao lado dos patrões. Um depoimento que enfatiza qual era o lado do jornal, deixando um recado claro aos seus leitores.

Em S. Paulo não ha, nunca houve, não podia haver um jornal que tivesse tomado parte nas agitações operárias. Ha um, "O Estado de S. Paulo" a que, com certeza, os operários consideram o adversario mais perigoso do que os outros, porque exerce grande ascendente sobre as classes conservadoras e possui um corpo de redatores que conhecem muito bem o seu officio. Desse a polícia

⁶4 Advogado, político e jornalista brasileiro, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, nasceu em Campinas - SP.



não tivesse receio. (O ESTADO DE S. PAULO, 1907c, p. 06)

O jornal O Estado de São Paulo não mostra as conquistas e lutas das mulheres. Faz pior, endossa o discurso onde a mulher é inferior intelectualmente e precisa ser necessariamente submissa ao homem, a apresentando como frágil, incapaz e dependente. Representações que são explicitadas nas colunas evidenciam a mulher de forma diametralmente oposta à experiência vivida pelas operárias e trabalhadoras que viviam na cidade. O jornal omite a luta das mulheres, negando assim o reconhecimento do surgimento e ampliação do movimento feminista no Brasil. No mais o jornal limita-se a falar da mulher apenas por ser acompanhante do marido, muitas vezes citando apenas como “acompanhado de sua mulher”, sem dar importância ao nome feminino.

Manuel de Medeiros Silva Junior, tendo obtido carta de sentença contra Casimiro Augusto de Souza Amaral, pela presente protesta contra qualquer venda ou alienação que o mesmo e sua mulher façam dos bens móveis e imóveis [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 1906, p. 02)

O modelo feminino defendido pelo jornal é o modelo burguês: Dona-de-casa, mãe-perfeita, mulher-prestativa. No ano de 1906 ocorreram muitas greves com mulheres tomando à frente das manifestações, paralisações, piquetes e palanques. O jornal O Estado de S. Paulo ignora as manifestações operárias e tenta desviar o foco das suas leitoras para o mundo das aparências, onde o visual deveria estar acima do ideal. O modelo feminino de beleza é definido no jornal como um bem a ser preservado, seja ocultando os fatos da mulher que sai às ruas protestando ou com propagandas, como na venda de uma loção endurecedora de seios. Reafirmando a ideia do cientificismo que pautavam as políticas públicas (higienismo) e administração da cidade de São Paulo. O texto da propaganda anunciava: “Toda a mulher se acha exposta às fadigas quotidianas [...] e os seios cáem e tornam-se flácidos. O SEGREDO



DAS SENHORAS vem remediar esse mal [...] em observações e estudos de um valor científico incontestável". (O ESTADO DE S. PAULO, 1917a, p. 12)

O ano de 1919 vai transcorrendo dentre muitas greves e paralisações no setor operário no Brasil, em São Paulo não é diferente. O jornal O Estado de S. Paulo traz em suas páginas matérias sobre as greves, porém a questão feminina mais uma vez é colocada de lado, salvo em um pequeno parágrafo de uma matéria que mostra um operário tentando viabilizar o movimento paredista em um atelier de costura.

Foi preso e autuado em flagrante o operário Fernando Pereira Bernardino quando, num "atelier" de costura pertencendo a Maria da Luz, situado na rua Gomes Freire, concitava as operárias a abandonar o trabalho. Esse paredista pediu a Maria da Luz que firmasse um documento prometendo aumentar os salários das operárias. (O ESTADO DE S. PAULO, 1919, p. 02)

O Estado de S. Paulo critica o movimento paredista e faz questão de mostrar o quão aprazível eram os patrões. O jornal trata dos assuntos que eclodiam em greves como justos, porém após analisar como justo e merecido o pedido dos operários, desqualifica o movimento grevista/reivindicador feito pelos operários deixando claro que a saída será sempre a conversa. Conversa esta que nunca esteve presente, restando aos operários ganhar voz através de sindicatos e jornais anárquicos tomando as ruas e parando a produção fabril.

7 Submissão, repreensão e preconceito

O jornal O Estado de S. Paulo contribuiu com a visão que coloca as mulheres em uma situação submissa e insegura. Trazendo em suas páginas colunas preconceituosas, subjugando a mulher tratando-a como "coitada de Deus" e "pobre mulher". Um exemplo desse pensamento conservador está em uma matéria de quase



meia página, onde o sociólogo Henrique Ferri (italiano) trata as mulheres com desdém. O jornal considera a matéria como a reprodução de uma “excelente palestra científica a mulher como ela é e como será”.

O destino da mulher é exercer no mundo as funções que permitam as suas faculdades. Ella, porém, não será advogada porque não póde competir com o homem nessa espécie de applicação mental [...] A mulher não será senão o que a mãe póde ser, porque só a maternidade torna a mulher digna da nossa admiração e do nosso respeito. (O ESTADO DE S. PAULO, 1908, p.02)

Apesar do descaso estatal e midiático a mulher se inseriu no setor fabril e foi no setor têxtil que as mulheres foram trabalhar em grande escala. Cerca de 60% das mulheres e crianças estavam neste setor, sendo ainda 70% do total de empregados. Os empresários preferiam esta mão de obra, pois era mais barata e mais dócil. A mulher recebia em média 64% o salário de um homem, sendo que o setor onde o homem recebia um valor mais alto de salário era justamente onde as mulheres não poderiam atuar. As organizações trabalhistas (Sindicatos) esbarravam em muitos problemas, mas a pior pressão era a do mercado de trabalho, “pulverização das diferentes situações de trabalho, intransigência patronal [...] mas principalmente a terrível pressão da oferta de trabalho” (BATALHA, 1989, p.15,16).

O sistema fabril coloca a mulher como obstáculo que impede o crescimento das fábricas, vista posteriormente como saída para o descontrolo dos trabalhadores, “aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas” (SAFFIOTI, 2013, p.66).

Outro fator perpetuador de preconceitos com as mulheres seria o alto índice de absentéismo. Se esperava que a mulher ficasse ao lado do marido quando este caísse enfermo, qualquer problema relacionado ao lar e aos filhos era a mulher quem



deveria resolver. A maternidade também era vista como um empecilho às obrigações fabris, Saffioti (2013) alerta que a mulher chegava a se ausentar até o dobro de um homem casado, porém “as ausências são muito menos numerosas quando o trabalho da mulher é agradável, de responsabilidade e satisfatoriamente remunerado” (p.88). Afirma ainda que ao longo de uma vida profissional (por volta de 30 anos) a mulher “compensa” as ausências causadas pelo afastamento da licença maternidade, pois números indicam uma maior dedicação e produtividade durante toda a vida profissional.

A religião predominante Cristã também cerceia a mulher, ajudando a manter o estereótipo de mulher frágil, tendo esta que viver sob as ordens do marido.

Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos. (HITCHOCK, 2005, p.1272).

De maneira determinista o jornal O Estado de S. Paulo estampa a falta de capacidade e de autonomia feminina. Nega também o espaço público, expõe uma incapacidade moral, não sendo a mulher capaz de pensar de forma autônoma. Com um pensamento pernicioso inconsciente a mulher é tratada de forma a ser impossível a sua sinceridade. “[...] o não saber, nem poder ser, inteiramente sincera: todas são inconscientemente um pouco falsas. Ser franca, escreve Stendhal, seria para a mulher como sair sem vestido.” (O ESTADO DE S. PAULO, 1909, p.01/02) Este pensamento preconceituoso penetra no sistema fabril e na sociedade como um todo.

8 Formas de resistência feminina

Se de um lado o discurso patronal higienista ganha espaço com apoio do cientificismo do outro os trabalhadores resistem ao modelo ideal. As mulheres negam



o estereótipo de mulher-perfeita, detentora e dominadora do lar, se apoiando nas instituições sindicais e associações anarquistas. Na década de dez os anarquistas queriam a total aniquilação de todo processo capitalista, porém com as dificuldades financeiras e de organização abandonam este ideal e partem para o confronto dentro das fábricas, criando comitês dirigidos por operários com a finalidade de amenizar a vida fabril dos trabalhadores.

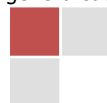
O anarquismo pregava entre outras coisas o fim da repressão, seja qual for, o fim da exploração proletária, o fim do Estado, educação horizontal e a defesa do amor livre. Temas que agradava a todos que ansiavam por uma vida mais justa, confortável e digna. As mulheres utilizavam os jornais anarquistas para propagar suas ideias, denunciando os maus tratos e o preconceito a que eram submetidas, é o caso do jornal *Avanti* que já em 1901 denuncia:

Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na empenhada luta contra ele. (AVANTI, apud RAGO, 1985, p. 71)

O jornal *Avanti* traz a notícia carregada de um real preconceito em que eram submetidas às mulheres e um claro antagonismo de ideias, pois trata a mulher como desorganizada e frágil, mas ao mesmo tempo elas conseguem se reunir em prol de uma causa reunindo um contingente de 700.

Os movimentos paredistas, quebras de maquinário, furto de matéria prima eram maneiras dos trabalhadores pressionarem seus patrões. Este movimento ficou conhecido na Inglaterra como “go canny”⁷, a aliança com sindicatos e partidos

⁷ Go canny: É uma força de expressão utilizado pelos trabalhadores ingleses que significava caminhar devagar com toda comodidade. “Os patrões declaram que o trabalho e a ligeireza são
Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



anarquistas contavam com jornais operários para propagar a ideia de uma liberdade feminina. (RAGO, 1985)

E assim prossegue a luta feminina, intensa, cheia de brigas internas, organizações e até luta corporal. Em uma greve no ano de 1903 trabalhadoras grevistas agredem uma mulher que havia entrado para trabalhar. Sem se conformar esta atitude partem para o confronto. "Encontrou-se com uma que a censurou por ter ela voltado ao trabalho, traíndo a causa das companheiras. Chegaram outras companheiras que a agrediram a bofetadas e cacete". (O CORREIO PAULISTANO, 1903 apud RAGO, 1985, p. 72)

Em 1917 ocorreu a famigerada greve das oficinas da fábrica Crespi, que deu origem à greve geral que parou São Paulo. O jornal mais uma vez faz questão de colocar o protagonismo das ações do movimento paredista e de desprendimento à ordem estabelecida aos "garotos", tratando como deplorável o fato de "mocinhas" terem deixado se seduzir pelos "garotos".

As 11 horas, as violências passaram a ser praticadas em pleno centro da cidade, tendo início no largo da Sé. Agora foi uma multidão de garotos que se entregou a todos os excessos, escolhendo para alvo de suas loucuras os carros elétricos. [...] o mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada, tomando conta de três elétricos no Largo da Sé. (O ESTADO DE S. PAULO, 1917b, p. 05)

Também na década de dez as mulheres ganham força, desta vez no campo político. As mulheres brasileiras entram definitivamente no âmbito jurídico quando "em 1910, Deolinda Dalho, professora, fundava o Partido Feminino Republicano, defendendo especificamente que os cargos públicos fossem abertos a todos os brasileiros, sem distinção de sexo." (TELES, 2003, p.43). Depois disso as mulheres

mercadorias à venda, da mesma forma que os chapéus, as camisas, as carnes... já que são mercadorias vendê-la-emos da mesma forma que o chapeleiro vende seus chapéus... a mau preço damos má mercadoria..."(RAGO, 1985, p. 30)



ganharam força no cenário político, o PFR (Partido Feminino Republicano) uniu mulheres de várias classes e condições sociais, reforçando a urgência da luta feminina ser reconhecida.

Com o desmantelamento dos jornais anarquistas, por falta de dinheiro, o foco agora era partir para dentro das fábricas. Com organizações criadas pelos próprios trabalhadores partindo de dentro das fábricas para as ruas.

Que se organizem uniões de indústrias ao invés de uniões ou sindicatos de ofício. Que dentro de cada indústria se equiparem os ofícios, reivindicando para todos igual salário [...] a administração interna seja dirigida por comitês eleitos pelos operários [...] (A PLEBE, SÃO PAULO, 25/09/1920 apud RAGO, 1985, p.51)

Os jornais anarquistas perdem força diante da negligência financeira de seus militantes. Deixam para a historiografia um rico material no qual podem ser analisadas as condições da luta não apenas proletária, mas também a luta da minoria, em especial das mulheres e crianças que a historiografia tradicional proposadamente silenciou. A emancipação pensada pelo movimento feminista no início do século era no sentido de igualar os sexos, com direitos e deveres iguais. Hoje a noção de emancipação feminista se dá na igualdade de gênero que prescinde da igualdade para afirmar a diferença. (SAFIOTTI, 2013)

9 CONCLUSÃO

Ainda que desprestigiada a mulher lutou com o que tinha em mãos. Foi a rua e aos jornais, anarquistas, e denunciou os preconceitos vividos iniciando uma



revolução no tangente a luta feminista. No contexto analisado, além de cuidar dos afazeres domésticos, trabalhavam nas fábricas que deram origem ao processo de industrialização em São Paulo. Lutaram por melhores condições de salários, contra a carestia e contra os muitos preconceitos que sofriam no âmbito fabril, estatal e religioso. Ainda que a historiografia tradicional oculte a luta feminina e a deixe de lado, é papel do historiador jogar luz aos fatos e enaltecer a luta dos negros, crianças e no caso mulheres.

O jornal era uma ferramenta de comunicação de massa importante à época e O Estado de S. Paulo pode ser considerado como um dos mais (se não o maior) jornal impresso de São Paulo no contexto. Seus exemplares evocavam a mulher como submissa ao homem, pois colunas do jornal O Estado de S. Paulo explicitavam que a mulher não poderia sair de casa à noite, não deveria sair desacompanhada e a colocava como sendo mais permissiva que o homem. Tratavam os assuntos femininos com desdém ou simplesmente ignorando suas lutas. O jornal O Estado de S. Paulo não quebra o paradigma de mulher-frágil, ao contrário endossou o preconceito e disseminou o estereótipo privado da mulher.

Jornais anarquistas estavam na defesa do movimento fabril, feminino e infantil, o que permite considerar que o jornal O Estado de S. Paulo não prestigiava a causa das mulheres. Pois se revelou despreocupado com as lutas trabalhistas demandadas pelo movimento de mulheres, cuja historiografia permite considerar tanto a existência quanto a resistência delas aos imperativos que as desprestigiavam. Com o desaparecimento dos jornais anarquistas as mulheres, ainda assim resistiram e resistem até os dias atuais, se fazem ouvir através de congressos institucionais, igrejas e nos poderes legislativos.



REFERÊNCIAS

- BATALHA, C. (1989). Mulheres e crianças operárias. Revista **Trabalhadores: Fábrica e Cidade**. 14-16.
- CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed.. São Paulo : . Difel, 1984.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Prismas).
- DECCA, Edgar Salvador de. **O nascimento das fábricas**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DOWLING, Colette. **O complexo de Cinderela**. São Paulo: Melhoramentos, 1981.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito industrial**. São Paulo: Difel, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- HITCHCOCK, Roswell D. **Bíblia de estudo, temas em Concordância**. Tradução Bruno Destefani. Rio de Janeiro : Geográfica, 2005.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In:_____ **História e Memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MARX, Karl. **O capital**. Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. CIDADE : Nova Cultura Ltda. 1996.
- O ESTADO DE S. PAULO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm>. Acesso em: 06 ago. 2015.
- O ESTADO DE S. PAULO. A questão social no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de Jun. de 1919, p. 02.
- O ESTADO DE S. PAULO. Ao Público. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de Nov. de 1917a, p. 12.
- O ESTADO DE S. PAULO. Exterior. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de Ago. de 1906, p. 03.



O ESTADO DE S. PAULO. Movimento operário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1907b, p. 03.

O ESTADO DE S. PAULO. Movimento operário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1907c, p. 03.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias diversas. **Henrique Ferri**, São Paulo, 16 de Nov. de 1908, p. 02.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias diversas. **O Estado de S. Paulo**. 13 de Jul. de 1917b, p. 05.

O ESTADO DE S. PAULO. Nova greve frustrada. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 25 de Jul. de 1907a, p. 03.

O ESTADO DE S. PAULO. O processo Steinheil e a mulher delinqüente. **O Estado de S. Paulo**, 21 de Mar. de 1909, p.01/02

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**: Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003



"UM MAL NECESSÁRIO E TEMPORÁRIO": ABORTO NO ESTADO SOVIÉTICO, 1917-1936¹

Augusta Silveira²

Resumo

O presente trabalho busca tratar do curto período da liberação do aborto na União Soviética, entre 1920 e 1936. A partir da visão bolchevique inspirada na teoria marxista sobre a família e a libertação feminina, mudanças também ocorrem no âmbito legal para socializar o trabalho doméstico, emancipar as mulheres pelo trabalho assalariado, desconstruir a família burguesa e valorizar a união livre. Deslocada dos debates progressistas, compreender como e em que situações os abortos (legais e ilegais) eram feitos se faz necessário para compreendermos a experiência das mulheres com reprodução e contracepção durante o período analisado, bem como a reação conservadora que termina por proibir a prática novamente.

Palavras-chave: Mulheres; União Soviética; Aborto, 1917-1936.

Introdução

O desenvolvimento do processo histórico russo já foi descrito pelo revolucionário Leon Trotsky (1978) a partir de sua peculiaridade relacionada a uma

¹ Trabalho final da disciplina de História Contemporânea II, ministrada pelo Prof. Dr. Enrique Serra Padrós no semestre de 2015/1.

² Graduanda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: augustaslvr@gmail.com.



“prolongada estagnação” e lentidão. De acordo com o autor, esse atraso possibilitaria uma assimilação acelerada de processos acontecidos, “passando por cima de uma série de etapas intermediárias” (TROTSKY, 1978, p. 24), porém não menos necessárias. Assim, de 1905 a 1917, o regime czarista acentua sua profunda contradição com as “exigências históricas” de modernidade propostas por Lênin, assim como mostra a impossibilidade de ascensão da burguesia, isolada e conservadora. Durante esse período, então, abre-se espaço para o desenvolvimento dos Sovietes e avança o processo revolucionário que culmina no ano de 1917.

A preponderância da autocracia exercida pelo czar através do exército, polícia e burocracia, apoiada pela nobreza proprietária de terras e legitimada pela Igreja Ortodoxa, representada em três quartos da população, afirma concepções conservadoras sobre família e condições das mulheres (CASANOVA, 2010, p. 38). É a partir da organização dos Sovietes e da emergência da revolução que a política abre espaço para a participação das mulheres nas decisões, com instâncias particulares e exclusivas. Mesmo antes da organização desses espaços na política institucional, a ação protagonista das mulheres já se faz presente nas manifestações por pão que dão início à Revolução de Fevereiro no Dia Internacional da Mulher (FERRO, 1985). A ação política e social das mulheres, portanto, não é concedida ou dada como gratificação, mas surge da insatisfação geral de um grupo que se identifica com base em experiências comuns.

Mesmo com intensa atuação política feminina nos períodos pré e pós-revolucionário, a historiografia política ainda se prende a nomes conhecidos como a teórica Alexandra Kollontai e a médica Vera Lebedeva, dando ênfase a dirigentes do partido, onde uma esmagadora maioria era de homens, enquanto nos âmbitos regionais e locais, em escalões menores, a representatividade feminina era



reconhecidamente maior³. Alguns autores, como Casanova (2010, p. 42), chegam mesmo a citar uma “intromissão” das mulheres na política, a exemplo de quando cita a ação política da czarina Alexandra Romanova. Sem entrar na discussão dos porquês desse apagamento a cada degrau de destaque na política, naturalmente relacionado ao machismo que não é superado instantaneamente (apesar das crenças do comunismo como possuidor de ferramentas para inviabilizar opressões de gênero), os autores que trabalharam o tema focam, em sua maioria, no campo político e econômico da história tradicional, reafirmando o papel subalterno dessas mulheres.

Tendo em consideração essas invisibilidades, o extenso material sobre o aporte legal bolchevique após a revolução, a guinada conservadora de Stalin e a posterior reestruturação ainda são pontos de partida na medida em que impactaram diretamente na vida das mulheres, pautaram suas vivências e determinaram suas condições no decorrer daquele período. Nesse sentido, buscar compreender como as novas concepções sociais e morais advindas com a revolução e que se concretizaram em âmbito legal transformou a vida social, familiar e coletiva na União Soviética é relevante para analisarmos essa abordagem que vai além da visão liberal sobre as mulheres e seus direitos como emancipadores, mas que busca reconhecer e desestruturar a opressão nas suas raízes. Apesar disso, é importante ressaltar que as experiências das mulheres vão além do aparato legal soviético e passam por estruturas anteriores e ainda vigentes em âmbito global, às quais interessa a posição subalterna das mulheres e sua não-organização.

Assim, para esse trabalho, busca-se analisar a visão bolchevique que rege as novas concepções de amor, família e casamento e de que forma essas nova

³ A ala feminina do partido comunista, o Zhenotdel, funcionou de 1919 a 1930 e aglutinou as discussões sobre a “questão feminina”, ou seja, o reconhecimento da posição subalterna atribuída às mulheres na sociedade.



abordagem às relações sociais, amorosas e familiares incide na liberação do aborto. Conceitos de amor livre, desestruturação familiar e libertação das mulheres do trabalho doméstico pautam as reformas bolcheviques no período pós-revolucionário, iniciadas com o Código do Casamento, da Família e da Tutela de 1918. Nesse ínterim, no que diz respeito à saúde da mulher, a prática do aborto sempre foi disseminada e comum entre as mulheres mesmo antes da revolução, por diferentes motivos concernentes às condições estruturais e decisões pessoais. A partir disso, compreender como e em que situações os abortos (legais e ilegais) eram feitos se faz necessário para compreendermos a experiência das mulheres com reprodução e contracepção durante o período analisado. Partindo da visão que apoia a liberação do aborto, embora não sob uma visão progressista como a que pautava as novas ideias sobre casamento e amor livre, a década de 1930 evolui com um discurso cada vez mais conservador e voltado para a família tradicional que, por fim, criminaliza a prática em 1936. Assim, o presente artigo busca versar sobre esse curto período de liberação e sua especificidade.

1 A mulher livre sob a ótica bolchevique

À parte da Guerra Civil que se segue após a Revolução, o projeto social e econômico bolchevique é rapidamente posto em prática. No plano legal, se consolida uma Assembleia Constituinte, rapidamente dissolvida, que dá a tônica dos processos criticados como autoritários conduzidos no decorrer do período (SABORIDO, 2009). O Comunismo de Guerra termina por deixar as cidades e os campos arrasados, e os anos de crise que se seguem à implantação da Nova Política Econômica (NEP) não são, num primeiro momento, decisivos para uma melhora geral das condições de vida da população.



Em paralelo à política econômica, o triunfo da Revolução traz uma nova abordagem em relação à sociedade e as relações que dentro dela se constituem. As origens dessa nova visão estão na teoria marxista, que coloca, inicialmente, a mulher e a família como dependentes da estrutura econômica e da natureza do Estado. O lucro rege a família burguesa, que possui apenas a função (re)produtora (NAVAILH, 1991). A família, sem função produtiva, seria inútil e, portanto, fadada a extinguir-se após a consolidação da revolução.

Sobre a situação familiar dos trabalhadores, Engels descreve em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* as exaustivas jornadas enfrentadas pelas mulheres, trabalhando grávidas além do limite físico e abandonando os filhos em casa pela necessidade do emprego. O autor associa rapidamente a produção capitalista à instabilidade familiar, citando longas horas de trabalho, “negligência com o trabalho doméstico e com os filhos, desmoralização, crescente indiferença em relação à vida familiar e a inversão dos papéis de gênero” (ENGELS, 1844 apud GOLDMAN, 2014, p. 50) como consequência do modelo capitalista. Dessa forma, ligado a um antifeminismo característico do proletariado, Engels acreditava que o capitalismo estava destruindo a família.

Outros autores como August Bebel em *A mulher e o Socialismo* (1879), escrito a partir de reflexões teóricas sobre *O capital*, corroboram com a crítica à sociedade burguesa. Ao perpetuar a situação de exploração das mulheres trabalhadoras, a sociedade burguesa une-se à imoralidade e hipocrisia do capitalismo em prol da destruição familiar.

Ressignificadas as teorias marxistas sobre mulher e família no período revolucionário, a visão bolchevique sobre esses aspectos ultrapassava a divisão entre



público e privado⁴, colocando que a contradição entre necessidades da família e demandas de trabalho impedia que as mulheres participassem ativamente da política, presas ao trabalho doméstico. Dessa forma, mesmo concedendo plenos direitos ou qualquer outra “ilusão” do feminismo liberal, o capitalismo jamais poderia resolver o problema da dupla carga de trabalho enfrentada pelas mulheres. Somente o socialismo, portanto, solucionaria as contradições criadas pelo capitalismo.

Para dar conta da questão da opressão das mulheres, os bolcheviques colocam o problema nas mãos do Estado. Assim, o primeiro passo para a libertação seria a remoção do trabalho doméstico do lar. Transferidas para a esfera pública, tarefas como o cuidado das crianças, lavar roupas e cozinhar seriam realizadas por trabalhadores assalariados, tirando o fardo da dupla jornada dos ombros das trabalhadoras. Lênin já classificava o trabalho doméstico como “inútil e irritante” (ENGEL e VANDERBECK, 1998), mas em nenhum momento foi proposta uma divisão desse trabalho entre os membros do núcleo familiar, e sim sua externalização para além do privado. O segundo passo para libertação seria o ingresso das mulheres no mercado de trabalho como assalariadas. Mais uma vez ignorando o valor do trabalho doméstico, associado ao atraso político, a independência econômica abriria portas para mulheres e igualaria seu status com o dos homens trabalhadores (GOLDMAN, 2014, p. 30)

⁴ A dicotomia público-privado é um debate recorrente na teoria feminista. Inicialmente, remontando a Locke, significava a oposição entre *Estado* e *sociedade civil*, a última como espaço de liberdade pessoal. A visão romântica coloca o público-privado como a oposição entre *social* e *pessoal*, mas foi aproveitada pelo liberalismo associando o pessoal ao íntimo e, posteriormente, ao “direito à privacidade”. As duas abordagens são problemáticas; a primeira pois coloca soluções formais como o direito ao voto como suficientes para a emancipação feminina; a segunda pois tira das mãos da intervenção pública as relações de afeto, espaços onde mais aparece a discriminação de gênero (CYFER, 2010).



Inicialmente, teóricos soviéticos colocavam que a transição da economia comunal para capitalismo havia enfraquecido a família e suas funções sociais e econômicas. Sob o socialismo, esse modelo definharia e sob o comunismo, deixaria de existir (GOLDMAN, 2014, p. 29). Transformada em união marital de consentimento mútuo e sem responsabilidades econômicas ou sociais, a família estreitaria os laços afetivos ao deixar as mulheres livres da troca de serviços domésticos e sexuais por suporte financeiro masculino (ENGEL e VANDERBECK, 1998).

A visão socialista da libertação foi problematizada por Wendy Goldman (2014, p. 31) ao colocar a tensão entre o indivíduo e a coletividade/Estado:

Embora os bolcheviques defendessem a liberdade pessoal para o indivíduo e a eliminação de autoridades religiosa ou estatal em questões de preferência sexual, supuseram que o Estado tomaria para si as responsabilidades da criação dos filhos e do trabalho doméstico. Portanto, ao mesmo tempo que a ideologia bolchevique promovia uma noção libertária do indivíduo, aumentava imensuravelmente o papel social do Estado ao eliminar corpos intermediários como a família.

O Estado, ao procurar igualar a posição feminina à posição masculina (e nunca o contrário, visto que primeira era ligada ao atraso do trabalho doméstico), toma para si funções familiares tradicionais, mas não questiona os papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Dessa forma, “desprovida de embelezamento, a visão bolchevique era baseada, portanto, em quatro preceitos: a união livre, a emancipação das mulheres através do trabalho assalariado, socialização do trabalho doméstico e definimento da família.” (GOLDMAN, 2014, p. 31).

As novas visões sobre família e sobre a situação das mulheres se legitimam a partir de decisões no âmbito legal, mais notadamente com a aprovação de uma primeira versão do Código do Casamento, da Família e da Tutela em 1918 (o Código seria reformulado em 1926, ampliando os debates nesse campo). Anteriormente, duas decisões de dezembro de 1917 já haviam avançado na eliminação das leis referentes a



questões familiares na Rússia pré-revolucionária. A substituição do casamento religioso pelo civil e o estabelecimento do divórcio num processo simplificado e unilateral revolucionam até mesmo as práticas consideradas progressistas e diminuem a burocracia do processo. De uma só vez, os bolcheviques legitimavam o poder de seus cartórios civis e enfraqueciam o poder da Igreja Ortodoxa, responsável pelos registros anteriormente.

Antes da revolução, os casamentos e divórcios eram controlados pela religião e incorporados à legislação estatal, concedendo poucos direitos às mulheres e submetendo-as ao poder masculino (GOLDMAN, 2014, p. 70). Os decretos de 1917, portanto, avançam ao colocar na mão dos Serviços de Registro Civil (ZAGS) os dois processos, simplificando-os.

O Código de 1918 incorpora os decretos do ano anterior e sacramenta a centralidade dos ZAGS. As mudanças varrem séculos de leis e práticas que legitimam o privilégio masculino, visto que

O poder marital é suprimido. O marido não pode impor à mulher nem o seu nome, nem o seu domicílio, nem a sua nacionalidade. Há uma igualdade absoluta dos cônjuges, entre si e perante os filhos. A licença de parto e a proteção no trabalho são garantidas. De fato, este código define uma família reduzida, que compreende apenas os parentes em linha direta - descendente ou ascendente - e os irmãos. O cônjuge é colocado no mesmo plano que os pais e os colaterais, sem privilégios nem prerrogativas. É também uma família menos estável. (NAVAILH, 1991, p. 281)

Outras disposições do código passam a abolir a ilegitimidade dos filhos, garantindo o sustento desse pelos pais como qualquer criança legítima, dentro ou fora do casamento registrado. Antes da aprovação do código, os bolcheviques já haviam proibido por decreto a herança, contribuindo para a separação das esferas econômica e familiar na questão da propriedade. O parentesco passa a valer cada vez menos, e cada membro independente do núcleo familiar deve responsabilizar-se por seu



sustento. Assim, o código separa o conceito de casamento do de família (GOLDMAN, 2014, p. 72). É nele que percebemos que muito do discurso teórico bolchevique sobre a igualdade de gêneros foi absorvido na busca pela igualdade dos cônjuges e restrição das obrigações matrimoniais.

No código, constava ainda a proibição da adoção a partir da premissa de que o Estado era um melhor tutor do que uma família individual. Era o primeiro passo à socialização do cuidado com a família e, de certa forma, da maternidade, quando a criação coletiva faria parte da agenda soviética. Mais tarde, voltou-se atrás com a política frente ao número excessivo de crianças sob tutela estatal que viviam em lares públicos sem as mínimas condições de sobrevivência, muitas vezes optando pela vida na rua e pelos pequenos crimes urbanos para manterem-se.

Embora considerado progressista, o código é considerado como parte de uma transição em direção ao Estado socialista, e não seu produto final. Apesar das críticas a respeito do papel fundamental dos registros civis como casamento e pensão, o plano bolchevique era de que as próprias práticas e novas relações em sociedade tornariam o código obsoleto.

2 O mal temporário da liberação do aborto

Apesar dos avanços do Código de 1918, a liberação do aborto não vem acompanhada de um discurso progressista sobre direitos das mulheres ou sobre liberdades individuais de decisão quanto ao corpo⁵. Pelo contrário, o aborto aparece

⁵ Em contradição ao período analisado no Estado Soviético, o Brasil, desde a abertura democrática do pós-ditadura militar, discute cada vez mais a questão da proteção à saúde da

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



como uma válvula de escape num país arrasado pela guerra civil pós-revolução, um mal necessário frente às péssimas condições de vida no campo e na cidade, anterior à implementação da NEP. Embora discussões já estivessem presentes na época da aprovação do Código e mesmo antes, “problemas puramente civis” passaram despercebidos nas discussões sobre legislação durante o período de pressão da guerra (WOOD, 1997). O mais provável é que não se tenha chegado a um consenso entre lideranças bolcheviques no que se refere à questão, visto que, apesar da Rússia não passar por um cenário de perda populacional extrema, não era interessante para o partido e para a sociedade que mulheres pudessem abortar livremente (WOOD, 1997).

Lênin já havia declarado apoio à descriminalização do aborto e propaganda sobre concepção, embora rejeitasse “a tendência ao egoísmo do casal burguês” e o que acreditava ser um Malthusianismo, a crença de que o grande número de filhos das mulheres trabalhadoras era responsável pela pobreza da classe. Dessa forma, também condenava qualquer política de controle de natalidade. Enquanto o aborto deveria ser legalizado, a Revolução daria condições a todas as mulheres e famílias de criar seus filhos (WOOD, 1997). Assim se difunde a visão hegemônica de que o aborto é uma necessidade, uma decisão racional frente a um cenário de pobreza ou falta de condições.

Em 1910, médicos no Congresso da Sociedade Pigorov já haviam colocado que o aborto, antes privilégio da classe mais abastada, havia atingido proporções “epidêmicas”, disseminando-se entre outras classes sociais. Outras associações profissionais também recomendavam a legalização no período pós-1905. A já citada fala de Lênin, anterior à Primeira Guerra Mundial, também dá conta da visão bolchevique sobre o assunto. Em 1920, antes da liberação, o comissário da Saúde

mulher, os direitos individuais e a autonomia reprodutiva. Embora haja respaldo legal na Constituição de 1988, o aborto ainda é tratado sob a ótica criminal, contrariando o debate internacional que o enquadra a partir da promoção da saúde pública. (SARMENTO, 2006).



Nikolai Semashko recebeu inúmeras cartas sobre a popularidade da prática. A proibição do ato no Código Penal de 1885, enquadrado como assassinato premeditado não fora suficiente para dissuadir as mulheres de sua decisão pela interrupção da gravidez (GOLDMAN, 2014). O “mercado negro” nas cidades e as práticas abortivas conhecidas pelas mulheres do campo, bem como o infanticídio para as últimas, eram disseminados entre as mulheres, um saber comum (ENGELSTEIN, 1991; STITES, 1978).

A Revolução e a Guerra Civil só contribuíram para agravar esse quadro. Apesar de já tratar-se de uma prática comum entre as mulheres, as péssimas condições de sobrevivência e a miséria aumentavam o número de mulheres em busca de abortos ilegais (GOLDMAN, 2014, p. 304). Entre abril e julho de 1920, uma série de reuniões com o Comissariado da Saúde foi central para a discussão da questão. Semashko e Vera Lebedeva, da seção de proteção à maternidade, expuseram as razões para a legalização da prática. O ponto principal da legislação não seria proteger os direitos individuais da mulher e sua decisão pessoal em abortar, mas sim proteção do coletivo e da saúde da mãe pelas gerações futuras, dando a tônica do discurso que circundaria a prática mesmo no curto período de liberação. No âmbito médico, o medo era a importância das mulheres velhas e sábias (*babki*), parteiras responsáveis por chás e outros métodos para induzir o aborto. Para os profissionais da saúde, a legislação deveria concentrar-se em punir a ação dessas pessoas fora das instituições soviéticas (WOOD, 1997).

É inserido nesse debate que se aprova, em novembro de 1920, o decreto que passa a permitir o aborto. Independente da legislação familiar do Código de 1918, a liberação vem com o discurso sobre como as instituições voltadas para as mães “triumfariam sobre” as causas do aborto, dando suporte para o fortalecimento do “instinto materno” (WOOD, 1997). A gravidez, no futuro, seria uma alegria e não um



fardo. Mesmo Alexandra Kollontai se absteve de falar sobre a fertilidade da mulher no âmbito pessoal, colocando que a maternidade não era privada, e sim uma obrigação social (GOLDMAN, 2014). A legalização, portanto, aparece como uma medida de saúde pública, visando diminuir o alto número de mortes associado ao aborto ilegal. Considerando o aborto “um mal para a comunidade” e a ser combatido com extensiva propaganda pelo governo, o aborto era um “mal necessário” e temporário, visão que busca eliminar possíveis contribuições positivas da legislação para a emancipação da mulher (LAPIDUS, 1978, p. 60). Outras contradições estavam na legalização somente pela falta de acesso das mulheres à saúde, não pela aceitação da prática em si, bem como na proibição da ação de sábias e parteiras, permitindo que o procedimento fosse realizado somente por médicos e em hospitais (WOOD, 1997, p. 109).

Por fim, com a liberação da prática, a visão oficial sobre o aborto passava pelas seguintes instâncias:

(...) em primeiro lugar, que a questão da pobreza levava mulheres a procurar o aborto, e que uma melhora nas circunstâncias materiais eliminaria essa necessidade. Segundo, que a decisão de ter um filho não era pessoal, mas sim social; em terceiro lugar, que as necessidades reprodutivas da sociedade, em última análise, prevaleciam sobre os desejos individuais de uma mulher. As tendências libertárias tão evidentes nas discussões sobre casamento e divórcio nunca se estenderam para a questão da maternidade. (GOLDMAN, 2014, p. 306)

Porém, quem tinha acesso ao aborto legal e em que condições? Obter um aborto, principalmente no meio rural, era uma tarefa dispendiosa. Logo após a liberação, as mulheres russas se viram com a possibilidade de interromper a gravidez amparadas Estado, de forma segura e sem precisar da sabedoria das parteiras e *babki* (parteiras camponesas). O Departamento para Proteção da Maternidade e da Infância (OMM), em suas unidades provinciais, tentou diminuir o número de pedidos de autorização para abortos, estabelecendo que só seriam realizados os procedimentos por razões médicas. Em 1924, o Comissariado da Saúde tentou coordenar a ação local,



dispondo sobre a criação de Comissões locais compostas por médicos, representantes da OMM e do Zhenotdel para decidir, por meio de entrevista, as mulheres que receberiam o direito de fazer o aborto, ressaltando os males da prática e seu impacto negativo na sociedade (GOLDMAN, 2014).

Essas restrições e negativas eram consequência da má distribuição dos poucos recursos hospitalares e da demanda crescente pelo procedimento. Assim, para otimizar a concessão do direito às mulheres que o requeriam, foram estabelecidas prioridades. A formulação dos critérios seguia uma hierarquia baseada na posição de classe e vulnerabilidade social, onde as solteiras e desempregadas possuíam a prioridade mais alta (GOLDMAN, 2014). A partir de 1924, porém, o direito fica restrito às mulheres com seguro social⁶. Entre as que tinham o benefício, a prioridade era das mulheres solteiras e desempregadas (que possuíam seguro através de agências de trabalho), solteiras que já tivessem um filho, casadas com três filhos ou mais (WOOD, 1997). Outros critérios também estabeleciam prioridade nas gravidezes decorrentes de estupro, ou de menores grávidas sem família.

Em adição às restrições, somava-se a burocracia enfrentada para a autorização do procedimento. Atestados de gravidez, comprovantes de trabalho, residência e estado civil eram alguns dos documentos pedidos. As desempregadas precisavam estar registradas no Escritório do Trabalho, além de apresentar os documentos citados. O longo processo levava as mulheres a tentar burlar o sistema, pedindo aos médicos que fizessem o aborto em troca de dinheiro. Muitos profissionais

⁶ O seguro era privilégio dos funcionários administrativos e operários, bem como suas famílias. Outros trabalhadores como operários, artesãos, profissionais liberais, camponeses e estudantes não possuíam o benefício (GOLDMAN, 2014). Também possuíam seguro as pessoas ligadas às agências que intermediavam as relações de compra e venda de trabalho (WOOD, 1997, p. 109).



aceitavam, alegando brechas na lei que obrigava os abortos a serem realizados em ambiente hospitalar (GOLDMAN, 2014, p. 312).

Concedida a autorização, a cirurgia era segura e rápida. Apesar disso, Goldman (2014) traz narrativas de episódios de violência hospitalar com as mulheres que realizaram o procedimento. Submetidas à cirurgia sem anestesia, cinco ou dez minutos de dor aguda e insuportável eram vistos como um incentivo a dissuadir as mulheres de abortos futuros. Tanya Matthews, uma mulher britânica, narra seu primeiro aborto legal na Rússia:

O médico disse: "bem, suba na mesa... Comporte-se bem e não grite. Aqui ninguém grita". Amarraram minhas pernas... Eu ouvi a voz de Peter Ilych dando ordens aos assistentes... A enfermeira ficou do meu lado, segurando as minhas mãos... Senti uma dor forte, cortante, aguda. Gritei sem perceber. "Cale-se! Cale-se!", eu ouvi a voz grave de Peter Ilych. "Você está dificultando meu trabalho. Respire fundo... logo vai acabar", ele ordenou, sem interromper o seu trabalho. [...]. (GOLDMAN, 2014, p. 314)

Mesmo na Rússia pós-Revolucionária, com antecedentes de luta pela emancipação e empoderamento feminino, a culpabilização e punição da mulher grávida (intencionalmente ou por acidente) pautam a prática médica, regida por um discurso moralista.

Enquanto a maioria dos autores foca na liberação e posterior proibição da prática do aborto, Goldman faz um excelente estudo sobre o período que compreende esses dois decretos. Inicialmente, a autora compila uma série de estatísticas que vai radicalmente contra a visão oficial de que o desespero movia as mulheres a pedir por abortos. A maioria das mulheres que fazia abortos vivia nas cidades, mais notadamente Moscou e Leningrado. O acesso restrito das mulheres rurais às facilidades dos hospitais coloca as cidades no centro das estatísticas e, apesar de 85% das mulheres morarem no campo, 85% dos procedimentos eram realizados nas cidades (GOLDMAN, 2014, p. 315).



Os números sugerem mais uma vez que, baseadas na composição social das mulheres que solicitavam o procedimento, o fenômeno era caracteristicamente urbano. A maioria era da classe trabalhadora, denotando a preferência das comissões avaliadoras por essas ou pelo maior incentivo que recebiam para diminuir suas famílias (GOLDMAN, 2014, p. 317). A maioria, também contrariando a visão do Estado, não era solteira e desamparada, mas casada (69%) e já era mãe (78%). Isso se confirmava tanto no âmbito urbano e rural. Nas cidades, a maioria optava pelo aborto depois de ter um ou mais filhos. Também nas cidades se concentrava o maior número de mulheres sem filhos (20% das que recorriam ao procedimento). No campo, as mulheres buscavam o aborto depois de três ou mais filhos. Tanto as mulheres do campo como as da cidade usavam o aborto para limitar o tamanho das famílias, “simplesmente divergindo em termos do que era considerado um tamanho aceitável” (GOLDMAN, 2014, p. 319).

Goldman (2014) discorre também sobre os motivos listados pelas mulheres para recorrerem ao aborto, com base em pesquisas distribuídas pelas comissões de saúde. Embora inúmeras situações fizessem parte da realidade das mulheres do período, as pesquisas generalizavam vivências e experiências para fins estatísticos e dispunham somente de seis razões possíveis. Assim, a maioria das mulheres cita a pobreza como razão para o aborto. Más condições de vida, poucos recursos para criar uma criança com segurança (falta de espaço nas residências, escassez de itens básicos como tecidos para fraldas) e alta mortalidade infantil contribuíam para a proeminência da variável pobreza nas respostas. Nas cidades, aparece também “não querer ter um filho” como segunda razão mais citada. No geral, a instabilidade da família e dos casamentos, tanto na cidade como no campo pode ter agravado essas condições. Por fim, analisando-se as estatísticas num geral, confirma-se que o aborto era usado como maneira de limitar o tamanho das famílias, e não como solução para uma gravidez



acidental ou fora do casamento, corroborado pelos dados que confirmam que as mulheres recorriam repetidamente ao procedimento (GOLDMAN, 2014, p. 329).

A respeito dos abortos ilegais, só se pode recorrer às estatísticas de abortos incompletos e encaminhados para os hospitais para tratamento. Assim, os serviços das *babkhi* eram utilizados por mulheres por diferentes razões: evitar a dor e violência do procedimento hospitalar, impossibilidade de viajar até as comissões do aborto e hospitais, o desejo de manter a gravidez em segredo e confiança nas práticas das parteiras e *babkhi* (GOLDMAN, 2014, p. 331). Dessa forma, o aborto ilegal era largamente difundido no campo, onde uma viagem para a comissão ou hospital era impossível para grande parte das mulheres. Mesmo assim, somente as estatísticas oficiais não dão conta do mundo obscuro do aborto ilegal, visto que só contemplam as mulheres que eventualmente chegam aos hospitais. Os inúmeros abortos ilegais realizados com sucesso se perdem na sabedoria feminina popular, suprimida pela hegemonia do saber médico científico.

As políticas familiares e reprodutivas no pós-revolução pautaram a vivência das mulheres e suas relações durante a década de 1920. Um novo Código da Família é aprovado em 1926, instituindo o casamento *de facto* e protegendo as mulheres nas uniões não registradas. No final da década, considera-se a questão feminina superada e, em 1929, fecha-se a ala feminina do partido, o Zhenotdel. A NEP não consegue garantir uma economia estável nem promover uma melhora nas condições de vida no campo e na cidade. A fome e o desemprego continuam a fazer parte da realidade da URSS (NAVAILH, 1991, p. 295).

É nesse contexto que aparece uma reação conservadora, em paralelo a uma industrialização crescente na economia. Sobre o aborto, médicos e pesquisadores se preocupam com a dependência das mulheres em relação ao procedimento, que estaria sendo usado em demasia. A queda da natalidade contribui para polarizar o debate



entre contrários e favoráveis à prática. Em 1927, os abortos superaram os nascimentos nas cidades. A entrada das mulheres do campo na força de trabalho industrial também é fator determinante para a diminuição da família.

A partir disso, surgem teorias de construção de um socialismo que “exige uma sociedade estável, com uma célula de base, a família, forte e unida” (NAVAILH, 1991, p. 297). A valorização da figura da matriarca é acompanhada por uma série de reformas características do conservadorismo Stalinista, onde se estabelece uma “ligação muito firme entre maternidade, casamento permanente e família individual sólida” (NAVAILH, 1991, p. 298). Em 1935, a autoridade paterna é restabelecida, responsável por diminuir a taxa de divórcios. Na mesma medida, em 1936, o aborto é novamente proibido. Cria-se um Estado aparelhado para o terror, com aprovação da tortura e pena de morte em todo o território (NAVAILH, 1991).

Oficialmente, nunca foram debatidas as razões que levaram à proibição do aborto. Foram citadas condições favoráveis para a maternidade e o caráter temporário da liberação. A nova lei previa prisão para mulheres que se submetessem ao processo e profissionais que o realizassem. Ao mesmo tempo, passava a oferecer incentivos para a maternidade, subsidiando novas mães, oferecendo bônus para as mães com muitos filhos e licenças maternidade para as funcionárias administrativas (GOLDMAN, 2014, p. 340).

É provável que a proibição tenha relação com a queda da natalidade e a preocupação decorrente disso, somada a pouca compreensão dos significados mais profundos das estatísticas sobre o aborto, que contrariavam a visão oficial de que a prática seria um último recurso, e não um método para controlar a reprodução (GOLDMAN, 2014). A errônea análise dos dados coletados a respeito dizia que a queda da taxa de natalidade seria constante enquanto mais mulheres utilizassem o procedimento para limitar suas famílias. A proibição, portanto, seria a única solução.



Apesar dos esforços para repressão da prática e incentivo para as mães, a taxa de natalidade continuou baixa, assim como se manteve alta a incidência de abortos. Ilegal, o aborto se transforma em principal método de controle da natalidade, relegado a práticas clandestinas e inseguras.

Considerações finais

Nesse artigo, procuramos fazer um panorama do curto período de liberação do aborto na União Soviética. A liberação aparece em um período de mudanças, mas afastada das medidas progressistas sobre família e casamento. Durante os anos



analisados, práticas antes ilegais puderam ser feitas em segurança nos hospitais e por médicos profissionais. A questão central está na visão oficial, que coloca a prática como um “mal necessário” na sociedade enquanto essa passa por um processo de transformação decorrente do período revolucionário. Liberado, o aborto seria um recurso utilizado por mulheres pobres, solteiras e desamparadas enquanto o Estado não fornecia melhores condições de vida na cidade e no campo.

A análise das estatísticas da época, porém, não corrobora com a ideologia oficial, o desespero não sendo unânime entre as mulheres que buscam o procedimento. Assim, foi utilizado largamente para limitar o tamanho das famílias, visto que não havia acesso à contracepção. No final da década de 1920, os resultados dessas medidas de enfraquecimento familiar e marital, aliadas ao aborto como recurso de controle reprodutivo, aparecem como uma ameaça à ideologia conservadora da construção do Estado Stalinista. Dessa forma, o aborto, embora considerado como uma questão de saúde pública (e mal visto, cercado de imoralidade, mesmo durante a liberação) entra novamente na ilegalidade, colocando em risco as mulheres que recorriam ao procedimento, denotando os limites da questão emancipatória feminina no âmbito legal e ideológico na União Soviética.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEBEL, August. **Woman and Socialism**. 50.ed. Nova Iorque: Socialist Literature Co., 1910. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bebel/1879/woman-socialism/index.htm?utm_source=lasindias.info>.

CASANOVA, Júlian. **Europa contra Europa 1914-1945**. 1.ed. Barcelona: Crítica, 2010.

CLEMENTS, Barbara Evans; ENGEL, Barbara Alpern; WOROBEK, Christine D (orgs.). **Russia's Women: Accommodation, Resistance, Transformation**. 1.ed. Berkeley: University of California Press, 1991.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p. 135-146.

ENGEL, Barbara Alpern; VANDERBECK, Anastasia Posadskaya. **A Revolution of Their Own: Voices of Women in Soviet History**. 1.ed. Boulder: Westview Press, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELSTEIN, Laura. Abortion and the Civic Order: The Legal and Medical Debates. In: CLEMENTS, Barbara Evans; ENGEL, Barbara Alpern; WOROBEK, Christine D (orgs.). **Russia's Women: Accommodation, Resistance, Transformation**. 1.ed. Berkeley: University of California Press, 1991.

FERRO, Marc. La revolución rusa. **Cuadernos**. Madri: Historia 16, 1985

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas (1917-1936)**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

LAPIDUS, Gail Warshofsky. **Women in Soviet Society: Equality, Development, and Social Change**. 1.ed. Berkeley: University of California Press, 1978.

NAVAILH, Françoise. O modelo soviético. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das Mulheres - O século XX**. Porto: Afrontamento, 1991

SARMENTO, Daniel. "Legalização do aborto e constituição". In: CAVALCANTI, Alcileine; XAVIER, Dulce (orgs). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. 1.ed. São Paulo: Católicas pelo direito de decidir, 2006, pp. 117-180.

SABORIDO, Jorge. **Historia de la Unión Soviética**. Buenos Aires: Emecé, 2009.



STITES, Richard. **The Women's Liberation Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolshevism, 1860-1930.** 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 1978.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOOD, Elizabeth A. **The Baba and the Comrade: Gender and Politics in Revolutionary Russia.** 1.ed. Bloomington: Indiana University Press, 1997.



JORNALISMO E *PINK MONEY*: O ENTRETENIMENTO NO iGAY¹

Matheus Bertoldo Bazeggio da Rocha²
Pâmela Caroline Stocker³

Resumo

O presente artigo analisa pautas e representações de identidades sexuais e de gênero no conteúdo jornalístico do iGay, seção voltada para o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) do portal brasileiro IG. Ampara-se nas teorias construcionistas para falar sobre o papel social do jornalismo na construção da realidade, além dos estudos feministas pós-estruturalistas e da teoria *queer* para se discutir questões de gênero. A partir de 123 publicações da subseção “Notícias” da página, serão analisadas 66 delas (54%), enquadradas na categoria temática “Entretenimento” através da análise de conteúdo. Busca-se, assim, pensar e problematizar a predominância de postagens desta categoria no jornalismo do iGay.

Palavras-chave: jornalismo digital; imprensa LGBT; gênero; sexualidade; representação.

¹ Artigo escrito a partir de pesquisa de monografia intitulada *O jornalismo e a pauta LGBT: Uma análise do iGay*, apresentada ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Estudante de Graduação do curso de Comunicação Social – Jornalismo da FABICO UFRGS, e-

mail: matheus_da_rocha@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutoranda da FABICO-UFRGS, e-mail: pamelastocker@gmail.com

Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



1 Introdução

O Brasil tem apresentado uma extensa agenda de pautas LGBT⁴, principalmente no campo político, o que acaba também se refletindo na produção jornalística. Temas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homotransfobia, por exemplo, vieram à tona em meio a disputas, tensões e decisões políticas que suscitaram uma série de discussões envolvendo diversos segmentos da sociedade.

Ao mesmo tempo em que assuntos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade se mostram cada vez mais presentes nas discussões sociais, com espaço para a representatividade e voz do movimento LGBT (ou parte dele), por outro lado é possível notar um movimento conservador que tenta barrar estes avanços. Este fenômeno é explicado por Louro (2001). A autora explicita que, enquanto os movimentos sociais ligados às lutas contra o preconceito apresentam crescimento e propiciam um início de aceitação da pluralidade sexual e de gênero, os setores mais tradicionais da sociedade renovam suas pautas, com falas e campanhas que busquem uma retomada de valores tradicionais.

Com esse contexto e acreditando no papel social exercido pelo jornalismo na fundamentação e documentação de valores sociais, buscou-se entender, em um primeiro momento, o que é noticiado sobre e para a população LGBT. Para isso, usou-se a análise de conteúdo (AC) de 123 publicações recolhidas na subseção “Notícias” do

⁴ Sigla utilizada para denominar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, definida como nomenclatura padrão para o movimento social durante a I Conferência Nacional GLBT, em 2008.



iGay, área do portal brasileiro IG voltada especialmente a este público, em um período de três meses (dezembro de 2014 – fevereiro de 2015). Destas, mais da metade (54%, ou 66 postagens) foram enquadradas na categoria temática “Entretenimento”, criada a partir de uma primeira análise do material coletado.

O presente artigo busca, então, dar um foco especial à categoria “Entretenimento”, tendo em vista sua predominância com relação às outras. Quais recortes e marcadores (sociais, de raça, de gênero) podem ser reconhecidos na construção e divulgação dessas notícias? O objetivo do artigo é discutir e analisar as representações LGBT presentes no iGay, mais especificamente aquelas apresentadas nas publicações classificadas na categoria “Entretenimento”.

2 A imprensa gay no Brasil e o iGay

A imprensa gay configura-se como um acontecimento recente na sociedade brasileira. Segundo Flávia Péret (2012), sua prática e produção ainda estão em constante construção e atualização, apresentando uma série de buracos e desvios. Esta produção enfrenta, desde seu início, uma série de problemas econômicos, pressões sociais e outras tantas perseguições. Ela se apresenta, no entanto, como uma forma de dar voz aos homossexuais (e, mais recentemente, à população LGBT), que aparecem aqui tanto como produtores quanto como consumidores dessa mídia.

Seu surgimento está ligado a uma rede de produção alternativa, com forte pressão e controle da ditadura militar. O principal objetivo dos primeiros periódicos produzidos nesta época era o de “denunciar violações de direitos humanos e criticar as ações políticas e econômicas dos militares” (PÉRET, 2012, p.34). Na imprensa gay, especificamente, outros pontos da sociedade são criticados, tais como a Igreja e os ideais de costumes e moralismo, tendo como meta “estabelecer um debate sobre o prazer sexual e a liberdade sexual, como forma de luta pelo fim da discriminação e



pela visibilidade social dos homossexuais” (GONÇALVES, 2011, p.3).

A imprensa gay realiza, no decorrer dos anos, uma série de reivindicações, sempre insubordinada aos modos tradicionais de exercer o jornalismo. Sua produção passa de temas mais “leves” – de cunho cultural e de lazer – para publicações mais sérias, voltadas para a militância e direitos humanos. Desde os primeiros periódicos até os *sites* mais atuais, as publicações da chamada “imprensa gay” buscam a liberdade de expressão das diferentes orientações sexuais e acabaram por mostrar-se uma forma de resistência e alternativa à mídia hegemônica.

Perét (2012) acredita que os periódicos nacionais refletem a ideologia sobre a homossexualidade de cada época, abordando temas importantes para o avanço da temática. Nos últimos anos, tendo em vista a força que o jornalismo tem ganhado na internet ao redor do mundo, o mesmo acontece com a imprensa gay. A produção de material jornalístico específico para este público é iniciada ainda na década de 1990. O Mix Brasil, criado em 1994, é apresentado por Perét (2012) como o primeiro portal gay da América Latina e começa seu trabalho em grupos de mídia gay antes de se estabelecer na internet. O grupo conta com uma equipe formada por diversos profissionais, entre jornalistas, fotógrafos e *designers*. Muitos desses *sites* trazem junto do material jornalístico - como notícias, reportagens, crônicas e colunas de opinião - material erótico, seja em formato de foto, vídeo ou texto.

André Fischer (2004) destaca também a importância de blogs para a difusão da imprensa gay no Brasil com a chegada da internet. A divulgação desse material *on-line* abre novas portas para o público homossexual brasileiro, principalmente pela navegação na web, feita de forma bem mais privada do que a leitura de revistas impressas. O ambiente *on-line* possibilita maior divulgação de assuntos, maior aprofundamento e pluralidade de vozes e vivências.



O IG é, segundo o levantamento feito pela comScore em fevereiro de 2014⁵, o oitavo site mais visitado no Brasil, com 30,1 milhões de internautas, sendo o quinto da categoria Portal de Notícias. Entre os cinco que figuram na lista (Globo, Yahoo, R7, Terra e iG), no entanto, o portal criado em 2000 é o único que apresenta uma seção que compila notícias, colunas e informações sobre diversidade sexual e de gênero.

Com postagens frequentes desde 2013, o iGay oferece um canal de divulgação de informações consideradas pelos seus editores de interesse de um “público LGBT”. De acordo com a Central do Anunciante do IG, o iGay apresenta cerca de quatro milhões de visitas/mês, sendo destas, 627 mil visitantes únicos⁶. Diferente de portais voltados para este público, como o Mix Brasil, o iGay é apresentado como mais uma seção dentro de um portal “geral”. Este recorte chama atenção, tendo em vista a relação que os diferentes assuntos relacionados aos LGBTs teriam com as outras seções do portal.

3 Função social das notícias e relações de poder

A prática jornalística é, usualmente, baseada nas notícias, desde sua apuração e produção, até sua divulgação. Miquel Alsina (2009) apresenta como uma das diversas definições possíveis para “notícia”, a ideia de Martínez Albertos, que a enxerga como um fato de interesse geral transmitido ao público, sendo algo verdadeiro, inédito ou atual. O autor explica, no entanto, que a veracidade da notícia é absolutamente questionável, já que o conceito não teria implícita a ideia de verdade. Utilizando-se da conceituação de Moles, sustenta que “a notícia é a narração de um acontecimento de

⁵ UOL. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/pro/noticia/40352/40352>> Acesso em: 4 de abril de 2015.

⁶ IG. Disponível em: <<http://centraldoanunciante.ig.com.br/canais/igay/52447895e832edbf3c000002.html>> Acesso em: 10 de junho de 2015.



uma parte da vida individual ou coletiva, de algo verdadeiro ou fingido, provado ou não” (MOLES *apud* ALSINA, 2009, p. 296). Nessa conformação, o processo de redação das notícias é central para a prática do jornalismo e, conseqüentemente, para a produção de sentidos propiciada pelo fazer jornalístico, segundo Benetti (2010).

Hall *et al.* (1999, p. 224) caracteriza a notícia como “o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. A ideia de construção da notícia a partir de um acontecimento, e não de sua simples reflexão, é compartilhada e apresentada por diversos autores, como Alsina (2009), Franciscato (2005), Gomis (2004) e Traquina (2001). Essa construção é um aspecto importante para que seja possível entender o papel social e cultural da produção feita no jornalismo. Quem as faz, baseia-se em uma estrutura de valores-notícia que ordena e seleciona a posição de acontecimentos em categorias. Os acontecimentos são, geralmente, contextualizados e objetivados pelo jornalista, dando-lhes sentido dentro de um sistema cultural.

[...] cada sistema cultural vai concretizar quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos. Sabe-se que toda forma de enxergar é uma forma de ocultar. Edward T. Hall (1978: 80) nos lembra que ‘a cultura é que decide em quem nós devemos prestar atenção e o que devemos ignorar. Essa função de proteção oferece uma estrutura ao mundo e protege o sistema nervoso da sobrecarga de informação’. (ALSINA, 2009, p. 115).

O processo de contextualização das notícias é apresentado por Hall *et al.* (1999) como um “processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (p. 226). Os acontecimentos são interpretados, então, a partir de enquadramentos. As representações de notícias por esses enquadramentos, na grande mídia acabam reforçando ideias preconcebidas na sociedade, deixando-a em movimento, mas sem inovação, em “ordem”. O jornalista



torna compreensível a realidade a partir disso, enquadrando casos para que a sociedade seja apreendida de forma “aceitável”. Ele tem o poder de, além de escolher quais acontecimentos são significativos para virar notícias, oferecer interpretações para esses acontecimentos. Nessa direção, Franciscato (2005) explica que o jornalismo possibilita ao leitor, através do enquadramento, uma compreensão inicial de aspectos elementares do acontecimento transformado em notícia, o que faz com que o fato adquira um sentido comum. Essa visão está ligada a vínculos culturais de cada sociedade.

Nesse contexto, Alsina (2009) afirma que os acontecimentos transformados em notícia acabam definindo a sociedade. A partir da escolha de quais fatos “merecem” ser transmitidos ao público, o jornalismo determina qual imagem da sociedade será retratada para si mesma, reforçando e estabelecendo implicitamente quais parâmetros irão definir os futuros acontecimentos. “Todo fato social é um acontecimento em potencial para a mídia e toda a notícia é um acontecimento em potencial para a sociedade” (ALSINA, 2009, p. 134). A mídia teria, segundo o autor, mais efeito na construção de uma visão de mundo do que na mudança de atitudes. Ao “transformar” um acontecimento em notícia, o jornalismo dá a ele existência pública, como aponta Traquina (2001). Assim, a divulgação passa a influenciar também na opinião pública.

[...] os atributos enfatizados pelo campo jornalístico podem influenciar diretamente a direção da opinião pública. Tanto a seleção das ocorrências e/ou das questões que constituirão a agenda, como a seleção dos enquadramentos para interpretar essas ocorrências e/ou questões são poderes importantes que o conceito de agendamento agora identifica depois de mais de vinte anos de vida intelectual. (TRAQUINA, 2001, p. 43).

A influência do jornalismo na construção e legitimação de valores tidos como públicos e a interação entre os jornalistas e a sociedade são sustentados pelos ideais da teoria Construcionista. Surgida na década de 1970, essa teoria faz, segundo Benetti



(2010, p. 110) uma “contraposição às visões filiadas ao paradigma positivista, segundo as quais o jornalismo seria capaz de refletir a realidade tal como ela é”. No construcionismo, as notícias são uma construção subjetiva da realidade, feita a partir da visão e dos valores do jornalista em questão. De acordo com Traquina (2001), o construtivismo discorda da posição do jornalista como observador e passivo, defendendo que ele é de fato participante ativo na construção da realidade.

Valores como imparcialidade, equilíbrio e objetividade ainda estão, no entanto, fortemente enraizados no jornalismo, como aponta Hall *et al.* (1999). A distinção entre fato e opinião é estruturada de forma cuidadosa, fazendo com que as afirmações jornalísticas sejam baseadas em informações objetivas, procurando apoiar-se em créditos e fontes confiáveis. Essa busca acaba dando mais voz e poder a instituições de conhecimento, devido à busca pelo perito. Apresentados como “definidores primários”, são os peritos que dão o tom da questão, realizando uma primeira interpretação dos acontecimentos para o público. A utilização do enquadramento volta a aparecer, já que esta primeira leitura já indica quais questões serão apontadas como mais importantes e como as notícias “deverão ser lidas” pelas pessoas.

Os meios estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais e difusamente obrigados a dar atenção a elas. As fontes oficiais fornecem notícias esperadas e inesperadas, oferecem furos e facilitam conhecimentos amplos que fazem mais completo e seguro o trabalho dos jornalistas, ao explicar-lhes o que há por trás das notícias. (GOMIS, 2004, p.104).

Devido ao poder dessas instituições, o jornalista acaba por ter uma voz secundária, reproduzindo algumas definições. Isso faz com que as principais ideias de qualquer sociedade sejam as mesmas da classe dominante, pois é ela que acaba ditando e pautando o jornalismo. A partir da definição do jornalismo com base nos interesses de determinadas instituições, uma imagem particular da sociedade é



construída, representando interesses de classes específicas como se fossem interesses gerais do público. Hall *et al.* (1999) acredita que, ao traduzir pensamentos dos definidores primários dentro das notícias, o jornalismo acaba por dar força a esses pensamentos, “naturalizando-os dentro do horizonte de compreensão dos vários públicos” (p.232).

Com a construção das notícias a partir de interesses definidos, a atividade jornalística constitui, segundo Franciscato (2005), modos já padronizados para que os eventos sejam assimilados, conduzindo o olhar do público para aspectos específicos e selecionados. O jornalismo, como instituição social, cumpre o papel de produzir “uma reconstrução discursiva do mundo” (FRANCISCATO, 2005, p.167), depois de conquistada uma legitimidade social para tal. Com o conceito de “seletividade”, apresentado por Hall *et al.* (1999), o jornalismo adquire um papel mais independente frente aos definidores primários, pois pode impor seus próprios critérios de seleção sobre os conceitos e ideias ensinados pelas instituições de poder. Esse papel de seletividade não é universal, variando de acordo com o veículo. As notícias são produzidas por esses diferentes veículos, cada um com seu próprio enquadramento e “personalidade social”, utilizando de modos de discursos e linguagem particular.

A mídia, por possuir “um quase monopólio do ‘conhecimento social’” (HALL *et al.*, 1999, p. 234), desempenha um papel de mediação na formação da opinião pública. A linguagem presente em editoriais e outros textos de opinião do jornalismo podem assumir o tom de que o jornalista poderia “falar pelo público”, proclamando os pontos de vista considerados como os mesmos de sua audiência. Essa voz, entretanto, não é totalmente independente, tendo em vista que as grandes publicações existentes estão sujeitas a preocupações financeiras, interesses de anunciantes, assinantes, entre outros. Ao “falar pelo público”, o jornalista acaba exercendo um papel de “fazer campanha”, buscando moldar e estruturar a opinião pública. Da mesma forma que imagens e concepções são construídas a partir da divulgação de certos



acontecimentos, transformando-os em notícias, o silenciamento de alguns aspectos também contribui para a difusão de valores. Alsina (2009) aponta que “quando o acontecimento fica simplesmente excluído [...] seu silêncio seria muito mais significativo do que a própria publicação” (p. 135).

As relações de poder presentes na produção jornalística, a partir da presença de pessoas e instituições privilegiadas, são interseccionalizadas por questões de gênero. A codificação de gênero está presente na sociedade em diversas posições de poder e organização social, mesmo que nem sempre de forma explícita. “As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das, assim chamadas, relações naturais entre homem e mulher” (SCOTT, 1995, p. 91). O estudo do gênero como categoria de análise propicia uma reflexão “sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (SILVA, 2014, p. 480).

O gênero, segundo Louro (2003), faz parte da identidade do indivíduo. Para a autora, as identidades são plurais e múltiplas, se transformam e são contraditórias. A ideia de identidade não pode ser fixa ou permanente. O sujeito é constituído por sua inserção em diferentes grupos, a partir de seu gênero, sua orientação sexual, sua raça, sua classe social. Sendo assim, não se pode conferir aos gêneros meros papéis que os diferenciam. O gênero constitui a pessoa e possibilita, também, “um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.89).

O silenciamento de assuntos, culturas e identidades no jornalismo esteve presente durante toda a criação da imprensa voltada para o público LGBT. Por ser um assunto que altera e questiona diversos pontos dos valores e concepções criadas até então pelas classes dominantes, a agenda LGBT não encontra seu espaço na mídia tradicional do início do século XX. A ausência de tais temas faz com que a



representação dessas identidades seja enfraquecida. Os acontecimentos que envolvem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou qualquer outra identificação que fuja do padrão criado até então, acabam sendo omitidos ou, quando presentes, tratados de forma inferior ou até mesmo ridicularizados.

Exemplo disso pode ser encontrado no livro *O estudo do jornalismo no século XX*, de Traquina (2001), que aborda a problemática da AIDS e sua repercussão em veículos jornalísticos. O autor apresenta a diferenciação no tratamento dado à doença desde seu descobrimento e primeiros desdobramentos até a epidemia mundial na década de 1980. Segundo estudos apresentados pelo autor, feitos por Kinsella, Rogers, Dearing e Chang sobre a cobertura norte-americana da AIDS, a doença só tomou proporções maiores no campo do jornalismo quando uma criança foi diagnosticada com os sintomas ligados a ela. Anteriormente, a mídia dava pouca atenção à epidemia, classificando-a como uma “estória” gay. Já Peter Beharrell, ao analisar a cobertura britânica da problemática da AIDS, aponta para a representação da doença como uma “praga gay”, sendo privilegiada uma estigmatização da homossexualidade acima de outras questões.

Dados como os desses estudos apresentados por Traquina (2001) reforçam a ideia do jornalismo como um construtor de sentidos sobre a realidade, como aponta Benetti (2010). Os acontecimentos envolvendo a AIDS, como vimos no exemplo relatado anteriormente, só passam a ter a relevância necessária para serem difundidos amplamente a partir da produção de notícias quando adentram o campo da normatização, pondo em risco parcelas dominantes da sociedade, e não apenas a população LGBT, marginalizada e estigmatizada.

Sendo assim, o jornalismo, ao ser produzido usualmente por setores privilegiados da sociedade, apresenta um espaço onde ideias altamente normatizadoras são produzidas, com o viés da heteronormatividade. O tratamento dado e a representação feita pelo jornalismo a certos aspectos, acabam influenciando diretamente na



construção e manutenção de identidades culturais presentes na nossa sociedade, a partir da difusão e consumo das notícias. Essa representação, por muitas vezes, acaba sendo feita a partir destas lentes heteronormativas, que acabam por tentar encaixar pessoas diversas em posições já entendidas como “normais” e, então, “aceitáveis”. Sendo assim, estas mesmas lentes excluem aquelas vivências tidas como desviantes.

4 Heteronormatividade e a teoria *queer*

A heteronormatividade pode ser definida como “a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (WARNER *apud* BRITZMAN, 1996, p.79). São produzidas noções normativas, posicionando a heterossexualidade como sendo estável e natural e colocando seus ideias e valores como padrões a serem seguidos por todas as pessoas. Tal visão não abarca a sexualidade como uma construção social complexa. Qualquer identidade ou representação que desvia dessa especificação do normal seria, segundo Swain (2001), vista como perigosa, e, por isso, entendida como uma forma de ataque à identidade normativa, igualmente criada.

A palavra *normal*, bem como seus derivativos – *normalização*, *normalidade*, *norma* –, são construções próprias da Modernidade. É somente no século XIX que o substantivo “norma” passa a ser utilizado para fazer referência à ordem social e, em seguida, à ideia de corpo normal, ou seja, a pessoas que correspondiam a um padrão físico e moral determinado. (SABAT, 2004, p. 2, grifos da autora).

A norma é constantemente reafirmada frente à sociedade por meio de diversas instâncias, entre elas, a mídia e o sistema escolar. A escola, de acordo com Louro (2003), tem uma ação distintiva sobre as pessoas, com seus mecanismos de seleção, hierarquização e classificação. O espaço escolar – através de suas regras disciplinares e códigos de conduta – acaba por enquadrar todos os alunos dentro de

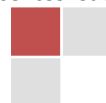


um mesmo padrão, que é diferenciado, principalmente, pelo gênero. Enquanto os meninos são incentivados a apresentarem comportamentos e traços ligados socialmente ao masculino, as meninas são enquadradas em conceitos de feminilidade. Alunos e alunas que estão fora desse padrão tornam-se, rapidamente, alvos de constantes tentativas de adequação às expectativas de gênero normatizadas na sociedade. Essas ações envolvem não só o aluno ou a aluna em questão, mas também seus colegas. Isso afeta as relações com todas as pessoas no âmbito escolar e, mais adiante, fora dele.

O que significa ser homem ou mulher, assim como o entendimento de que se nasce naturalmente heterossexual, é algo praticamente inquestionável no senso comum e, também, em grande parte das investigações científicas reconhecidas como “legítimas” em nossa cultura. Mas é igualmente pouco questionável a posição de menos-valia dos lugares sociais ocupados por aquelas e aqueles que não correspondem ao padrão hegemônico, seja de gênero, seja de classe, sexualidade, etc., apesar de alguns avanços em distintas esferas da sociedade. (SILVA, 2014, p. 87).

Nos poucos casos em que se trata de sexualidade na escola, o conhecimento é geralmente ligado apenas à reprodução heterossexual. Este medo de se falar sobre sexo e suas implicações no ambiente escolar acontece, segundo Britzman (1996), pressupondo que estudantes sejam réplicas. Sendo assim, os ensinamentos sexuais no período escolar, além de bastante escassos, acabam por não representar práticas de sexualidades diferentes da heterossexual, além das questões de desejo. Isso faz com que garotas e adolescentes gays, lésbicas e bissexuais não sejam reconhecidos e não tenham, portanto, oportunidades de explorar suas identidades e vontades. O silenciamento e a omissão destes assuntos representam uma tentativa de garantir a “norma”.

O fato de a heteronormatividade estar tão presente na escola está ligado ao que Britzman (1996) chama de mitos sobre questões de gênero e sexualidade que reforçam a busca pela norma. A ideia geral é de que crianças e adolescentes são



considerados jovens demais para se identificarem como gays, lésbicas ou bissexuais, ou que aqueles que já se consideram assim estão inseridos em uma vida sexual ativa. Esse pensamento, além de contrariar o que Freud fala sobre a relação entre crianças e sexualidade, não aceita a existência de famílias com qualquer outro membro que se identifique como LGBT, propiciando assim uma definição restrita da família, considerando-a apenas heterossexual e normativa. Outro ponto apresentado é o de que as ideias sobre homossexualidade e heterossexualidade não teriam relação uma com a outra, tentando fazer uma divisão entre identidades sexuais e privadas. Reduzir as identidades sexuais a práticas individuais impede que a sexualidade seja concebida como definida em um espaço social.

Nenhuma identidade sexual - mesmo que a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não-finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre "outros" seres, a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular (BRITZMAN, 1996, p. 74-75, grifos da autora).

Nesse contexto, é ressaltado que até mesmo a produção do discurso político e teórico que busca a representação positiva da homossexualidade, em certos pontos, terá caráter regulador e disciplinador, pois estabelece limites, possibilidades e restrições. Louro (2001) aponta o fato de grupos negros e latinos, por exemplo, acreditarem que campanhas políticas homossexuais estariam marcadas com valores brancos e de classe média. A adoção de valores tradicionais – como o relacionamento monogâmico ou o privilégio do homem sobre a mulher, que provocam o silenciamento



de lésbicas, por exemplo – faz com que o movimento homossexual assumira certo domínio em relação aos outros grupos. Bissexuais, travestis e transexuais seguem excluídos e marginalizados. Certos grupos buscam, de certa forma, “desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual” (LOURO, 2001, p.546), enquanto outros buscam viver a ambiguidade da fronteira, não querendo atravessar tais divisões, possibilitando o estudo de plurais formas de identificação e noções de gênero.

Parte do movimento LGBT assume a identidade “*queer*”, numa perspectiva de oposição e contestação. Louro (2001) traduz o termo como estranho, ridículo, excêntrico ou raro. A expressão tem sua origem no preconceito, já que durante muito tempo a expressão foi utilizada de forma pejorativa para se referir a gays e lésbicas: “Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (LOURO, 2001, p.546).

A teoria *queer*, junto a outras vertentes do pensamento ocidental contemporâneo do século XX, problematiza noções de sujeito, identidade e identificação. Suas ideias estão vinculadas, como aponta Louro (2001), às de Freud, que apresenta ideia de inconsciente e vida psíquica, abalando a noção de sujeito racional, coerente e unificado. Segundo a mesma autora, Lacan se insere nas certezas do processo de identificação, afirmando que o sujeito nasce e cresce a partir do olhar do outro, só podendo saber de si mesmo através do diferente. A formulação *queer* se opõe, em um primeiro momento, à heteronormatividade compulsória existente em todos os setores da sociedade, criticando, também, a normalização proposta em algumas políticas existentes no movimento homossexual dominante. Butler, ao listar diferentes opressões (heterossexista, racial, de classe), afirma que “as opressões não podem ser sumariamente classificadas, relacionadas casualmente, e distribuídas entre planos pretensamente correspondentes ao que é ‘original’ e ao que é ‘derivado’”



(BUTLER, 2015, p.38).

Para Swain (2001), *queer* representa não apenas uma sexualidade alternativa, e sim uma forma de exprimir diversos aspectos pessoais, dando espaço para a manutenção e criação de discursos desafiadores e interrogadores quanto à heterossexualidade. “*Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p.546).

A heteronormatividade existente, ao mesmo tempo em que reitera a heterossexualidade de forma compulsória, também dá espaço para a produção de “corpos que a ela não se ajustam” (LOURO, 2001, p. 549). Ainda assim, a lógica do mundo ocidental é operada através de binarismos, elegendo uma ideia como fixa e central, determinando, a partir de si, a posição do “outro”, sendo seu oposto subordinado. Os *queers* são construídos como aqueles que escapam da norma. São eles que, então, garantem o limite, representando o exterior para aqueles que representam a norma. Nessa direção, Judith Butler incorpora o conceito de performatividade, utilizado na linguística, nas discussões sobre o tema, “para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos” (LOURO, 2001, p. 548). Essa performatividade de discursos sobre gênero, segundo Butler (1999), produz efeitos a partir da nomeação do sexo do bebê.

Butler argumenta que a identidade de gênero é uma sequência de atos (uma ideia que assenta em teorias existencialistas), mas ela também argumenta que não existe um ator (um performer) preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ela esboça aqui uma distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz). Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, “atrás” ou “antes” de seus feitos. (SALIH, 2015, p. 65-66, grifos da autora).



A heterossexualidade é vista como norma não apenas em discursos homofóbicos, mas dentro dos próprios discursos que são a favor da homossexualidade. Para os teóricos *queer*, é preciso que uma mudança epistemológica seja feita para romper efetivamente a lógica binária e sua hierarquia, classificação e exclusão. Uma abordagem desconstrutiva daria espaço para que a heterossexualidade e a homossexualidade fossem compreendidas de forma independente, mas “como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências” (LOURO, 2001, p.549).

A teoria *queer* introduz, de acordo com Swain (2001), questões envolvendo representações sociais, buscando quebrar as normas que determinam e fixam os comportamentos esperados pela sociedade. Suas problematizações pretendem abrir horizontes no que se sabe sobre as relações humanas. São buscadas ideias além dos papéis já estabelecidos pela heteronormatividade, baseados nas polarizações de gênero, tentando apresentar novas formas de relações e sentidos, transgredindo tradições que acompanham as ideias de mundo.

5 Procedimentos metodológicos e o Entretenimento no iGay

Para a pesquisa, o espaço delimitado para a análise foi de três meses, recuperando as postagens feitas entre dezembro de 2014 até fevereiro de 2015. Tendo em vista as diversas subseções presentes no iGay, o foco do estudo centrou-se nas publicações do link de “Notícias” da seção. Finalizada a coleta, as postagens foram analisadas e classificadas de acordo com o tema principal identificado em seu conteúdo. Heloiza Golbspan Herscovitz (2007, p.134) aponta que “a codificação por tema é a mais comum em análise de conteúdo e em geral produz resultados positivos”. Na mesma direção, Laurence Bardin aponta que



A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 1977, p. 117, grifos da autora).

A análise de conteúdo (AC), segundo Herscovitz (2010), é um dos métodos mais eficientes para se compreender certo período ou espaço da civilização. A partir dela, é possível aprender sobre critérios de noticiabilidade, modelos e tendências de cada época. Ao se analisar o material coletado, é possível “entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens” (SHOEMAKER & REESE *apud* HERSCOVITZ, 2010, p. 124).

As publicações foram divididas em quatro categorias temáticas principais, criadas pelo autor para melhor classificar cada uma delas: **Entretenimento**, que reúne publicações que tratam de novidades sobre personalidades nacionais e internacionais, além de matérias com cunho de diversão, como viagens, aplicativos de relacionamento e dicas de estilo; **Combate ao preconceito**, que agrupa notícias que tratam da luta contra a LGBTfobia, divulgação de medidas governamentais, organizações e manifestações contra casos específicos, além de declarações de famosos; **Cunho pedagógico**, que por sua vez compila postagens que buscam explicar casos, termos e vivências relacionados ao universo LGBT; e **LGBTfobia**, que congrega notícias que relatam histórias de discriminação ocorridos no Brasil e no mundo. Casos que tramitam na justiça, mortes, violência física e verbal, posições preconceituosas de pessoas e instituições são tratadas nas matérias.

Neste artigo, são analisadas especificamente as publicações enquadradas na primeira categoria temática, de Entretenimento. Esta categoria não só representa mais da metade de todas as publicações feitas nos três meses analisados, como também



tem um volume que é quase o dobro da segunda categoria mais recorrente (Combate ao preconceito). A preferência por postagens com temática cultural, presentes nesta categoria, se liga a estereótipos reforçados no imaginário sobre a homossexualidade masculina, associando-a principalmente ao bom gosto e ao estilo.

Por muito tempo, grande parte da sociedade tinha em seu imaginário a ideia de que os homossexuais eram pessoas mais refinadas, mais sensíveis, e estavam sempre ligados ao bom gosto e ao estilo. Crenças que eram fruto do preconceito e da intolerância. Tais características sempre foram, ao longo da história, atribuídas às mulheres, ao feminino. Desta forma, todo homem que fosse mais gentil ou demonstrasse sua sensibilidade era imediatamente visto como homossexual. (RODRIGUES, 2010, p. 502).

Essa ideia é reiterada a partir da década de 1990, segundo Péret (2012, p. 83), devido aos “novos significados para a noção de identidade e incorporou [...] novas formas de expressão e vivência da homossexualidade”. A população homossexual, a partir da produção de diversos produtos, programas e espaços específicos para ela, começa a representar economicamente um importante nicho de mercado. Com dados da São Paulo Turismo (SPTuris), Péret (2012) relembra que a Parada Gay de São Paulo realizada em 2010 fez circular 188 milhões de reais, envolvendo gastos com alimentação, transporte, compras, entretenimento e hospedagem. Por esse motivo, “este nicho de mercado vem chamando mais e mais a atenção da grande mídia” (ASSUMPÇÃO, 2004, p. 136). Pesquisas realizadas pelo Mix Brasil (Mercado Mundo Mix) e pelo grupo L2 (Consumidor Saindo do Armário) apontam:

[...] o alto grau de escolaridade deste grupo [os homossexuais] e a perspectiva salarial 15% maior do que a dos demais trabalhadores. Sabe-se também que é um grupo de pessoas mais exigentes, com um estilo próprio e que têm um padrão de gastos acima da média. Por exemplo: gastam muito com carros, viagens, programas culturais, jantares em restaurantes, bons vinhos, roupas de grifes, livros, CD's, etc. [...] Outros fatos que chamam a atenção é este ser um público muito voltado ao lazer, entretenimento, cultura, moda e informação. Pesquisas indicam que 89% vão regularmente ao cinema e 60% freqüentam muito



teatro (40% é o índice entre o público heterossexual); 73% viajaram pelo Brasil a lazer nos últimos 12 meses, índice difícil de ser encontrado até em países mais avançados; 56% costumam comprar livros – nove livros nos últimos doze meses – e CD's, mais de 1 por mês (em média 13 em 6 meses) e têm o hábito de freqüentar livrarias da moda; 57% costumam visitar regularmente museus e galerias. (ASSUMPÇÃO, 2004, p. 136-137).

Esse perfil é construído fortemente apoiado no poder de compra da população LGBT, especialmente nos homens gays. Uma matéria publicada no dia 5 de abril de 2015 na seção de Economia do *site* O Globo, intitulada “Potencial de compras LGBT é estimado em R\$ 419 bilhões no Brasil”⁷, reforça e atualiza esta ideia, trazendo dados recentes e estimados sobre o potencial do segmento:

No Brasil, o potencial financeiro do segmento LGBT é estimado em US\$ 133 bilhões, o equivalente a R\$ 418,9 bilhões, ou 10% do PIB nacional (Produto Interno Bruto, total de bens e serviços produzidos no país), segundo a Out Leadership, associação internacional de empresas que desenvolve iniciativas para o público gay. Os números são subestimados, já que nenhum país inclui em seu censo estatísticas sobre a população homossexual. (O Globo, 05/04/2015, online).

Surge assim a denominação *pink money*, associada principalmente à população LGBT - mais especificamente aos homens gays. De origem norte-americana, o termo representa uma mudança significativa, consolidando o mercado voltado para este nicho que “passou a orientar e a fazer parte do cotidiano dos gays de classe média que viviam nas grandes cidades” (PÉRET, 2012, p.85). A recorrência de publicações de cunho cultural e de entretenimento no iGay reforça a ideia de produção voltada para apenas uma parcela do público-alvo.

As 66 notícias classificadas como “entretenimento” foram subdivididas em: **Listas** (21), criadas pelo *site* ou republicadas de outros *sites*, abordando geralmente assuntos ligados à beleza e estilo pessoal; **Saídas do armário** (3), onde são

⁷ O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/potencial-de-compras-lgbt-estimado-em-419-bilhoes-no-brasil-15785227>> Acesso em: 17 de maio de 2015.



apresentadas personalidades que assumiram sua homossexualidade no período da matéria; **Divulgação** (22), matérias específicas sobre filmes, peças de teatro, livros, onde o importante é divulgar o material; **Celebridades** (14), com postagens referentes ao dia a dia de famosos LGBT ou ligados à comunidade; **Viagens** (3), matérias sobre turismo LGBT; e **Aplicativos** (3), com postagens abordando o uso de aplicativos de relacionamento.

Essa divisão em subcategorias pretende destacar os temas mais recorrentes das postagens classificadas em Entretenimento. A recorrência de três postagens que abordaram o turismo, na subcategoria Viagens, por exemplo, remete mais uma vez à ideia do público do *site* como nicho de mercado, devido ao seu possível poder de compra. Sempre com fotos de destinos paradisíacos e a promessa de hotéis “especializados” em atender pessoas LGBT – mesmo que a representação seja feita, em sua maioria, voltada à homossexualidade – deixa explícita a ideia de certa elitização do público.

Por sua vez, a subcategoria Listas, segunda maior dentro de Entretenimento, apresenta diversidade de temas: estilo de vida, dicas de beleza, seleção de casais famosos, pessoas mais bonitas, entre outros. Algumas listas não apresentam nenhuma ligação com as questões de identidade sexual ou de gênero, como na publicação do dia 20 de dezembro, “11 dicas para todo mundo sair maravilhoso nas fotos das festas de fim de ano”⁸. Nesse caso, são descritas dicas genéricas, que reforçam estereótipos de beleza hegemônica como “deixar o rosto mais magro”, “afina o seu quadril”, “use a técnica do ‘braço magro’”, sem qualquer relação, seja nas imagens escolhidas ou no texto, a algo específico ou voltado apenas para a população LGBT.

As publicações de listas, diversas vezes, acabam reforçando alguns ideais

⁸ IGAY. Disponível em <<http://igay.iq.com.br/2014-12-20/11-dicas-para-todo-mundo-sair-maravilhoso-nas-fotos-das-festas-de-fim-de-ano.html>> Acesso em: 20 de dezembro de 2014.



estéticos e comportamentais. Em uma postagem⁹ são apresentadas 11 fotos usadas para apresentar oito diferentes denominações que definem gays por seu tipo físico. A publicação é voltada apenas para homens gays, mas nota-se a escolha de famosos heterossexuais para “explicar” algumas tipificações, como Justin Bieber, David Beckham e Joe Manganiello. Alguns dos exemplos dados são os “*twinks*”, descritos como “gays mais novos (ou que aparentam ter menos de 30 anos), magros e com nenhum ou pouco pelo no corpo”; “ursos”, ou “Homens com um biotipo maior, podendo ser musculosos ou mais gordinhos, e que não se depilam nem por decreto”; enquanto os “lobos” foram definidos como “são musculosos e gostam de manter a barba por fazer”.

Esse tipo de classificação e tipificação acaba por, de certa forma, reforçar uma diferenciação entre os homossexuais se baseando somente em suas características físicas. Procedimentos assim estão presentes na formação de identidades homossexuais há muito tempo, como evidenciam Simões & Facchini (2009). Os autores trazem a fala de Peter Fry, que indica a adoção de uma classificação de pessoas “bastante persistente e disseminada” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.54) no Brasil. Essa classificação, entre tantos marcadores, é atravessada em parte, por uma hierarquia de gênero que

[...] distingue entre “homens”, socialmente masculinos e que desempenham o papel de “ativos” no ato sexual, isto é, são os que supostamente “penetram” mulheres; e outros homens, estes designados como “bichas”, ou “veados”. Seria possível conceber também uma versão desse modelo hierárquico com respeito às relações homossexuais femininas, com a figura de uma mulher que desempenha aspectos do papel masculino, designada como “sapatão”, “paraíba” ou “mulher-macho” que se relaciona com mulheres. Assim, na lógica desse modelo, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual versus feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as categorias e identidades sexuais. Homens

⁹ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-12/voce-e-twinkie-ou-lontra-entenda-as-denominacoes-para-os-tipos-fisicos-dos-gays.html>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.



sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 54).

Ainda que na postagem em questão a diferenciação entre ativo/passivo não seja evidenciada de forma explícita, ela está presente quando, ao se falar dos “lobos”, por exemplo, seja indicado que “quando o assunto é sexo, os lobos são menos ‘papai e mamãe’ e mais ‘tiro, porrada e bomba’”. Outros marcadores são acionados, como idade, porte físico e pelos no corpo, mas, como evidenciado na própria publicação, o padrão de hierarquização de gênero está presente nessa divisão. Na explicação de “jock”, por exemplo, o texto do iGay explicita: “Esses são os gays que se encaixam perfeitamente no padrão de beleza que a sociedade heteronormativa impõe: musculosos, atléticos e com aparência bastante masculina”.

Outra subcategoria que chama atenção é a “Saídas do armário”. O iGay demonstra dar atenção especial a casos de saídas do armário visto que, em boa parte das publicações presentes aqui, ao final da notícia é feito um resgate, apresentando outras pessoas famosas que também já assumiram sua homossexualidade publicamente. O interesse do iGay em trazer à tona esses movimentos, pode ser interpretado a partir do pensamento de Simões e Facchini (2009), que explicam a importância de se assumir como ato político, já que esses acontecimentos acabam desenvolvendo uma identidade homossexual.

Com a presença de personalidades assumidamente lésbicas, como apresentadas em uma postagem¹⁰, por exemplo, é possível se demarcar fronteiras para visibilidades futuras, oferecendo novas formas de representação contrapostas às ideias lesbofóbicas e estereotipadas. Ressalta-se que identidades comumente silenciadas, como a bissexual e a de gênero neutro, aparecem nesta publicação, mas contempladas em uma discussão que não leva em conta suas especificidades.

¹⁰ IGAY. Disponível em <<http://igay.ig.com.br/2014-12-29/as-mulheres-que-sairam-do-armario-em-2014-atrizes-misses-atleta-roteirista.html>> Acesso em: 29 de dezembro de 2014.



Louro (2001) também ressalta a relevância que “sair do armário” pode representar para o movimento:

O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. [...] para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se ‘assumisse’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição. (LOURO, 2001, p. 543).

Sendo assim, assumir-se adquire um caráter fundamental de pertencimento à comunidade. Ao apresentar tal movimentação a partir de personalidades das mais diversas áreas do entretenimento, tanto do Brasil como de todo o mundo, o iGay aponta também para a inserção destes famosos como “representantes” da comunidade LGBT na mídia, o que é reiterado por outra subcategoria apresentada, a “Celebidades”. A partir do momento em que famosos e famosas assumem uma identidade LGBT, passa a ser de interesse do iGay noticiá-los e, assim, contribuir para a construção dessas identidades.

6 Considerações finais

O presente artigo parte da ideia do jornalismo como um local propício para que identidades LGBTs sejam construídas e reforçadas de modo constante. A partir da observação de notícias publicadas pela seção iGay, do IG, em um tempo determinado de três meses, os principais temas e visibilidade dada às diferentes vivências foram analisadas. Neste trabalho, a análise foi focada na categoria temática “Entretenimento”, que representa 54% (66 postagens) das 123 publicações recolhidas nos período definido (de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015).

A reafirmação de uma norma heterossexual, masculina, branca e de classe média é realizada, principalmente, a partir de relações de poder. O jornalismo, como



apresentado aqui, é influenciado de forma direta por essas relações (HALL *et al.*, 1999), levando-se em conta o papel do jornalista na escolha dos acontecimentos que se tornarão notícia e, ainda, nos enquadramentos usados nesse processo. É sublinhado o papel social do jornalismo como produtor e disseminador de certas interpretações e representações da realidade.

A categoria de **Entretenimento** representa, essencialmente, o reforço de ideias estereotipadas sobre a homossexualidade masculina, ligadas principalmente ao “bom gosto” e ao “alto nível intelectual e social” (RODRIGUES, 2010), além de padrões estéticos e sociais valorizados na sociedade. Tais percepções acabam por elitizar o movimento, diminuindo a representatividade daqueles que fogem desta norma. É interessante notar também que, a partir desta categoria temática, o homem homossexual é apresentado como principal foco das publicações analisadas. Identifica-se a hierarquização presente dentro do movimento LGBT sendo reproduzida nas pautas e abordagens da seção (LOURO, 2001). A norma parece prevalecer nas notícias enquadradas nessa categoria, glorificando não só a figura do homem homossexual em relação ao restante do movimento LGBT, mas especificamente aquele que performa sua masculinidade, tem poder aquisitivo, está enquadrado (ou busca se enquadrar) no padrão de beleza imposto pela sociedade e reproduzido e reafirmado em algumas das publicações presentes na análise.

Como afirma Péret (2012), a produção jornalística com foco na diversidade acaba refletindo a ideologia sobre as diferentes identidades sexuais e de gênero de cada época. Os dados analisados aqui, vindos da categoria temática “Entretenimento”, apontam para o jornalismo ainda como um espaço altamente normatizador, que privilegia algumas parcelas da sociedade, mesmo se tratando de minorias. Ainda que direcionado para o público LGBT, foi possível identificar, por meio das análises, uma hierarquização nas representações veiculadas. É apresentada, em diferentes níveis, uma série de padronizações e hierarquias, usualmente reverberadas da mídia



tradicional, além de ideias heteronormativas de poder, mantendo marginalizados aqueles que, de alguma forma, não se adequam aos modelos representados de forma majoritária.



REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ASSUMPCÃO, Ronald. Na mira do Mercado. In: RIOS, Luís Felipe *et al.* (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2010.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. In: **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1. Porto Alegre, jan./jul, 1996.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacire Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FISCHER, André. A influência da mídia na formação da identidade homossexual brasileira. In: RIOS, Luís Felipe *et al.* (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do Presente**. São Cristovão: Editora da UFS, 2005.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. In: **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis: Insular, vol.1, n.1, abril, 2004.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Voz da diversidade**: Os discursos da imprensa homossexual no Brasil. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0851-1.pdf>> Acesso: 21 de setembro de 2014.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos mídia. In: Revista Todavia, Série 2, Volume 1, no 2, dezembro de 2019



TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa, Vega, 2ª ed., 1999.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. (org.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 9, p.541-553, fev. 2001.
PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010.

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/impressoes_de_identidade.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2014.

SABAT, Ruth. **Educar para a sexualidade normal**. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GE Gênero, Sexualidade e Educação. Caxambu (MG): 2004. Acesso em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/ge23/t2311.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, 1995.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular. 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.



SWAIN, Tânia Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogênero. In: **Gênero**, Niterói, v.2, n.1, p. 87-98, 2º sem 2001.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001

